

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PEDRO BORGES JUNIOR

**ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO ENTRE DESEMPENHO
SOCIOAMBIENTAL E DISCLOSURE SOCIOAMBIENTAL DE
EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

VITÓRIA

2015

PEDRO BORGES JUNIOR

**ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO ENTRE DESEMPENHO
SOCIOAMBIENTAL E DISCLOSURE SOCIOAMBIENTAL DE
EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis, na área de concentração Contabilidade e Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Moreira Campos.

VITÓRIA

2015

*Non nobis Domine, non nobis.
Sed nomine tuo da gloriam.*

AGRADECIMENTOS

Depois de um curso enriquecedor, chega a hora da despedida. Tantas pessoas passaram em minha vida nesse curto espaço de tempo. Agradeço ao Senhor pelo dom da vida e pelo conforto nas horas difíceis e pela euforia durante as conquistas, que foram várias nesse curso. E aos meus amados pais e irmão, pelas horas ausentes e pelos momentos juntos; pela paciência e pela esperança no meu sucesso.

Quero agradecer ao meu grande amigo Paulo Victor, por todas as horas e parcerias nos artigos, nas horas de estudo e quando a situação realmente apertava, nós surgíamos com alguma solução. Agradeço também ao meu grande amigo Silvio Freitas, cuja gratidão que tenho dificilmente será paga. Agradeço pela paciência e pela força nas horas de estudo. Você realmente é um bom companheiro de livros.

Meus agradecimentos ao meu eterno prezado Vitor Corrêa. Sempre com uma palavra de boas-vindas extremamente acalentadora e de uma fineza sem igual. Afinal, ele é carioca também. Agradeço à minha grande amiga e mãe nesse mestrado, Adelzira. Sempre disposta a ajudar e conversar. Tem uma família linda a qual tive a oportunidade de conhecer e que guardarei no coração. Agradeço ao meu amigo Eduardo Elias por toda a ajuda que me prestou. Amizade duradoura.

Agradeço ao meu orientador e amigo Gabriel Moreira Campos, pela paciência e ajuda prestada durante todo o curso e durante a fase de dissertação. Sua contribuição foi inestimável e eu o admiro muito. Recebam também meus agradecimentos todos os professores do programa de mestrado em contabilidade da UFES: Zé Elias, Patrícia, Alfredo, Annor, e Marcelo Álvaro, sem ordem de prioridade. Todos vocês foram ótimos. Agradeço também ao Cláudio Louzada, pelas horas de conversa sobre números, estatísticas e econometria. Certamente meu interesse pela ciência aumentou muito em função disso.

E aos meus grandes amigos Ricardo, Wando, Eliezer, Silas, Isaac, Samuel, Bruno e Zé Maria, por quem tenho grande respeito e admiração pelo modelo de força e garra. A todos vocês, meu muito obrigado.

“Ora, e se faço o que não desejo, consinto com a Lei, que é boa.”

Rm. 7: 16

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a associação entre o nível de evidenciação socioambiental e o desempenho socioambiental de empresas do Setor Elétrico Brasileiro à luz da teoria da legitimidade. A metodologia empregada para mensurar o nível de evidenciação socioambiental foi a Análise de Conteúdo dos relatórios socioambientais das empresas do setor elétrico brasileiro. Além desta, recorreu-se à Regressão Logística Ordinal para se analisar a probabilidade de uma empresa ser classificada com alto nível de evidenciação socioambiental quanto maior for o desempenho socioambiental, além de outras variáveis de dimensão econômica. Conclui-se que não há indícios de que o desempenho socioambiental exerça influência sobre a probabilidade de uma empresa ser classificada em níveis mais altos ou mais baixos de *disclosure*. Nesse sentido, há evidências de que as empresas do setor elétrico analisadas tenham recorrido às estratégias de legitimidade pragmática e manipulativa, como definidas por Suchman (1995) e Brinkerhoff (2005), uma vez que o nível de evidenciação socioambiental ocorra independente do desempenho socioambiental da empresa.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa; Legitimidade; Desempenho Socioambiental; Evidenciação Socioambiental.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the association between the level of social-environmental disclosure and the social-environmental performance of firms of the Brazilian Power Supply industry, explained by the legitimacy theory. The methodology used was the content analysis of the social-environmental reports of Brazilian power supply industry firms. Also, ordinal logistic regression was used in order to analyze the probability of one company to be classified in higher levels of social-environmental disclosure how greater is the social-environmental performance, besides other economic variables. We conclude that there is no evidence that the environmental performance exerts influence on the likelihood of a company to be ranked higher or lower levels of disclosure. In this sense, there is evidence that the power companies analyzed have resorted to pragmatic and manipulative strategies of legitimacy as defined by Suchman (1995) and Brinkerhoff (2005), since the level of environmental disclosure occurs regardless of the environmental performance of the company.

Keywords: Corporate Social Responsibility; Legitimacy; Social-Environment Performance; Social-Environment Disclosure.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 2 – <i>Legitimacy Gap</i> | 30 |
|--|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Tipos de Legitimidades | 31 |
| Quadro 2 – Estratégias de Legitimidade..... | 34 |
| Quadro 3 – Composição da Amostra | 56 |
| Quadro 4 – Resumo das Variáveis..... | 73 |
| Quadro 5 – Classificação dos Maiores Disclosures Ambientais Em 2012..... | 82 |
| Quadro 6 – Classificação dos Menores Disclosures Ambientais Em 2012..... | 82 |
| Quadro 7 – Classificação dos Maiores Disclosures Sociais Em 2012 | 83 |
| Quadro 8 – C lassificação dos Menores Disclosures Sociais Em 2012 | 83 |
| Quadro 9 – Classificação dos Maiores Disclosures Ambientais Em 2013..... | 84 |
| Quadro 10 – Classificação dos Menores Disclosures Ambientais Em 2013 | 84 |
| Quadro 11 – Classificação dos Maiores Disclosures Sociais Em 2013 | 85 |
| Quadro 12 – C lassificação dos Menores Disclosures Sociais Em 2013..... | 85 |
| Quadro 13 – Classificação dos Maiores Disclosures Ambientais Em 2014..... | 86 |
| Quadro 14 – Classificação dos Menores Disclosures Ambientais Em 2014 | 86 |
| Quadro 15 – Classificação dos Maiores Disclosures Sociais Em 2014 | 87 |
| Quadro 16 – C lassificação dos Menores Disclosures Sociais Em 2014..... | 87 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Distribuição das Empresas por Nível de Evidenciação..... | 69 |
| Tabela 2 – Estatística Descritiva das Variáveis Em 2012..... | 79 |
| Tabela 3 – Estatísticas Descritivas das Variáveis Em 2013..... | 80 |
| Tabela 4 – Estatísticas Descritivas das Variáveis Em 2013..... | 81 |
| Tabela 5 – Resultados Estatísticos para o Modelo 2 | 90 |
| Tabela 6 – Resultados Estatísticos para o Modelo 3 | 94 |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1 | CONTEXTUALIZAÇÃO..... | 13 |
| 1.2 | SITUAÇÃO PROBLEMA..... | 17 |
| 1.3 | OBJETIVOS | 19 |
| 1.3.1 | Objetivo Geral | 19 |
| 1.3.2 | Objetivos Específicos..... | 20 |
| 1.4 | JUSTIFICATIVA..... | 20 |
| 1.5 | ESTRUTURA DO TRABALHO..... | 23 |
| 2. | PLATAFORMA TEÓRICA | 24 |
| 2.1. | SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL | 24 |
| 2.2 | ATUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS À LUZ DA TEORIA DA LEGITIMIDADE..... | 28 |
| 2.3. | RELAÇÃO ENTRE DESEMPENHO E <i>DISCLOSURE</i> SOCIOAMBIENTAL. | 37 |
| 2.4 | O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO, DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL, <i>DISCLOSURE</i> E SUA LEGITIMIDADE | 45 |
| 2.5 | RESUMO DAS EVIDÊNCIAS | 52 |
| 3. | METODOLOGIA..... | 53 |
| 3.1 | PERGUNTA DE PESQUISA E HIPÓTESE | 53 |
| 3.2 | CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 54 |
| 3.3 | MÉTODO..... | 54 |
| 3.4 | COLETA DE DADOS | 54 |
| 3.5 | CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA .. | 55 |
| 3.6 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 56 |
| 3.7 | DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS VARIÁVEIS..... | 58 |
| 3.7.1 | CONSTRUÇÃO DOS NÍVEIS DE EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (VARIÁVEL DEPENDENTE) | 58 |
| 3.7.2 | VARIÁVEIS DE EXPLICATIVAS DE INTERESSE | 69 |
| 3.7.3 | VARIÁVEIS EXPLICATIVAS DE CONTROLE..... | 71 |
| 3.7.4 | RESUMO DAS VARIÁVEIS..... | 73 |
| 3.8 | MENSURAÇÃO DA INFLUÊNCIA EXERCIDA PELO DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL NO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.. | 74 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 3.9 | MODELOS | 76 |
| 4. | ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 79 |
| 4.1 | ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS | 79 |
| 4.1.1 | ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA 2012 | 79 |
| 4.1.2 | ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA 2013 | 80 |
| 4.1.3 | ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA 2014 | 80 |
| 4.2 | CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS QUANTO AO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO..... | 81 |
| 4.2.2 | CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS DA AMOSTRA EM 2012..... | 82 |
| 4.2.2 | CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS DA AMOSTRA EM 2013..... | 84 |
| 4.2.2 | CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS DA AMOSTRA EM 2014..... | 86 |
| 4.3 | MATRIZES DE CORRELAÇÃO | 88 |
| 4.3.1 | MATRIZ DE CORRELAÇÃO PARA O MODELO NEA (MODELO 2) | 88 |
| 4.3.2 | MATRIZ DE CORRELAÇÃO PARA O MODELO NES (MODELO 3)..... | 88 |
| 4.4 | RESULTADOS DOS MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA ORDINAL | 89 |
| 4.4.1 | RESULTADOS DO MODELO NEA (MODELO 2)..... | 89 |
| 4.4.2 | RESULTADOS DO MODELO NES (MODELO 3)..... | 93 |
| 5. | CONCLUSÕES..... | 98 |
| 5.1 | LIMITAÇÕES DA PESQUISA | 100 |
| 5.2 | SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS..... | 100 |
| | REFERÊNCIAS | 102 |
| | APÊNDICES | 111 |

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Em abril de 1968, o Clube de Roma, conclave formado por cientistas, economistas, e representantes da sociedade civil, teve o propósito de entender como o desenvolvimento humano poderia estar ameaçado pelo consumo dos recursos naturais, pela exploração do ser humano e o que poderia ser feito para equilibrar essa situação de degradação ambiental e humana (MEADOWS et al, 1972).

Dessa forma, reconheceram as limitações da disponibilidade de recursos do planeta e o problema do crescimento populacional exponencial, e começaram a propor formas de resolver essa situação de modo a legar um mundo sustentável para as gerações futuras (MEADOWS et al, 1972).

O conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser traçado por nomes como Malthus, Ricardo, Mill e Marx. Esses estudiosos perceberam a interação existente entre o desenvolvimento econômico e o ambiente, que consiste na utilização dos recursos naturais para a maximização do valor dos produtos que geram bem-estar para as pessoas (HARRIS et al, 2001 p. 18).

A sustentabilidade é vista como um processo interno nas organizações. É essencial mensurar e prestar contas das atividades socioambientais, Para isso, é necessário a criação de indicadores de desempenho socioambiental, como medidas operacionais para avaliar o nível de comprometimento da empresa com o desenvolvimento sustentável (GALLOPÍN, 1997).

Os indicadores devem fornecer informações preventivas de danos econômicos, sociais ou ambientais e auxiliar os gestores na avaliação do desempenho em relação aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (DS) (BELLEN, 2006 p. 43).

Considerando as atividades poluentes, o setor elétrico é uma grande fonte de poluição do ar, em especial as termelétricas, em função da quantidade de gases tóxicos que lançam na atmosfera. Para preservar o ambiente e a saúde, governos

têm trabalhado em legislações para controlar os níveis de emissão de gases nocivos (HARRIS et al, 2001 p. 210-211).

No Brasil, Braga, Oliveira e Salotti (2009) considera que as empresas do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) devem buscar incluir a responsabilidade ambiental em seu planejamento estratégico, com objetivos e metas social e ambientalmente legítimas, se adequando a lei e contribuindo para o DS da atividade energética.

As empresas do SEB geram, transmitem e distribuem energia. Para isso, é necessária construção de barragens, linhas de transmissão e centrais de distribuição. Todas essas atividades têm impacto ambiental. Além disso, este setor é vital para o desenvolvimento econômico nacional (BRASIL, 2014).

Por esse motivo, a ANEEL regulamentou a forma de evidenciação dos relatórios socioambientais das empresas do SEB, ciente da importância que o Estado tem no processo de melhoria da transparência sobre os impactos das atividades realizadas pelo setor (BRASIL, 2014).

Ainda no contexto do DS, o SEB é fundamental para o país, por ser um serviço essencial à população, e por impulsionar o desenvolvimento produtivo e econômico. O SEB contribui, também, no desenvolvimento social e é de grande importância para a construção de um futuro próspero e sustentável (D'ARAÚJO, 2009).

Segundo Carneiro et. al. (2012), o SEB tem três desafios em relação ao compromisso com a sustentabilidade: produzir com baixas emissões de gases poluentes, cobrar preços justos e garantir retorno econômico e financeiro para os acionistas.

O SEB está inserido num contexto global de preocupação com a produção de energia, que busca um desempenho cada vez mais sustentável. Tal desempenho está relacionado à dúvida sobre a duração das reservas de petróleo e o surgimento de alterações climáticas em todo o mundo (GANIM, 2003).

Considerando serem estes serviços públicos, as empresas do SEB estão inseridas num contexto social e ambiental, por utilizarem recursos necessários à realização das suas atividades. O resultado de seus serviços é a promoção de mudanças sociais, econômicas, ambientais, culturais e tecnológicas (D'ARAÚJO, 2009).

Para Benedito (2006), As empresas do SEB tendem a tomar ações ambientais de maneira reativa, ou seja, como forma de remediar o dano ambiental causado. Não há, de forma suficiente, medidas preventivas de preservação ambiental. Sendo assim, a responsabilidade social do SEB é impulsionada pela pressão dos meios de comunicação e das partes interessadas.

Nesse sentido, as empresas precisam divulgar adequadamente suas ações socioambientais de modo a atender os interesses desses *stakeholders*, e o fazem por meio dos Relatórios de Sustentabilidade. Os relatórios constituem o principal canal de comunicação entre as empresas e os diversos interessados (MORISUE, RIBEIRO e PENTEADO, 2012).

Por isso, o SEB motivou pesquisas tanto relacionadas ao desempenho socioambiental e à qualidade do *disclosure* (MILANI FILHO, 2008; MACHADO et al, 2009; AZEVEDO E CRUZ, 2009; FERREIRA E SILVA, 2011; CAMPOS, 2012; MORISUE RIBEIRO e PENTEADO, 2012), quanto à legitimidade construída por meio da evidenciação (BEUREN et al, 2013; MAÇAMBANNI et. al., 2013; SILVA NETO, 2014).

Para Castro, Siqueira e Macedo (2009), os Relatórios Anuais de Responsabilidade Socioambiental apresentam problemas que comprometem a sua utilidade para a tomada de decisão: falta de padronização e de abrangência, omissão de interações socioambientais negativas, e falta de comparabilidade.

E, no tocante a informações sobre interações socioambientais omitidas, Verrecchia (2001) considera que se uma vez que há custos para se divulgar uma informação e os gestores não divulgam, os *stakeholders* podem interpretar que essas informações são negativas ou não geram benefícios suficientes para justificar sua divulgação.

Contudo, os gestores poderão divulgar informações negativas, voluntariamente, se acreditam que serão mais penalizados, pelos *stakeholders*, caso não as divulguem, o que é um problema de seleção adversa. Sem essas informações, os investidores precificarão os ativos até que a divulgação de informação negativa seja benéfica (VERRECCHIA, 2001).

Conforme Braga e Salotti (2008), as empresas possuem obrigações com a sociedade, no que se refere à prestação de contas (*accountability*) em função dos impactos socioambientais decorrentes de suas atividades. Tendo em vista, que elas são os principais agentes no processo de desenvolvimento econômico, existe a necessidade de a empresa legitimar suas ações perante a sociedade.

Para Carneiro et. al (2012), a legitimidade das empresas é construída por meio de certificações, licenças, modelos de gestão, como também no cumprimento de normas e leis nacionais e internacionais.

Nesse sentido, a empresa proporciona aos *stakeholders* a prestação de contas sobre seu desempenho ambiental, social e econômico. Destaca-se que a evidenciação de forma clara e transparente mitiga a assimetria informacional e demonstra o comprometimento das empresas com a sustentabilidade (CARNEIRO et al, 2012).

No entanto, a construção da legitimidade não é um processo isoladamente empresarial: é necessário que o Estado regulamente e monitore as atividades das empresas e a sancione imediatamente, caso essas atividades violem o bem-estar e os interesses da sociedade (HUSILLOS; LARRINAGA; SPENCE, 2009).

Certamente, segundo Friedman (2007), a empresa deve trabalhar suas relações econômicas, sociais e ambientais, de modo a diminuir a imposição de custos. Eles podem vir tanto na forma legal, como novas leis para internalizar as externalidades provocadas pela empresa, quanto dos próprios *stakeholders*, que o fazem por meio de boicotes, greves, e cortes de fornecimento e de financiamento.

Minimamente a empresa precisa cuidar dessas relações para manter sua reputação, quando se trata da esfera legal, de modo a evitar ser punida legalmente ou evitar a criação de novos instrumentos legais que possam limitar suas operações (SALZMANN; IONESCU-SOMERS; STEGER, 2005).

A teoria da legitimidade tem sido a principal explicação para o nível de evidenciação socioambiental dos últimos anos. Considerando que a empresa é uma construção social, é necessária a permissão da sociedade para continuar seus negócios.

Portanto, a empresa elabora relatórios socioambientais para construir a sua legitimidade (O'DONOVAN, 2002).

No entanto, Czinkota, Kaufmann e Basile (2014) pontuam que a relação entre legitimidade e reputação promove visibilidade e credibilidade à firma. A reputação pode afetar a legitimidade dela, quando se leva em consideração a competição por mercados, na busca por aceitação social dos negócios da empresa.

Para Tregidga, Milne e Kearins, (2010), a legitimidade é algo controlável, ou seja, a empresa é capaz de tomar decisões estratégicas de modo a provocar alterações em sua reputação para fortalecer ou recuperar sua legitimidade, e a forma pela qual ela divulga essas decisões é a comunicação, que no caso em estudo está representada pelo relatório socioambiental.

A teoria da legitimidade tem impulsionado diversos trabalhos sobre a legitimidade por meio do *disclosure* socioambiental. Entre eles, podemos citar: Patten (1992), Wilmshurst e Frost (2000), O'Donovan (2002), Mobus (2005), Branco e Rodrigues (2006), De Villiers e Van Staden (2006), Magness (2006), Sancovshi e Silva (2006), Husillos; Larrinaga e Spence. (2009), Pereira, Bruni e Dias Filho (2010), Chu et. al. (2012), Beuren et. al. (2013), e Garcia, Peleias e Peters (2014).

Portanto, as empresas do SEB precisam demonstrar, por meio de seus relatórios socioambientais, que possuem estratégias engajadas em atividades sustentáveis e que investem nessa área, a fim de lhes conferir legitimidade e alinhamento com atitudes socialmente responsáveis.

1.2 Situação Problema

As empresas não são mais entendidas como agentes econômicos isolados, pois se relacionam com o meio em que estão inseridas, tornando-se agentes sociais (CHAN; SILVA; MARTINS, 2007; HILLMAN; KEIM, 2001).

Assim, é crescente a necessidade por informações de práticas sociais e a demanda dos *stakeholders* por transparência na sua evidenciação (LIMA CRISÓSTOMO;

FREIRE; CORTES DE VASCONCELLOS, 2011). O governo brasileiro, por meio da ANEEL, obriga as empresas do SEB a divulgar essas informações, em conformidade com o contexto global de DS (BRASIL, 2014).

Ao mesmo tempo em que a ANEEL determina informações mínimas a serem divulgadas (como as demonstrações contábeis e o Balanço Social), permite às empresas discricionariedade para relatar atividades e programas socioambientais realizadas por elas no período (BRASIL, 2014).

Considerando que os governos e outros grupos de pressão têm grande poder de tomar parte da riqueza da empresa, baseado em questões socioambientais, os gestores têm incentivos para evidenciar informações que minimizem o peso que a divulgação de lucros elevados tem sobre as questões que interessam aos *stakeholders*, e assim evitar custos políticos (WATTS; ZIMMERMAN, 1978).

E para mitigar esses conflitos, as empresas do SEB têm programas de inclusão social que envolvem educação, cultura e segurança, este último relacionado aos riscos que suas instalações podem trazer para a comunidade que elas atendem. As atividades socioambientais incluem tanto o pessoal interno quanto a comunidade que as empresas atendem (AZEVEDO; CRUZ, 2009).

Essas autoras evidenciaram que as empresas do SEB estavam tomando consciência da importância da divulgação de informações de natureza socioambiental. Entretanto, Silva Neto (2014) analisou 113 empresas do SEB e constatou que as empresas têm um baixo nível de evidenciação.

Ou seja, a preocupação da ANEEL com a qualidade da evidenciação de informações socioambientais não é infundada, uma vez que, embora as empresas do setor tenham despertado para a importância da divulgação, ainda não divulgam o suficiente (SILVA NETO, 2014).

Entretanto, a intervenção do governo em virtude de desempenhos econômico-financeiros ruins, somados à crise hídrica que o país está passando, constituem incentivos suficientes para omissão de informações socioambientais nos relatórios das empresas do SEB. Nesse sentido, tanto a sustentabilidade do negócio quanto sua legitimidade podem estar ameaçadas.

Tal afirmação encontra fundamento nas considerações de Dobler (2005), que postula haver três possíveis explicações para a não divulgação de determinada informação: não há informação a ser divulgada; o gestor desconhece tal informação; ou o gestor tem conhecimento da informação, mas possui incentivos para não divulgá-la.

A relação entre as empresas e os *stakeholders* pode ser abordada pela Teoria da Legitimidade, onde a legitimidade dos negócios é obtida pelo alinhamento entre as atividades da empresa, no caso em estudo, aquelas do SEB, e aquilo que a sociedade considera moralmente correto e apropriado (BRINKERHOFF, 2005).

Portanto, as empresas utilizam o *disclosure* para legitimar a ligação existente entre elas e a sociedade. Isto é, a última é compreendida como fornecedora de recursos para a primeira. Assim, se as demandas da sociedade não são atendidas, a empresa rompe o compromisso estabelecido com a sociedade e não será mais capaz de ser reconhecida por ela (IENG CHU; CHATTERJEE; BROWN, 2012; O'DONOVAN, 2002).

Além disso, De Villiers e Van Staden (2006) pontuam que em países em desenvolvimento, o *disclosure* socioambiental pode ser menor em relação àquele praticado em países desenvolvidos em função do público, que em países em desenvolvimento demandam menos informações desse tipo.

Assim, a questão que motiva esta pesquisa é: qual a associação entre o nível de evidenciação socioambiental e o desempenho socioambiental das empresas do Setor Elétrico Brasileiro?

Para o desenvolvimento do trabalho foram identificadas as variáveis que formam o desempenho socioambiental das empresas no setor elétrico e os indicadores de nível de evidenciação nos relatórios socioambientais.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a associação entre o nível de evidenciação socioambiental e o desempenho socioambiental da empresa à luz da teoria da legitimidade das empresas do SEB.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Identificar os indicadores de evidenciação socioambiental e mensurar o nível de evidenciação dos relatórios socioambientais das empresas do SEB, dos tipos geradoras, transmissoras e distribuidoras, no período entre 2012, 2013 e 2014;
2. Identificar e explicar a possível associação entre o nível de evidenciação socioambiental e o desempenho socioambiental das empresas da amostra, por meio da análise da probabilidade de uma empresa ser classificada em um determinado nível de evidenciação.

1.4 Justificativa

O SEB constitui uma atividade para amplas pesquisas acadêmicas, como pontua Silva Neto (2014), em função de sua relevância para a economia nacional, a constante interferência estatal em suas atividades (a exemplo do que ocorre desde 2012) e das exigências legais para melhorar o nível de *disclosure* das empresas.

Além disso, o fornecimento de energia é essencial para o desenvolvimento do país, tanto no consumo das famílias, quanto para os setores mais produtivos da economia brasileira. Problemas que possam ocorrer no fornecimento de energia podem restringir o desenvolvimento nacional (SILVA NETO, 2014).

A importância da regulação não se dá somente pelo que já foi abordado por Healy e Palepu (2001) e Verrechia (2001), mas pelo fato de que nem o Estado nem a sociedade podem negar a capacidade que as empresas têm de determinar os rumos

da vida humana, tampouco deixar de considerar a permissão dada a elas para fazê-lo (SCHROEDER; SCHROEDER, 2004).

Dessa forma, os relatórios de responsabilidade socioambiental são úteis para os *stakeholders*, pois eles acompanham as ações da empresa e agem quando encontram irregularidades (GUIDRY; PATTEN, 2012). Isso afeta a reputação da empresa e a legitimidade dos negócios.

Entretanto, a falta de padronização nos relatórios constitui um obstáculo na orientação para as empresas do SEB sobre como prestar contas da maneira mais adequada para a sociedade (COSTA; MARION, 2007).

Além disso, conforme pontua Ganim (2003), estruturalmente, o SEB vem passando por grandes transformações nos últimos anos e esse processo não terminou. A privatização do setor, a instituição da ANEEL, como também a regularização das concessões, foram as principais transformações ocorridas na década de 90 e que ainda persistem.

Todos esses fatores, somados à crise hídrica causada pela falta de chuvas e mais a crise econômica mundial iniciada em 2009, que resultou no controle de preços do fornecimento de energia, e que impactam o desempenho socioambiental, constituem fatores que podem influenciar a qualidade do *disclosure* das empresas do SEB e prejudicar sua legitimidade.

Mesmo assim, para Tregidga, Milne e Kearins (2010), a legitimidade é algo controlável, ou seja, a empresa é capaz de tomar decisões estratégicas de modo a provocar alterações em sua reputação para fortalecer ou recuperar sua legitimidade, e a forma pela qual ela divulga essas decisões é a comunicação, que no caso em estudo está representada pelo relatório socioambiental.

Além disso, Milani Filho (2008) evidenciou que, de todas as 52 empresas de sua amostra, somente aquelas do SEB (8 na amostra) evidenciaram informação social. Isso demonstra o nível de comprometimento que o SEB tem com a questão social.

Em conformidade com esse estudo, Morisue, Ribeiro e Penteado (2013) analisaram a evolução dos relatórios de sustentabilidade do SEB, e mostraram que, apesar de

ser o setor que mais divulgava informações desse tipo, a qualidade da divulgação e do desempenho ainda eram deficientes.

Além disso, o Brasil ocupa a terceira posição em países que divulgam relatórios de sustentabilidade de acordo com o Global Reporting Initiative (GRI). Em 2010 eram mais de 160 empresas brasileiras cadastradas (GRI, 2015, acesso em 03 de dez. 2015). Segundo Morisue, Ribeiro e Penteado (2013), graças à regulamentação da ANEEL, o SEB é o setor com maior número de empresas listadas no *site* do GRI. Até 2012 eram 41 empresas listadas no *site*.

Por isso é importante que as empresas do SEB incorporem a sustentabilidade em sua cultura organizacional. Freire, Pereira e Fontana (2011) evidenciaram que as empresas que tiveram melhor desempenho socioambiental em um período, tendem a manter este comportamento ao longo do tempo. Em face disso, é importante estudar como isso pode afetar o *disclosure* socioambiental.

Alinhado a esse princípio, também é importante que as empresas do SEB façam o *disclosure* de seu desempenho socioambiental da maneira mais transparente possível, dentro das expectativas dos *stakeholders* (CRISÓSTOMO; FREIRE; VASCONCELLOS, 2011).

Outra característica importante para este estudo é o diferencial de seu recorte, por incluir empresas de capital aberto e fechado, que atuam nas atividades de geração, transmissão e distribuição, e cujos relatórios socioambientais estão disponibilizados na página da ANEEL na *internet*, na Central de Informações Econômico-financeiras, relativos aos anos de 2010 até 2014.

Dessa forma, esta pesquisa é de interesse para governos que desejam discutir formas de incentivar a melhoria do *disclosure* socioambiental, para *stakeholders* que monitoram essas atividades das empresas, inclusive aquelas do SEB, e para a academia por contribuir para a discussão sobre os direcionadores que elevam o nível de *disclosure* socioambiental.

1.5 Estrutura Do Trabalho

O estudo está estruturado da seguinte forma: esta seção, que compreende a contextualização e a definição do problema de pesquisa; a seção 2, que trata da plataforma teórica referente a Sustentabilidade e o desempenho socioambiental, ao *disclosure* socioambiental à luz da teoria da legitimidade, a relação entre desempenho socioambiental e *disclosure* e como setor elétrico brasileiro desempenha e evidencia as informações socioambientais para construir sua legitimidade; a seção 3, onde é apresentada a amostra e os procedimentos metodológicos; a seção 4 onde são discutidos os resultados da pesquisa e a seção 5 que apresenta as conclusões e sugestões para futuras pesquisas.

2. PLATAFORMA TEÓRICA

2.1. Sustentabilidade e Desempenho Socioambiental

Para Daly e Cobb jr. (1994, p. 138), a palavra grega *Oikonomia* se refere ao gerenciamento da própria casa, de modo a agregar valor a todos os membros da casa a longo prazo. Ao expandir esse conceito para todo um país, se constrói a noção de "economia para a comunidade", que significa agregar valor para toda a comunidade em relação à terra, aos recursos econômicos, recursos naturais, biomas, instituições, o idioma e a própria história do povo.

Esses autores fazem um contraste entre os termos "Chrematística" e "Oikonomia", conforme definidos por Aristóteles. O primeiro se refere à manipulação e gerenciamento da propriedade e da riqueza para maximizar os ganhos do proprietário, conceito mais próximo daquilo que é ensinado tanto na economia moderna, quanto na contabilidade. O segundo, já mencionado, refere-se ao gerenciamento dos recursos para agregar valor a todos que necessitam deles (DALY; COBB Jr., 1994, p. 138).

O conceito de "economia para a comunidade" contém o que se denomina "desenvolvimento comunitário", que significa a gestão pensada de modo a abranger todas as pessoas de um local (uma empresa, um bairro, uma cidade ou um país), em vez de focar no indivíduo. Nesse sentido, o objetivo é pensar formas de se desenvolver a comunidade com políticas trabalhadas coletivamente, de modo que o esforço de todos leve ao resultado almejado pelo interesse comum (DALY; COBB Jr., 1994, p. 165).

O desenvolvimento humano consiste na ampliação das escolhas disponíveis para as pessoas para além da riqueza monetária. Os quatro elementos essenciais para esse desenvolvimento são: equidade, sustentabilidade, produtividade e Empoderamento. Equidade se refere às oportunidades disponíveis para todos (HARRIS et al., 2001, pp. 58-60).

Nesse sentido, Sustentabilidade significa que essas oportunidades durem mais do que uma geração. A produtividade é o atendimento das necessidades humanas, sejam elas cultura e educação tanto técnica quanto acadêmica. Empoderamento inclui os direitos à liberdade e à democracia, onde as pessoas possam participar de processos políticos e deliberar abertamente sobre os rumos que desejam tomar em suas vidas (HARRIS et al., 2001, pp. 58-60).

E nesse aspecto, a sustentabilidade é dividida em três dimensões: Econômica, Social e Ambiental (GRI, 2006, p. 26).

A dimensão econômica se refere aos impactos da empresa sobre as condições econômicas de seus *Stakeholders* seja em nível local, nacional ou internacional e podem ser representados pelo fluxo de capital entre os *Stakeholders* (GRI, 2006, p. 26).

A dimensão ambiental se refere aos impactos das atividades empresariais sobre o meio ambiente, incluindo ecossistemas e biomas. Essa dimensão corresponde ao desempenho ambiental das empresas, e também podem ser representadas pelo fluxo de capital entre os *Stakeholders* (GRI, 2006, p. 26).

A dimensão social se refere aos impactos da organização na sociedade em que atua. Isso inclui, mas não se limita a: práticas trabalhistas, direitos humanos, responsabilidade sobre seus produtos e promoção de atividades culturais e educacionais (GRI, 2006, p. 26).

A preocupação com um futuro sustentável surgiu do reconhecimento de que o ser humano tem buscado a prosperidade sobre a depredação do ambiente e de seu semelhante. O processo de desmatamento, poluição do ar e dos rios causam danos ao ambiente e o aumento da pobreza e a exploração de mão-de-obra prejudicam a saúde humana (ONU, 1987, pp. 39-48).

A poluição do ambiente também é uma ameaça para a saúde tanto quanto é para o desenvolvimento econômico-social, uma vez que ao agir de forma predatória, pouco será deixado para ser explorado pelas gerações futuras (ONU, 1987, pp. 39-48).

E a saúde é uma das questões fundamentais quando se analisa o problema de poluição do ar e da água. Nesse sentido, a utilização de indicadores e índices de

sustentabilidade ajuda os tomadores de decisão a analisar o problema de forma mais acurada. Assim, é possível reconhecer os problemas e tomar medidas para resolvê-los (HÁK; MOLDAN; DAHL, 2007, pp. 238-240).

Porém, a ONU (1987, pp. 207-209) reconhece a importância da produção industrial como direcionador de desenvolvimento econômico e humano. O objetivo, portanto, é discutir formas de se produzir de forma socialmente responsável (evitando poluição, desperdício de energia e de recursos, e elevação da quantidade de lixo) sem restringir demasiadamente o desenvolvimento industrial.

Entende-se que a sustentabilidade atualmente é vista como um processo interno nas organizações. É essencial mensurar e prestar contas das atividades socioambientais. Para isso, é necessário a criação de indicadores de desempenho socioambiental, como medidas operacionais para avaliar o nível de comprometimento da empresa com o desenvolvimento sustentável (DS) (GALLOPÍN, 1997).

Assim, as empresas precisam alinhar seus objetivos econômicos a projetos que envolvam a cidadania, ética, e preservação do meio ambiente. Uma vez que a sociedade tem percebido a postura das empresas em relação a esses assuntos como fatores decisivos para o sucesso empresarial (COSTA; CARVALHO, 2005).

A preocupação das organizações com as questões relacionadas ao meio ambiente tem crescido nos últimos anos, uma vez que tanto a reputação das organizações quanto o seu valor de mercado podem ser afetados em virtude de infrações contra o meio ambiente (FERNANDES, 2013).

Como as empresas interagem com a sociedade onde atuam, existe a busca por produtos diferenciados que possam atrair a atenção do público e resultar na prosperidade da empresa (AZEVEDO e CRUZ, 2008).

Nessa conjuntura, a contabilidade ambiental busca adaptar os objetivos da contabilidade financeira, de forma a identificar, mensurar e evidenciar os eventos e transações econômico-financeiras concernentes à relação da empresa com o meio ambiente (RIBEIRO, 2006).

Como a função da contabilidade é divulgar informações para as partes interessadas, Os relatórios socioambientais das organizações devem apresentar padrões mínimos de evidenciação que possibilitem a comparabilidade de resultados entre as empresas, pois os *stakeholders* monitoraram o desempenho socioambiental das organizações por meio da análise desses relatórios (FERNANDES, 2013).

Para Freeman (1984, p 23-25), o *stakeholder* é todo aquele que afeta ou é afetado pelas ações da empresa, ou seja: são pessoas, governos, ou outras entidades com as quais as empresas têm interações tanto positivas quanto negativas.

Por isso, a utilização de índices de sustentabilidade e desenvolvimento social é tão importante quanto os índices como o PIB, o BOVESPA, e a inflação, por exemplo. Esses últimos índices citados informam ao cidadão como a economia do país tem se comportado e qual foi o desempenho do governo e das empresas nesse campo. Um índice de sustentabilidade e de desempenho social demonstra para o cidadão, um *stakeholder*, qual foi o empenho que a empresa e o governo tiveram no esforço de manter o ambiente equilibrado e trazer melhorias de qualidade de vida para as pessoas de um país (HÁK; MOLDAN; DAHL, 2007, pp. 84-86).

Apesar do baixo nível de consenso sobre o conceito de DS, há a necessidade de se desenvolver ferramentas que procurem mensurar a sustentabilidade. E os indicadores devem fornecer informações preventivas de danos econômicos, sociais ou ambientais e auxiliar os gestores na avaliação do desempenho em relação aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (BELLEN, 2006 pp. 41 e 43).

Para Harris et al (2001, pp. 282-284), conforme as empresas vêm crescendo em poder, os *stakeholders* tem reconhecido o impacto que elas causam, como utilização de materiais cancerígenos e discriminação de raça ou gênero no processo seletivo de colaboradores.

Embora exista uma discussão sobre se a responsabilidade sobre os rumos da sociedade cabem às empresas ou aos governos, é evidente que as empresas são fontes de interações socioambientais negativas e que, por isso, devem minimamente contribuir para manter o equilíbrio, já que não há consenso de que deve ser ela quem deve resolver os problemas sociais e ambientais (HARRIS et al. 2001, pp. 283-284).

As informações socioambientais geralmente são divulgadas quando esse tipo de interação afeta, de algum modo, a tomada de decisão dos investidores. Os demais *stakeholders* são ignorados nesse processo. Em virtude disso, somente com regulação estatal é que as empresas divulgarão informação desse tipo (HARRIS et al. 2001, pp. 293-294).

Como aconteceu nos EUA em 1986: ocorreu um acidente envolvendo emissões de gases tóxicos pela usina de Union Carbide, em Bhopal, Índia. A partir deste evento, diversas empresas passaram a ser obrigadas a divulgar informações concernentes as interações ambientais. O modelo vigente de *disclosure* ainda é muito focado nos relatórios financeiros, e por isso a necessidade de regulação governamental nesse sentido (HARRIS et al. 2001, pp. 293-294).

Além disso, Deegan e Blomquist (2006) verificaram qual foi a reação dos gestores do setor de mineração da Austrália após a ONG WWF-Australia começar a interagir com o conselho do setor e empresas específicas. Os autores constataram que a pressão exercida pela ONG provocou revisões nos critérios de práticas e de *disclosure* socioambientais.

Os *stakeholders* têm diversas origens: a própria sociedade, ativistas religiosos, ecológicos ou políticos e alguns investidores institucionais. Esses grupos externos à atividade da empresa podem exercer pressão sobre ela e inclusive podem forçar os governos a aplicarem sanções que oneram as atividades da companhia (MAKNI; FRANCOEUR; BELLAVANCE, 2008).

2.2 Atuação Socioambiental das Empresas à Luz da Teoria da Legitimidade

Antes dos anos 1960, as empresas que apresentavam lucro tinham suas atividades consideradas legítimas, pois esse era o entendimento sobre o objetivo da entidade na época. Todavia, a partir do referido período, a sociedade passou a considerar atentamente os impactos do crescimento das empresas em suas vidas e no ambiente (BURCHELL et al., 1980; PATTEN, 1992).

A teoria da legitimidade, um desmembramento da teoria da política econômica, assume que as empresas se utilizam do *disclosure* para legitimar o contrato que existe entre elas e a sociedade. A última é compreendida como fornecedora de recursos para a primeira. Portanto, se as demandas da sociedade não são atendidas, a empresa rompe o contrato estabelecido com a sociedade e não será mais capaz de ser reconhecida por ela (IENG CHU; CHATTERJEE; BROWN, 2012; O'DONOVAN, 2002; WILMSHURST; FROST 2000).

Conforme Deegan (2002), a teoria da legitimidade é considerada uma teoria de sistemas orientados, onde a empresa é influenciada pela sociedade onde ela está inserida assim como ela influencia a sociedade. Dessa forma, as políticas de evidenciação socioambientais se configuram instrumentos para controlar e gerenciar a percepção dos entes sociais externos: governo e sociedade, determinado por conceitos morais e éticos relacionados ao ambiente construídos pela sociedade.

No entanto, nesse processo de decisão dos gestores e a regulamentação do setor ou pelo governo, fazem haver a esperança de que a empresa aja de acordo com esses aspectos socialmente aceitáveis. Assim, a diferença entre a expectativa social em relação à empresa e suas ações chama-se *Legitimacy gap*. Quanto maior essa diferença, menos legítima é a empresa (TREGIDGA; MILNE; KEARINS, 2010).

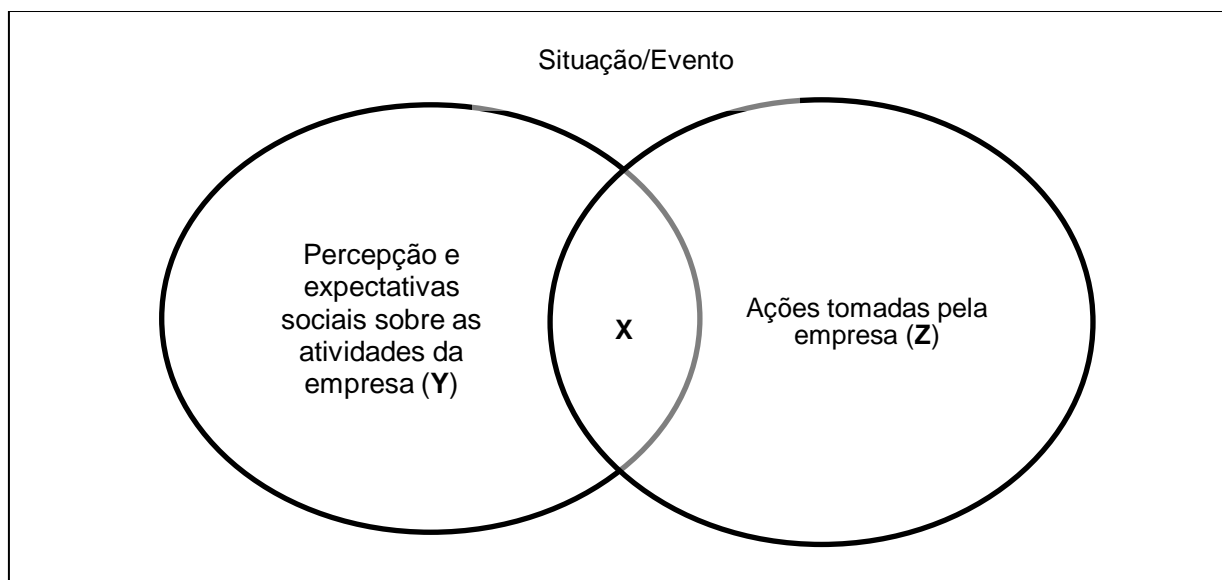
Em sua pesquisa, Patten (1992) analisou os relatórios de 21 empresas de petróleo listadas no índice Fortune 500, dos EUA, que atuam no Alaska, nos anos de 1988 e 1989. Ele concluiu que quando a empresa tem interações socioambientais negativas, o *disclosure* tende a ser maior, numa tentativa de resgate da legitimidade dos negócios.

Para diminuir o *legitimacy gap*, as empresas devem se utilizar das ações socioambientais e da comunicação para demonstrar à sociedade seu alinhamento com aquilo que é esperado dela e assim construir sua legitimidade (TREGIDGA; MILNE; KEARINS, 2010).

Conforme a Figura 1, o *legitimacy gap* corresponde à área X, que é a interseção entre o que a sociedade espera (Y) e as ações tomadas pela empresa (Z) para resolver o evento/situação socioambiental negativa. O ideal, segundo O'Donovan (2002) é que a área X seja a maior possível, indicando o esforço da empresa em

resgatar sua legitimidade e ser socialmente responsável, tomando as ações que a sociedade espera que ela tome.

Figura 1 – *Legitimacy Gap*



Fonte: Adaptado de O'Donovan (2002)

Em sua pesquisa, O'Donovan (2002) entrevistou gestores de 3 empresas australianas (mineração, química e celulose) entre os anos de 1983 e 1997, e concluiu que os relatórios socioambientais constituem-se de instrumentos de relações públicas, focados em transmitir informações genéricas, uma vez que seu público alvo são pessoas não esclarecidas ou pouco interessadas em informações socioambientais.

Todavia, o autor reconhece que ao longo do período estudado, a qualidade do *disclosure* aumentou em virtude do crescimento da demanda dos *stakeholders*. Ou seja, as empresas analisadas estavam construindo sua legitimidade e aumentando sua reputação direcionada por pressões externas (O'DONOVAN, 2002).

Pelo fato de a empresa estar numa relação de interdependência com a sociedade onde está inserida, ela se estrutura de maneira isomórfica com a mesma. Outra razão para a empresa se portar desse modo é que, enquanto construção social, ela reflete o ambiente em que está inserida (EUSKE; RICCABONI, 1999; MEYER; ROWAN, 1977). Por essas razões que a empresa busca legitimar suas atividades para obter permissão e aceitação social para continuar a funcionar.

Por outro lado, quando os relatórios socioambientais são utilizados de forma defensiva, podem resultar em benefícios para a entidade por induzir a impressão geral de que a empresa é consciente de suas responsabilidades perante a sociedade e está preocupada com a forma como seus negócios influenciam nessas responsabilidades (ORLITZKY; SCHMIDT; RYNES, 2003).

Para Qiu, Shaukat e Tharyan (2014), o *disclosure* socioambiental é motivado pela pressão exercida pela sociedade e têm por objetivo obter autorização social para continuar suas operações de forma legítima, fato este explicado em sua pesquisa envolvendo 629 empresas listadas na Bolsa de Valores de Londres com índice (FTSE350), no período compreendendo (2005 a 2009).

Na pesquisa desses autores, foi constatado que as empresas que mais evidenciam informações ambientais apresentavam maior valor de mercado, fato este que poderia ser motivado pela alta expectativa de crescimento dos fluxos-de-caixa dessas empresas, sugerindo que aquelas que detêm mais recursos financeiros são as que mais evidenciam, e por isso têm maiores benefícios econômicos com o *disclosure*.

Ao detalhar mais a legitimidade, Suchman (1995) afirma que existem três tipos de legitimidade organizacional: a normativa, a pragmática e a cognitiva:

- A legitimidade normativa é definida pelo fato de a organização refletir as normas, leis e padrões definidos pela sociedade.
- Na pragmática, a empresa supre as necessidades dos *stakeholders* com seus bens e serviços e recebe substancial apoio de legitimidade.
- Por fim, a legitimidade cognitiva é definida pelo alinhamento entre os objetivos da organização e aqueles da sociedade onde está inserida (SUCHMAN (1995), tradução nossa).

Em uma revisão da literatura existente sobre legitimidade organizacional, Brinkerhoff, (2005), sintetizou os três tipos de legitimidade descritos por Suchman (1995) conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de Legitimidades

| Tipo | Definição | Relação com os seus constituintes |
|------|-----------|-----------------------------------|
|------|-----------|-----------------------------------|

| Tipo | Definição | Relação com os seus constituintes |
|-------------------------|--|---|
| Legitimidade Normativa | A organização reflete normas, padrões e valores aceitáveis e desejáveis pela sociedade. | A organização age conforme normas e regulamentos de evidênciação de resultados, procedimentos e tecnologias, estruturas, liderança e colaboradores. |
| Legitimidade Pragmática | A organização supre as necessidades e os interesses dos <i>stakeholders</i> e de seus constituintes. | A organização vende serviços e produtos que os <i>stakeholders</i> anseiam e recebem apoio e legitimidade. |
| Legitimidade Cognitiva | A organização tem objetivos e ações que estão em consonância com o entendimento social daquilo que é apropriado e desejável. | A organização toma ações razoáveis e esperadas de acordo com a realidade socialmente construída. |

Fonte: adaptado de Brinkerhoff (2005)

Quanto às fontes da legitimidade, Brinkerhoff (2005) considera que ela emana de três bases:

- Da lei, onde uma empresa que age conforme as leis pode ser considerada legítima;
- Dos padrões e normas de licenciamento, pois indica que a organização está alinhada com algum padrão estabelecido por seus pares (isomorfismo); e
- Da expectativa de desempenho, que ocorre quando a empresa age conforme as expectativas dos *stakeholders*.

Todavia, a percepção da legitimidade de uma entidade pode variar de acordo com as mudanças nas perspectivas da sociedade, possíveis acidentes socioambientais que exigem da empresa uma reação rápida para manter sua reputação, além de mudanças nos marcos regulatórios do setor em que ela atua. Cabe ao gestor perceber essas mudanças e tomar decisões que visem recuperar e ampliar a legitimidade da organização (GARCIA; PELEIAS; PETERS, 2014).

Em sua pesquisa, Garcia, Peleias e Peters (2014) analisaram a forma como 30 empresas listadas na BOVESPA divulgam suas auditorias ambientais conforme a ISO 14001. Concluíram que as empresas da amostra buscam melhorar sua reputação divulgando sua adequação às normas ambientais, como fazem o gerenciamento ambiental e que isso pode levar a vantagens competitivas.

Utilizando pesquisa documental, Beuren, Gubiani e Soares (2013) buscaram analisar as estratégias utilizadas nos relatórios de administração de empresas estatais de capital aberto do setor elétrico brasileiro, à luz dos três tipos de legitimidade propostas por Suchman (1995). Concluíram que as empresas estão num estágio de manutenção da legitimidade, com a intenção de expandi-la.

Nessa pesquisa, onde houve a análise de 4 Relatórios socioambientais, A estratégia com maior destaque foi a pragmática. As autoras acreditam que essa estratégia está sendo utilizada por ser mais facilmente reconhecida pelos *stakeholders*, uma vez que envolve ações comunitárias e ambientais de maior visibilidade. Nesse sentido, as empresas estariam buscando melhorar sua reputação por meio dessa estratégia (BEUREN; BUBIANI; SOARES, 2013).

Segundo Friedman (2007), a empresa não deve ignorar os *stakeholders*. Em vez disso, ela deve se preocupar com suas relações econômicas, sociais e ambientais, de modo a diminuir a imposição de custos nessas três áreas, que podem vir tanto na forma legal, como novas leis para internalizar as externalidades provocadas pela empresa, quanto dos próprios *stakeholders*. Estes o fazem por meio de boicotes, greves, cortes de fornecimento e outras formas de imposição de custos.

Minimamente a empresa precisa cuidar dessas relações para manter suas operações, quando se trata da esfera legal, de modo a evitar ser punida legalmente ou evitar a criação de novos instrumentos legais que possam limitar suas operações (SALZMANN; IONESCU-SOMERS; STEGER, 2005). Dessa forma, a sustentabilidade é um instrumento que as empresas podem utilizar para proteger seus negócios de forma legítima perante a sociedade.

Para Burchell et al. (1980) e Hopwood (1983, 1987), que discutiram a função da contabilidade enquanto instrumento viabilizador de tomadas de decisão, planejamento e controle do ponto de vista organizacional, afirmam que a demanda atual requer seja rompida a barreira organizacional e alcance a sociedade, por meio de regulamentação estatal, o interesse dos *stakeholders* pelos relatórios financeiros e o desenvolvimento do pensamento de como a empresa influencia a sociedade.

Segundo O'Donovan, (2002), a teoria da legitimidade se apresenta como principal explicação para o nível de evidenciação socioambiental dos últimos anos, pois como a empresa é uma construção social, ela precisa da permissão da sociedade para continuar suas atividades. Para obter essa licença, a empresa utiliza os relatórios socioambientais para conferir legitimidade às suas atividades.

Complementar a isso, Suchman (1995) considera que os gestores podem ampliar a legitimidade gerenciando-a de três maneiras: pela conformidade, pela informação ou

pela manipulação. Brinkerhoff, (2005) sintetizou essas três formas conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Estratégias de Legitimidade

| Estratégia de Legitimidade | Ações |
|--|--|
| Conformidade: assemelha-se a outras organizações (isomorfismo) | A organização adota estruturas, procedimentos e sistemas em conformidade com outras organizações similares que são percebidas como legítimas. |
| Informação: comunicar com “vocabulário legítimo”. | A organização comunica-se com seus <i>stakeholders</i> por meio de terminologias associadas a objetivos, atividades e resultados socialmente considerados legítimos. |
| Manipulação: exposição de mitos e cerimônias | A organização gerencia mitos (por exemplo: senso comum de causa e efeito), cerimônias (procedimentos e práticas socialmente apropriados), e símbolos para criar novas crenças e valores por meio de manipulação cognitiva de legitimidade. |

Fonte: adaptado de Brinkerhoff (2005)

Na estratégia de conformidade, a empresa busca copiar o comportamento de outras firmas que são consideradas socialmente legítimas.

Por meio da informação, a empresa divulga relatórios cuja mensagem veicula objetivos, ações e resultados socialmente esperados, o que confere legitimidade aos negócios.

Por fim, a manipulação é o gerenciamento de mitos socialmente construídos sobre as causas e efeitos de temas de impacto (aquecimento global, desmatamento, desigualdade de gênero) e cria novos valores que fazem os *stakeholders* aceitarem a empresa como legítima em suas práticas (SUCHMAN, 1995).

Além disso, as empresas agem de forma diferente conforme o setor de atividade e o desempenho socioambiental. Conforme a pesquisa de Cho e Patten (2007), que levou em consideração uma amostra de 100 empresas listadas no índice KLD nos anos 2001 e 2002, foi constatado que as empresas que apresentaram pior desempenho tenderam a evidenciar mais, tal como as empresas de setores expostos a problemas de desempenho socioambiental.

A pesquisa de Mobus, (2005) evidenciou que, para empresas petrolíferas estadunidenses, a legitimidade é um recurso tão caro que, mesmo quando o estado as obriga a divulgarem relatórios socioambientais tratando especialmente de multas, a empresa tende a não violar as normas de proteção ambiental em períodos subsequentes. Isso mostra que a pressão do estado pode aumentar não somente o nível de evidenciação, mas também o desempenho socioambiental.

Em seu estudo, Wiseman, (1982) testou se existe relação entre o nível de *disclosure* socioambiental dos relatórios de 26 empresas de setores ambientalmente sensíveis e o desempenho socioambiental das respectivas empresas. A autora não encontrou relação significativa entre as duas grandezas, mas atribuiu o resultado ao fato de que os relatórios socioambientais estavam incompletos, conforme índice de nível de *disclosure* utilizado por ela.

As atividades mais danosas ao ambiente e à sociedade, quando praticadas por grandes empresas, chamam a atenção de grupos de pressão como ativistas ecológicos, sindicatos de empregados, agências reguladoras do governo e a sociedade em geral. Esses grupos exercem pressão sobre a firma para que esta divulgue mais informação. Portanto, quanto maior a pressão exercida pelos *stakeholders*, maior será o nível de evidenciação esperado (MAGNESS, 2006).

No Brasil, por meio de pesquisa documental, Sancovski e Silva (2010) objetivando investigar a forma de como a estatal, Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) veiculou informações de ordem social em seus relatórios anuais entre 1993 e 2002, concluiu-se que a companhia focou-se em aspectos sociais positivos como forma de resgatar a legitimidade, tal como visto por Cho e Patten, (2007).

Todos esses fatos estão relacionados aos custos políticos, e sua magnitude tem relação direta com o tamanho da empresa, onde empresas maiores têm que envidar mais esforços para convencer os *stakeholders* de que seus negócios são legítimos. Isso porque as empresas maiores tendem a tomar ações mais danosas ao ambiente e terem um número maior de *stakeholders* afetados (WATTS; ZIMMERMAN, 1978).

Entretanto, não se pode esperar que as empresas publicassem relatórios livres de viés voluntariamente. Segundo Husillos, Larrinaga e Spence (2009), o estado tem um papel fundamental de regulador, por meio de suas agências e outros órgãos,

para forçar as empresas a, minimamente, divulgarem informações socioambientais específicas que são do maior interesse da sociedade.

Em sua pesquisa, Husillos, Larrinaga e Spence (2009) analisaram os relatórios socioambientais de uma subsidiária da Volkswagen em Navarra entre os anos de 1986 e 2005. Elas concluíram que a empresa se utilizou do *disclosure* socioambiental de forma manipulativa para legitimar um novo processo produtivo com apoio ideológico do Estado.

A despeito da importância que as empresas têm na capacidade de modificar o ambiente e a vida das pessoas, nem todos os países se comportam do mesmo modo. Em países em desenvolvimento, aparentemente os relatórios socioambientais não passam de instrumentos de relações públicas, que a empresa utiliza para gerenciar sua reputação, a percepção que a sociedade e principalmente o governo têm de suas atividades (AHMAD; SULAIMAN, 2004).

Coerente com esse pensamento, Czinkota, Kaufmann e Basile (2014) pontuam que a relação entre legitimidade e reputação promove visibilidade e credibilidade à empresa. A reputação pode afetar a legitimidade da empresa, quando se leva em consideração a competição por mercados, na busca por aceitação social dos negócios da empresa.

Em sua pesquisa, Orellano e Quiota (2011) investigaram a relação entre desempenho socioambiental e retorno financeiro. A amostra da pesquisa eram 44 empresas brasileiras, entre os anos de 2001 e 2007. Os resultados apresentaram uma correlação positiva, em especial com o investimento social interno. As autoras atribuem o resultado ao fato de que os investimentos no desenvolvimento humano dos colaboradores resultam em retorno financeiro, medido pelo retorno sobre o ativo.

As autoras utilizaram, como *proxy* para desempenho socioambiental, os investimentos sociais e ambientais, tanto internos quanto externos (ORELLANO; QUIOTA, 2011). Esses investimentos representam o compromisso das empresas com a sustentabilidade empresarial.

Na pesquisa de Branco e Rodrigues (2006), foi analisado o *disclosure* de 15 bancos portugueses nos anos de 2003 e 2004. Os autores concluíram que os bancos com maior visibilidade pelos clientes parecem ter grande preocupação em melhorar a imagem corporativa por meio da evidenciação de informações socialmente responsáveis.

A pesquisa de Pereira, Bruni e Dias Filho (2010) analisou-se os relatórios da administração e as notas explicativas (enquanto canais de comunicação) segundo a deliberação 488/05 da CVM de 102 empresas listadas na BM&FBovespa, em 2009. Concluíram que empresas de indústrias ambientalmente sensíveis buscam mais legitimidade perante os *stakeholders* do que aquelas de setores que não são ambientalmente sensíveis e o fizeram pelo canal que julgavam mais conveniente para comunicar aos *stakeholders*.

Dessa forma, o *disclosure* socioambiental constitui um instrumento para as empresas utilizarem com a finalidade de proteger seus negócios de forma legal e legítima perante a sociedade.

2.3. Relação entre Desempenho e *Disclosure* Socioambiental

A Teoria do *disclosure* tem por objetivo explicar o fenômeno das divulgações financeiras, para explicar e prever os fatores que motivam as escolhas de informações a serem evidenciadas (VERRECHIA, 2001). E as organizações estão empenhadas em divulgar suas ações sociais e sua ética corporativa (MORSING; SCHUTZ 2006).

E o objetivo da divulgação contábil é fornecer informações relativas ao desempenho econômico-financeiro, social e ambiental das empresas; visando atender aos anseios dos *stakeholders* (VERRECHIA, 2001).

Porém, se divulgar uma informação é custoso e os gestores decidem por não divulgá-la, os *stakeholders* podem interpretar que as informações são negativas; ou

ainda, que são positivas, mas não trazem benefícios suficientes para justificar sua evidenciação (VERRECHIA, 2001).

Contudo, os gestores poderão decidir por evidenciar informações negativas de maneira voluntária quando acreditam que serão mais penalizados pelos *Stakeholders* caso não as divulguem. Esta afirmativa baseia-se no conceito de seleção adversa: Entende-se que sem informações, os investidores iram descontar os ativos até o nível em que passa a ser vantajosa a divulgação de uma informação desfavorável (VERRECHIA, 2001).

Além disso, Braga e Salotti (2008) afirmam que a não evidenciação de informações socioambientais pode ser interpretada pelos *stakeholders* como uma falta de compromisso da empresa com as questões ambientais e sociais.

No entanto, os gestores têm diversos incentivos pessoais no processo de escolha das informações a serem evidenciadas: remuneração baseada em desempenho, *covenants*, ou pressões relacionadas à governança corporativa (HEALY e PALEPU, 2001). Tais incentivos podem prejudicar a qualidade e a confiabilidade do *disclosure* socioambiental.

Somado a isso, as empresas variam o nível de evidenciação em seus relatórios conforme necessário. A teoria da legitimidade prevê que as companhias analisarão o cenário atual em relação à reputação de suas atividades e publicarão relatórios socioambientais que se ajustem à legitimidade de sua atividade de modo a evitar que possíveis ameaças causem prejuízos no futuro (DE VILLIERS; VAN STADEN, 2006).

De acordo com De Villiers e Van Staden (2006), a teoria da legitimidade consegue explicar a redução gradual na qualidade do *disclosure* pelos seguintes motivos, já consubstanciados nos demais autores citados:

- Quando as suspeitas da sociedade sobre as ações da empresa diminuem ou desaparecem;
- Quando uma empresa muda de uma estratégia de construção da legitimidade para a manutenção dela;
- Quando os gestores entendem que a pressão exercida por alguns *stakeholders* não é mais tão relevante quanto outrora;
- Quando os gestores acreditam que parar de falar de determinado tópico possa reduzir sua importância;

- Quando os gestores preferem divulgar assuntos mais em voga ou quando têm boas notícias socioambientais; e
- Quando os gestores percebem que algum tópico se tornou sensível à pressão dos *stakeholders* (DE VILLIERS; VAN STADEN, 2006, tradução nossa).

Nesse sentido, o *disclosure* socioambiental é sempre seletivo e parcial, uma vez que manter a reputação é mais fácil do que ganha-la ou recuperá-la e que o *disclosure* é utilizado para manipular a opinião pública (DE VILLIERS; VAN STADEN, 2006).

Em sua pesquisa, De Villiers e Van Staden (2006) analisaram os relatórios socioambientais das 100 maiores empresas africanas, inclusive empresas de mineração, entre os anos de 1994 a 2005. O resultado de maior destaque da pesquisa foi que eles encontraram um declínio na qualidade do *disclosure* a partir do ano de 1999, ocorrendo ênfase no *disclosure* social.

Embora os gestores tenham culpado a falta de regulamentação para o declínio na evidenciação, os pesquisadores entendem que o motivo real foi a oportunidade de mudar o foco do relatório para assuntos mais em voga (DE VILLIERS; VAN STADEN, 2006).

Desta forma, conclui-se que a evidenciação socioambiental não ocorre de forma voluntária ou quando a evidenciação não for capaz de dar legitimidade as atividades das empresas; mas também resultará em intervenção governamental, aumentando as restrições legais e regulatórias, etc. Sendo estes os incentivos econômicos para a busca da legitimidade (VERRECHIA, 2001).

E conforme Grossman e Hart (1980) e Verrechia (2001), somente por meio de regulação é que as empresas farão divulgações completas. Pois o custo de divulgar uma informação que tenha impactos negativos na reputação da empresa é mais alto do que o benefício pela sua omissão. Eis o papel fundamental do Estado no processo de transparência do desempenho socioambiental das empresas.

Consoante a isso, Healy e Palepu (2001) consideram que o *disclosure* obrigatório é mais confiável que o discricionário, pois a confiabilidade do segundo está associada a altos custos judiciais e ao prejuízo na reputação das empresas, caso a empresa seja suspeita de manipulações de informações.

Nos últimos anos, tem-se notado que as empresas que depredam mais o ambiente em função de seu modelo de negócio tendem a fazer maior *disclosure* de suas atividades e demonstram mais detalhadamente o que têm feito para reduzir os impactos ao meio e à sociedade na qual está inserida (DE VILLIERS; VAN STADEN, 2006).

A sociedade demanda informações sobre o desempenho socioambiental das empresas, em especial os investimentos realizados. Estas informações são evidenciadas nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade e nos Balanços Sociais das empresas (TINOCO e KRAMER, 2011).

Segundo Patten, (2002), os estudos que tentaram buscar entender a relação entre *disclosure* e desempenho ambiental demonstraram não haver relação significativa entre essas duas variáveis por problemas relacionados às métricas de desempenho socioambiental, e uso de variáveis de controle e amostras inadequadas. No entanto, ele próprio propôs a utilização das variáveis de controle Tamanho e Setor.

Na pesquisa de Patten (2002), foram analisados relatórios de 131 empresas americanas no ano de 1988. Com isso, o autor constatou que essas duas variáveis de controle estão relacionadas positivamente com maior *disclosure*. Em contrapartida, o desempenho socioambiental apresentou correlação negativa. Para Patten (2002), significa que o *disclosure* socioambiental é feito em função do nível de exposição da empresa a pressões sociopolíticas.

Com métricas de desempenho ambiental é possível responder aos *stakeholders* sobre como a companhia está lidando com as questões ambientais de forma objetiva e clara. Para ser eficiente, esse tipo de gerenciamento ambiental depende de quão bem a empresa controla seus gastos referentes ao consumo de recursos naturais e como ela transforma essa utilização em vantagem competitiva sem causar dano ao ambiente (BURNETT; HANSEN, 2008).

Por exemplo, segundo Hillman e Keim (2001) os investimentos na melhoria do relacionamento com os empregados, o que inclui treinamento, salários e oportunidades de crescimento na empresa (plano de carreira), pode levar ao aumento no valor dos negócios da empresa por meio da melhoria da qualidade do produto ou serviço ofertado pela empresa.

Em contrapartida, diminui a possibilidade de perda de conhecimento e tecnologias para concorrentes, *lay-offs* e giro de empregados, o que contribui para a consolidação da cultura da empresa e a consistência do ciclo produtivo (HILLMAN; KEIM, 2001).

Na pesquisa de Campos (2012), que analisou os relatórios de sustentabilidade de 49 empresas brasileiras, inclusive do SEB, constatou que os investimentos sociais externos em atividades culturais e esportivas sofrem impactos causados pelo desempenho financeiro (fluxo de caixa) das empresas. Em contrapartida, os investimentos externos em meio ambiente estão relacionados ao Patrimônio Líquido (resultado) das empresas, que seria um indício de que as empresas dedicam menos atenção à dimensão ambiental.

O que leva o desempenho socioambiental e o seu respectivo *disclosure* a ser uma preocupação dos órgãos normatizadores de padrões contábeis e de órgãos reguladores de áreas sociais consideradas estratégicas para os governos (CLARKSON et al., 2008).

Além das políticas governamentais, a contabilidade também pode ser utilizada para legitimar os negócios da empresa. A questão é que a empresa pode tomar decisões difíceis de legitimar e que, caso não seja feito de forma adequada, pode leva-la a ser malquista no país de origem e também em suas atividades extranacionais (MÄKELÄ; NÄSI, 2010; AHMAD; SULAIMAN, 2004).

O objetivo da divulgação contábil é a divulgação de informações relacionadas ao desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das empresas. Assim, a contabilidade produz informações para atender as necessidades dos diversos *stakeholders* (TINOCO; KRAMER, 2011, p. 234).

No entanto, a contabilidade não deve ser utilizada de forma a legitimar práticas menos racionais, ou mesmo falsas, como forma de a empresa se adequar ao que é esperado dela, em vez de servir para demonstrar de maneira racional as decisões tomadas *ex-ante* (GAMBLING, 1977).

Essa atitude, classificada como isomorfismo institucional, visa proteger a entidade de sanções ou maiores explicações sobre suas atividades, uma vez que a empresa se mostra alinhada com aspectos socialmente concebidos (LOPES; IUDÍCIBUS, 2012).

O processo de isomorfismo não se limita à mimetização comportamental da empresa, mas o próprio ambiente exerce modificações que levam a mudança de cursos estratégicos de ação das empresas, em um processo dinâmico. Para cada nova tendência estabelecida no ambiente, será necessário fazer adaptações nas estratégias da empresa para obter legitimidade (CZINKOTA; KAUFMANN; BASILE, 2014)

E, corroborando esse pensamento, De Villiers e Van Staden (2006) afirmam que as empresas farão o que julgarem essencial para a manutenção da reputação da empresa enquanto negócio legítimo, em concordância com as afirmações de Patten (2002).

Por outro lado, a Contabilidade deve ser aliada as boas práticas, e demonstrar a realidade da empresa não meramente de dados numéricos, mas de modo a favorecer uma melhor tomada de decisão por parte dos gestores e dos *stakeholders*. Há uma relação causal muito maior dos resultados apresentados, envolvendo resultados econômicos, pessoas, estratégias, satisfação e credibilidade. (CAMPOS, 2013)

Para Burchell et al. (1980) e Hopwood (1983, 1987), que discutiram a função da Contabilidade enquanto instrumento viabilizador de tomadas de decisão, planejamento e controle do ponto de vista organizacional, afirmam que a demanda atual requer que seja rompida a barreira organizacional e alcance a sociedade, por meio de regulamentação estatal, o interesse dos *stakeholders* pelos relatórios financeiros e o desenvolvimento do pensamento de como a empresa influencia a sociedade.

O estudo de Mäkelä e Näsi (2010) constatou que os empregados e seus representantes percebem as ações sociais empresariais de forma diferente da empresa. Mostraram que empresas passando por processos de desinvestimento

podem usar a contabilidade para legitimar suas ações, mesmo que não sejam do interesse dos *stakeholders* afetados.

Com o objetivo de verificar se existe relação entre retornos anormais e a responsabilidade social corporativa, Nossa et al. (2009) utilizaram os indicadores sociais internos e externos, bem como os indicadores ambientais presentes no Balanço Social sugerido pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) como *proxies* para desempenho socioambiental. Os autores não encontraram relação significativa entre os retornos anormais e o desempenho socioambiental.

Em uma pesquisa exploratória, Milani Filho (2008) que investigou como as 52 empresas, sendo 34 inscritas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa e 18 no setor de Fumo, entre 2004 e 2005, evidenciam investimentos sociais em seus relatórios, demonstrando ainda que em alguns setores, como fumo, bebidas alcóolicas e armas (sensíveis a externalidades negativas), não costumam evidenciar quanto foi gasto em ações sociais, ao contrário das 8 empresas do setor elétrico.

Um dos resultados mais relevantes dessa pesquisa é que nem todas as empresas que afirmam realizar investimentos socioambientais não evidenciam esse fato nos relatórios em termos financeiros. Segundo o autor, isso pode ser um indício de que as empresas de setores diferentes têm incentivos diferentes para o *disclosure*. O setor de fumo, por exemplo, sofre pressão dos *stakeholders* de maneira diferente do setor de bebidas, o que indicaria que o setor de fumo utiliza o *disclosure* socioambiental como ferramenta de marketing (MILANI FILHO, 2008).

Em seu estudo, Corrêa (2009) pesquisou a relação entre *disclosure* ambiental e desempenho ambiental de 55 empresas listadas na BM&FBOVESPA que compunham o índice IBOVESPA. Por meio de questionário, o autor construiu um índice de evidenciação e outro para desempenho ambiental, sendo o último baseado em percentual. Utilizando-se de análise fatorial e análise de conglomerados, o autor concluiu que as empresas com melhor desempenho ambiental divulgavam informações mais completas e de melhor qualidade.

Para Corrêa (2009), as informações ambientais de qualidade podem ser oriundas de melhor desempenho ambiental com o objetivo de demonstrar aos *stakeholders* que a entidade divulgadora está alinhada com as regulamentações governamentais, setoriais e de órgãos ligados às causas sustentáveis, o que aumenta a noção de legitimidade do negócio.

O autor analisou os relatórios GRI de 55 grupos empresariais listados na BM&FBOVESPA em 2008. Ele constatou haver relação positiva entre o desempenho ambiental (medido pelos indicadores ambientais GRI) e o nível de divulgação ambiental das empresas. Isto significa que as empresas que tiveram melhor desempenho foram as que divulgaram mais. Para o autor, a teoria da legitimidade explica satisfatoriamente esses achados (CORREA, 2009).

Em contrapartida, o estudo realizado por Cho (2007), envolvendo uma amostra de 221 empresas americanas em 2002, evidenciou que empresas que têm baixo desempenho ambiental tendem a relatar de forma mais otimista e demonstram menos certeza no texto do relatório, tornando-o enviesado. Dessa forma, as empresas com melhor desempenho divulgam informações claras e objetivas.

Prova disso é um estudo elaborado por Meng et al. (2014), utilizando 533 empresas chinesas pesquisadas sobre a relação entre desempenho e disclosure ambiental nos anos de 2009 e 2010. Os resultados do estudo mostram que (1) empresas com baixo e bom desempenho evidenciam mais do que a média. (2) empresas com baixo desempenho tendem a evidenciar informações mais suaves em relação às empresas que desempenharam bem, estas tendem a evidenciar informações mais consistentes. (3) As empresas de baixo desempenho tendem a evidenciar mais depois de serem acusadas de violação, Mas elas evitam evidenciações negativas, como a própria violação e as multas.

O estudo realizado por Ieng Chu, Chatterjee e Brown (2012) visava comparar o nível de detalhamento dos relatórios socioambientais com fatores econômicos como tamanho e lucratividade e características empresariais como propriedade estatal e listagem em bolsas internacionais de companhias chinesas.

O número de frases evidenciadas foi utilizado como *proxy* para o nível de *disclosure* ambiental para as empresas listadas nas bolsas de valores de Xangai. O

desempenho empresarial foi medido por meio do ROA, a pressão dos *stakeholders* foi medida pelo tamanho (SIZE), pela *dummy* de setores com altas emissões de gás (IENG CHU; CHATERJEE e BROWN, 2012).

Os autores concluíram que as maiores empresas, que sofrem mais pressão dos *stakeholders*, e os setores mais ambientalmente sensíveis—aqueles que emitiam mais gases poluentes—foram as empresas que mais evidenciaram informações socioambientais, conforme previa a teoria da legitimidade (IENG CHU; CHATERJEE e BROWN, 2012).

Além disso, para Meng et al (2014) e Ieng Chu, Chatterjee e Brown (2012), as empresas estatais evidenciam mais informações socioambientais que as empresas privadas, com o objetivo de demonstrar seu comprometimento social, que é maior do que o de empresas privadas.

Por isso, entende-se que o desempenho impacta não somente no nível de *disclosure* dos relatórios sociais e ambientais, mas também no tipo de informação evidenciada (DE VILLIERS; VAN STADEN, 2006). Da mesma forma, que se leva a uma nova maneira de se pensar o desenvolvimento econômico e humano, de modo que ele seja sustentável.

2.4 O Setor Elétrico Brasileiro, Desempenho Socioambiental, *Disclosure* e sua Legitimidade

O setor elétrico brasileiro passou por muitas fases desde sua implantação. Azevedo e Cruz (2009) consideram que a primeira fase foi marcada pelo domínio de empresas estrangeiras, até as primeiras décadas do século XX. Em seguida, o setor foi estatizado e assim permaneceu até os anos 80, quando ocorreu a privatização.

O processo culminou na criação da ANEEL no ano de 1996, após a lei nº 8.987/95 entrar em vigor. Essa lei regula as concessões e determina como será a fiscalização das atividades do setor.

As empresas de energia elétrica produzem, transmitem ou distribuem energia numa área limitada, o que inviabiliza a competição por novos mercados nos mesmos

espaços geográficos, e restringe a área de atuação das empresas. Essas restrições são previstas nos contratos celebrados entre as empresas e o governo brasileiro.

Em setembro de 2012, as empresas do setor elétrico passaram por intervenção federal em virtude do nível de endividamento das empresas. Por isso, a ANEEL entendeu que havia risco de comprometimento da qualidade do fornecimento de energia para os cidadãos e nomeou novos administradores.

Essa atitude fez empresas como CETEEP, CNEE (Companhia Nacional de Energia Elétrica) e EFLJC (Energia Força e Luz João Cesa) divulgarem que a intervenção impactou em suas operações, ocorrendo nomeações de novos administradores, no caso da CNEE. As demais empresas citadas não informaram quais foram as mudanças (CETEEP, 2014; CENEE, 2014; EFLJC, 2014).

A principal fonte de energia do Brasil é a hídrica, explorada na forma de usinas hidroelétricas. Essa modalidade de força motriz é a mais duradoura e menos agressiva ao ambiente uma vez implantada. Todavia, é justamente sua implantação que sofre resistência por demandar construção de barragens e inundações de áreas verdes próximas (D' ARAÚJO, 2009, p. 43).

Sobre a questão, a International Hydropower Association possui diretrizes de eco-eficiência com o objetivo de orientar as empresas e governos sobre as questões ambientais envolvendo a construção e manutenção das hidroelétricas. Entre elas estão a análise das opções de expansão de produção, prover eficiência energética e a redução do consumo de recursos naturais (D' ARAÚJO, 2009, pp. 43-44)

Um dos problemas que o setor enfrenta é a crise hídrica do ano de 2013 e que se estendeu em 2014, que foi relatada como causa de dificuldades financeiras no setor, conforme relatórios socioambientais da Energia Força e Luz João Cesa, de Santa Catarina, e da Elektro, de São Paulo. O grupo AES, que atende o estado de São Paulo, também relatou dificuldades com a geração de energia.

Ainda em 2013, a ANEEL, por meio da Lei n.º 12.783/2013, realizou uma revisão tarifária extraordinária para o setor, com o objetivo de reduzir o custo da energia para os cidadãos. A AES Eletropaulo relatou ter um reajuste tarifário próximo de zero (ELETROPAULO, 2014). Entretanto, outras empresas relataram diminuição em

suas receitas, como os casos da Elektro e da Enersul (ELEKTRO, 2014; ENERSUL, 2014).

Esses fatores, somados à crise hídrica causada pela falta de chuvas e mais a crise econômica mundial iniciada em 2009, que resultou no controle de preços do fornecimento de energia, e que impactam o desempenho socioambiental, constituem fatores que podem influenciar a qualidade do *disclosure* das empresas do SEB e prejudicar sua legitimidade. Tal afirmação é baseada nas afirmações de Healy e Palepu (2001) e os direcionadores de *disclosure* de De Villiers e Van Staden (2006), na seção sobre a teoria da legitimidade.

Portanto, as empresas do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) devem buscar incluir a responsabilidade ambiental em seu planejamento estratégico, com objetivos e metas social e ambientalmente legítimas, se adequando a lei e contribuindo para o DS da atividade energética (BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009).

O setor energético explora uma atividade que polui o ar e a água (HARRIS et al, 2001). Para dirimir esses conflitos, o SEB realiza diversos programas sociais e ambientais que visam diminuir os danos causados (AZEVEDO e CRUZ, 2009). Todos são fatores relacionados ao desempenho socioambiental do setor.

Na pesquisa de Machado et. al. (2009) foram utilizadas as demonstrações do valor adicionado e os Balanços Sociais (BS) para analisar como as empresas do SEB distribuíam sua riqueza para os colaboradores, em especial se havia diferença entre as distribuições feitas por empresas públicas e privadas. Concluíram que as empresas estatais gastam mais com funcionários do que as privadas em função da quantidade e remuneração de funcionários, sendo que as estatais remuneram mais e têm mais colaboradores.

Em sua pesquisa, Azevedo e Cruz (2009) analisaram os BS de 11 empresas do SEB localizadas na região nordeste no ano de 2005. Constataram não haver relação entre desempenho socioambiental e o respectivo *disclosure*. As autoras entendem que o desempenho socioambiental, mensurado pelos indicadores do BS, não constituem direcionadores para que as empresas aumentem a quantidade de informações evidenciadas sobre suas práticas socialmente responsáveis.

Portanto, as empresas do SEB têm incentivos para variar o nível de evidenciação em seus relatórios conforme necessário, segundo De Villiers e Van Staden (2006), uma vez que essas questões podem prejudicar sua reputação, forçando os gestores a julgar qual informação será menos prejudicial para a empresa ao ser divulgada.

Na pesquisa de Ferreira e Silva, (2011) objetivando entender a reação da Eletrobrás Termonuclear S/A ao acidente ambiental ocorrido em Fukushima, Japão. Os autores verificaram que, após a ocorrência do acidente, a estatal brasileira aumentou a evidenciação de informações ambientais, produto e energia de modo a garantir a manutenção de sua legitimidade frente às pressões mundiais para o fim do uso da energia termonuclear.

Já a pesquisa de Silva Neto (2014) procurou analisar a relação entre o *disclosure* socioambiental e os fatores de sustentabilidade (naquela pesquisa: valor adicionado distribuído, e investimentos socioambientais tanto internos quanto externos) e concluiu que o nível de evidenciação socioambiental do SEB ainda é baixo e somente por meio de regulamentação as empresas aumentarão o *disclosure*.

Segundo Verrechia (2001), existem cinco hipóteses testáveis para a divulgação baseada em julgamento, descrevendo o nível de *disclosure* e suas correlações: (1) Positiva com o desempenho das empresas; (2) Negativa com os custos de divulgação; (3) Positiva com o nível de assimetria informacional entre investidores externos e a empresa; (4) Positiva com a importância dada pela firma às percepções dos outsiders; e (5) Positiva com o nível passado de evidenciação.

A divulgação baseada no julgamento abrange as pesquisas que buscam explicar os motivos da divulgação, evidenciando o comportamento daqueles que divulgam (empresas e/ou administradores) e daqueles que utilizam a informação (investidores ou mercado financeiro como um todo) (VERRECHIA, 2001).

Nesta pesquisa, o foco é dado à primeira hipótese testável, a de que existe uma associação positiva entre o nível de *disclosure* das empresas do SEB e o desempenho socioambiental delas, assim como prevê a teoria da legitimidade, já exposta na seção pertinente.

Segundo Maçambanni et al. (2013), as empresas brasileiras seguem três modelos de relatórios socioambientais: o Balanço social do IBASE, os indicadores do instituto Ethos para responsabilidade social empresarial e o relatório de sustentabilidade da Global Reporting Initiative, conhecido como GRI.

Ainda conforme esses autores, o Balanço Social é um documento onde a empresa demonstra para a sociedade seus investimentos nas áreas social e ambiental, onde ela demonstra seus compromissos e suas intenções com as causas de maior interesse da sociedade, assumindo sua responsabilidade social.

Embora existam esses três modelos, para esta pesquisa foi utilizado o Balanço Social do IBASE, uma vez que a ANEEL, por meio de seu Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, determina que seja este o relatório elaborado para fins de informações relacionadas à responsabilidade social corporativa (BRASIL, 2014).

Vale ressaltar que o balanço social surgiu em decorrência da necessidade de divulgar informações socioambientais que não cabiam nas demonstrações financeiras. Começou a ser difundido na década de 70 em países como França e Inglaterra e, no Brasil, teve grande apoio do sociólogo Herbert de Souza, presidente do IBASE (PINTO; RIBEIRO, 2004).

A pesquisa de Costa e Marion (2007) evidenciou quais eram os relatórios mais utilizados pelas empresas do setor de papel e celulose, listadas na BOVESPA, sendo eles o Balanço Social e o Relatório Anual. Algumas empresas utilizavam, à época, o Relatório de Sustentabilidade.

Os mesmos autores apontam que a maior dificuldade de avaliação da qualidade da informação socioambiental divulgada está na falta de padronização dos relatórios. É o mesmo problema que se encontra no setor elétrico brasileiro, onde dependendo do porte, a empresa pode reportar conforme o relatório de sustentabilidade modelo GRI, como criar sua própria metodologia.

Neste sentido, os balanços sociais são utilizados como uma tentativa de suprir a falta de uniformidade, o que possibilita uma maior transparência dos impactos promovidos pelos processos das organizações (COSTA; MARION 2007).

Entretanto, Murcia (2009) afirma que, no Brasil, existe a possibilidade de omissão de informações, uma vez que as empresas limitadas não são obrigadas a divulgar informações socioambientais. E, que nestas condições, a divulgação voluntária pode resultar em um *disclosure* total, parcial ou nulo. O que reforça a importância do estado para melhorar a qualidade do *disclosure*.

A preocupação com informações socioambientais é global, e o Brasil, por meio das leis 11.638/2007 e 11.941/2009, incluiu essa questão de forma a valorizar o tratamento ao ambiente e a sustentabilidade empresarial ao considerar questões como passivos ambientais e a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado. Não obstante, a ANEEL, por meio do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, corrobora o compromisso do governo brasileiro com os impactos provocados pelo setor (SILVA NETO, 2014).

Para Silva Neto (2014), as referidas leis, ao abordarem as questões socioambientais como informações contábeis, aumentaram a relevância da sustentabilidade empresarial para a contabilidade, ao incorporar as interações socioambientais ao rol de demonstrativos financeiros das empresas.

E como o Brasil ocupa a terceira posição em países que divulgam relatórios de sustentabilidade de acordo com o GRI; e segundo Morisue, Ribeiro e Penteado (2013), o SEB é o setor com maior número de empresas listadas no *site* do GRI com 41 empresas (em 2012) listadas no *site*, fica evidente o compromisso do país e do setor com a sustentabilidade.

Consoante a isso, a ANEEL, por meio da resolução nº 605/2014, atualizou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído em 2001, que determina a elaboração do BS conforme modelo do IBASE, e dá diretrizes para a elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade, documento onde a empresa relata o desempenho socioambiental que teve em um determinado período (BRASIL, 2014).

Portanto, como destacam Husillos, Larrinaga e Spence (2009) o estado tem um papel importante no processo de legitimação dos negócios das empresas por meio do monitoramento constante das atividades de suas atividades e a sanção imediata caso estejam em desacordo com o bem-estar e os interesses da sociedade.

Visto que o estudo de Morisue, Ribeiro e Penteado (2013) buscou analisar a evolução dos relatórios de sustentabilidade do setor elétrico brasileiro, conforme as diretrizes estabelecidas pelo GRI, entre 2006 e 2009. Mostram que, apesar de ser o setor que mais divulgava informações desse tipo, ainda há falhas na qualidade da evidenciação e no desempenho socioambiental das empresas.

Nesse sentido, o *disclosure* socioambiental, independente de qual modelo de relatório as empresas adotem, constitui a forma como a empresa constrói sua legitimidade perante a sociedade e a qualidade do *disclosure* dependerá do nível de legitimidade a ser construída ou resgatada (O'DONOVAN, 2002).

A divulgação do Balanço Social constitui a construção de legitimidade do tipo normativa, uma vez que segue o manual expedido pela ANEEL (2014). Somada aos demais relatórios de sustentabilidade (GRI, relatórios anuais de sustentabilidade), que a empresa divulga voluntariamente, a legitimidade se torna pragmática, uma vez que a empresa supre a demanda de informações dos *stakeholders* (SUCHMAN, 1995; BRINKERHOFF, 2005).

Na pesquisa de Maçambanni et. al. (2013), o objetivo era analisar o nível de evidenciação socioambiental de 13 empresas do SEB das regiões nordeste e sul dos anos de 2009 e 2010. No período analisado, as empresas mantiveram o nível médio de evidenciação, sendo que as empresas situadas na região nordeste evidenciam mais informações, em virtude de ser a região mais pobre do país e mais carente de programas socioambientais.

E é por meio do conteúdo textual desses relatórios que a empresa se legitima cognitivamente, quando ela divulga informações sobre seus projetos e objetivos que estejam alinhados com os valores sociais vigentes. Nesse ponto que ocorre o uso de estratégias de legitimidade dos tipos informação e manipulação. Na primeira a empresa utiliza um vocabulário socialmente legítimo e na segunda, tenta desviar a atenção para assuntos que mascaram problemas ou negligências da empresa (SUCHMAN, 1995; BRINKERHOFF, 2005).

Não obstante, existe uma problemática na construção da legitimidade de empresas do setor elétrico: a competição e a necessidade do serviço prestado, sendo a primeira limitada pelo espaço geográfico onde ocorre a exploração da atividade e a

segunda direcionada pelo tipo de serviço prestado, essencial para o desenvolvimento econômico (HOPWOOD, 2009).

A atividade de exploração de energia elétrica provoca impactos ambientais como construção de barragens, distribuição de linhas de transmissão de energia, desapropriação para construção de subestações de força, entre outros. A questão é tão relevante que o governo brasileiro classificou o setor elétrico como atividade de médio impacto ambiental, conforme definido pela Lei nº 10.165/2000 (BRASIL, 2000).

Considerando esses argumentos, a construção da legitimidade deste setor se foca na área ambiental, pelo nível de depredação que ele provoca; e social considerando a quantidade de empregos gerados e os riscos que a energia elétrica pode trazer à sociedade, caso seja mal utilizada ou haja problemas nas linhas de transmissão, caixas geradoras, transformadores, etc. (AZEVEDO; CRUZ, 2009).

2.5 Resumo das evidências

No APÊNDICE 1, estão resumidas as evidências levantadas para sustentar essa pesquisa, separada por tema, país, e amostra estudada, de forma resumida. Pelo quadro é possível notar que os estudos referentes à legitimidade e o *disclosure* é global, dada a quantidade de países diferentes em que os estudos foram feitos. Isso corrobora a preocupação global com o DS, conforme mencionado na seção 2.1 Sustentabilidade e Desempenho Socioambiental.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. O detalhamento da abordagem metodológica é importante para deixar evidente quais foram os procedimentos estratégicos utilizados para se testar as hipóteses de pesquisa, levando à realização dos objetivos da pesquisa.

3.1 Pergunta de Pesquisa e Hipótese

A pergunta que motivou esta pesquisa é: “qual a associação entre o nível de evidenciação socioambiental e o desempenho socioambiental das empresas do Setor Elétrico Brasileiro?”

As empresas têm incentivos diversos para evidenciar mais ou menos informação, como reputação, proteção à pressão política ou manipular a opinião pública, (HUSILLOS; LARRINAGA; SPENCE, 2009; MAGNESS, 2006; O'DONOVAN, 2002).

Além disso, dependendo do desempenho socioambiental que a empresa teve em um período, ela divulgará mais ou menos informação conforme a reação que ela espera dos usuários daquela informação (DE VILLIERS; VAN STADEN, 2006).

Conforme evidenciado por Corrêa (2009), as empresas que tem o melhor desempenho socioambiental são aquelas que divulgam relatórios mais completos..

Portanto, nesta pesquisa, o foco é dado à primeira hipótese testável discutida por Verrechia (2001): a de que existe uma associação positiva entre o nível de *disclosure* das empresas do SEB e o desempenho socioambiental delas, assim como prevê a teoria da legitimidade. Portanto, a hipótese levantada neste estudo é:

H1: Quanto maior for desempenho socioambiental, maior será a probabilidade de uma empresa ser classificada em um nível alto de evidenciação socioambiental.

3.2 Caracterização da Pesquisa

Esta é uma pesquisa descritiva (CERVO, BERVIAN E SILVA, 2006), pois examina e correlaciona fatos sem manipulá-los, de forma a acessar, da maneira mais precisa possível, o fenômeno com suas relações e características. No aspecto metodológico, a pesquisa é quantitativa, pois são empregadas técnicas estatísticas para análise do fenômeno, por meio da relação entre duas ou mais variáveis (KÖCHE, 2003, p. 124).

3.3 Etapas

A primeira etapa é a pesquisa documental. Na segunda etapa se adota a coleta de dados de fontes secundárias. Com o resultado dessas duas etapas, faz-se um teste de regressão logística ordinal para analisar a relação entre o nível de evidenciação dos relatórios e o desempenho social e ambiental.

3.4 Coleta de dados

Para determinação do nível de evidenciação social e ambiental, utilizam-se os Relatórios Socioambientais dos anos de 2012 a 2014 das empresas do setor elétrico brasileiro como documentos-fonte de informações sobre as ações e projetos relacionados ao desempenho social e ambiental das empresas.

Esses relatórios incluem textos, gráficos e figuras que buscam informar o leitor sobre as ações tomadas pela empresa, no ano de referência do relatório, com o objetivo de atender às demandas sociais e ambientais, sejam elas impostas pelo governo, sejam aquelas que a empresa estabeleceu para si conforme parâmetros de sustentabilidade como o GRI ou aquelas do instituto IBase.

Entre as informações requisitadas pelo órgão que fazem parte desta pesquisa inclui-se o Balanço Social, as demonstrações contábeis (que serão utilizadas para a construção de índices nas regressões) e o relatório socioambiental. Todos eles estabelecidos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (BRASIL, 2014).

Portanto, os dados coletados para esta pesquisa foram obtidos no sítio eletrônico da ANEEL. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel para depois passarem por tratamento estatístico.

3.5 Caracterização da População e Composição da Amostra

A população é composta por empresas do setor elétrico brasileiro que disponibilizaram as informações solicitadas pela ANEEL durante os anos de 2012 a 2014. As empresas são tanto de capital aberto quanto fechado e apresentaram seus demonstrativos em virtude da exigência daquele órgão.

Mesmo assim nem todas as empresas fornecem todas as informações solicitadas pela agência por motivos variados, entre eles: ausência daquela informação na atuação da empresa por motivos de porte ou pelo fato de ela não desempenhar nenhum projeto relativo à informação solicitada.

Ao todo são 45 empresas analisadas, conforme o Quadro 3, cuja atividade varia entre distribuição, geração e transmissão, podendo a empresa acumular qualquer par de atividades (detalhes sobre as atividades estão no APÊNDICE 2) Todas são concessionárias, ou seja, obtiveram autorização para explorar a atividade mediante contrato com prazo definido com o governo. A amostra é por conveniência, em virtude dos dados disponibilizados pela ANEEL.

Também consta no APÊNDICE 2 as empresas 14 que estão listadas na BM&FBovespa, as 14 empresas controladas pelo Estado brasileiro e as 36 empresas que pertencem a grupo econômico com atuação somente nacional ou internacional. Não foi realizada distinção entre grupos nacionais ou estrangeiros para esta pesquisa.

Aquelas empresas que pertencem a grupo econômico, em geral, seguem um modelo de relatório socioambiental estabelecido na matriz e apresentam informações mais uniformes. As diferenças entre os relatórios são relacionadas a questões regionais onde cada unidade empresarial atua.

O Quadro 3 resume a quantidade de empresas por atividade. Aquelas classificadas como mistas são geradoras e transmissoras ou geradoras e distribuidoras.

Quadro 3 – Composição da Amostra

| Passos para a definição da amostra | | Nº de empresas |
|---|---|-----------------------|
| 1 | Empresas da amostra original* em 2012 | 108 |
| 2 | (-) Empresas em 2012 que não apresentaram investimentos sociais ou ambientais | 3 |
| 3 | (=) Empresas em 2012 (1-2) | 105 |
| 4 | (-) Empresas que não publicaram relatórios anuais de sustentabilidade em 2013 | 17 |
| 5 | (=) Empresas em 2013 (3-4) | 88 |
| 6 | (-) Empresas que não publicaram o Balanço Social em 2014 | 60 |
| 7 | (=) Empresas em 2014 (amostra do estudo: 3-6) | 45 |

*A amostra original de 2012 foi cedida por Silva Neto (2014) para a condução dos trabalhos.

O critério para exclusão da empresa apresentado no Quadro 3 é o maior número de empresas entre aquelas que não publicaram os relatórios anuais de sustentabilidade ou que não publicaram o BS. Por exemplo, em 2013 o número de empresas que não publicaram os relatórios foi maior (17) do que daquelas que não publicaram o BS. Coincidentemente, as 16 empresas que não publicaram o BS em 2013 também não divulgaram o relatório anual de sustentabilidade no *site* da ANEEL.

A maior perda de informações ocorreu em 2014, onde 60 empresas deixaram de publicar o BS no *site* da ANEEL. Por esse motivo, foram excluídas as demais empresas dos anos de 2012 e 2013 de modo que as mesmas 45 empresas de 2014 compoñham a amostra desta pesquisa.

3.6 Procedimentos metodológicos

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram adotados os seguintes passos:

1. **Estudo das categorias utilizadas nos índices de evidenciação ambiental e social (APÊNDICES 3 e 4).** O objetivo era compreender as unidades temáticas utilizadas por Silva Neto (2014) para a amplificação da base de dados para adicionar os anos de 2013 e 2014.
2. **Análise dos relatórios socioambientais, verificando a menção às categorias de análise definidas nos índices de evidenciação ambiental e social.** Os índices são compostos de categorias nas quais são identificadas as ações das empresas. Caso a categoria tenha sido alvo das ações da empresa, ela recebe um ponto. Uma limitação da análise de conteúdo é a sua subjetividade. Assim, outros leitores podem tanto considerar que a empresa atendeu a um requisito de um índice quanto que não houve atendimento (BARDIN, 2000, p. 25). Algumas questões como porte da empresa foram levadas em consideração para avaliar se a empresa atende ou não ao requisito do índice.
3. **Cálculo dos índices de evidenciação Ambiental e Social.** Com a pontuação de cada empresa, foi determinado um percentual de resposta das categorias para cada empresa. Em seguida, esses percentuais foram distribuídos nas categorias de nível de evidenciação ambiental e social. Essas categorias compõem as variáveis explicadas.
4. **Levantamento das variáveis explicativas.** As variáveis de interesse (Investimento Ambiental Interno, Investimento Ambiental Externo, Investimento Social Interno e Investimento Social Externo) foram obtidas no Balanço Social de cada empresa. As demais variáveis, de controle, foram obtidas nas demonstrações contábeis ou calculadas, quando se tratavam de índices de desempenho (Liquidez, endividamento e lucratividade). As variáveis *dummy* (Controle Estatal, Capital Aberto e Grupo) já constavam na base de 2012 e foram revisadas para ver se houve alteração ao longo dos anos.
5. **Teste de regressão logística ordinal.** Utilizada para analisar a relação entre *disclosure* socioambiental e desempenho socioambiental e verificar o progresso do *disclosure* socioambiental ao longo dos anos em análise.

3.7 Definição Operacional das Variáveis

3.7.1 Construção dos Níveis de Evidenciação Socioambiental (Variável Dependente)

Para a construção das variáveis dependentes, Nível de Evidenciação Social (NES) e Nível de Evidenciação Ambiental (NEA), foi necessária a análise dos relatórios socioambientais divulgados pelas 45 empresas da amostra no período delimitado para investigação.

As variáveis são apresentadas por seu título, seguido de sua sigla em parêntesis, para facilitar sua identificação nos modelos da seção 4 – Análise dos Resultados.

A análise de conteúdo realizada nos relatórios caracteriza esta parte do estudo como pesquisa documental, que consiste na leitura e compreensão da mensagem contida nos textos dos relatórios socioambientais, de modo a se depreender o contexto e classificar em categorias de interesse (BARDIN, 2000, p. 40).

Para Martins e Theófilo (2009, p. 96), a análise de conteúdo, comumente realizada junto a uma pesquisa documental, não se limita a análise de texto bruto ou somente à descrição dos conceitos. Ela se expande à compreensão do contexto da mensagem de modo a ser possível realizar inferências sobre a verdadeira intenção dos autores da mensagem.

Por meio da pesquisa documental e da análise de conteúdo é possível extrair informações de relatórios, cartas, jornais e outras mídias para a construção de categorias e assim classificar objetivamente o conteúdo de diversos tipos de mensagens. A forma utilizada nesse estudo foi a indexação por meio de questionário.

As informações extraídas desses relatórios foram utilizadas para compor os índices de evidenciação social e ambiental. Eles foram propostos por Silva (2012), e utilizados também por Silva Neto (2014) (ANEXO 1 e ANEXO 2), que gentilmente

cedeu a base de dados para o ano de 2012¹. O detalhamento de cada apêndice está nas seções 3.7.1.1 e 3.7.1.2, que tratam dos índices enquanto variáveis.

Os APÊNDICES 3 a 6 contêm os nomes das classes de análise e seus subitens por empresa da amostra para os anos de 2013 e 2014. Na penúltima coluna consta a frequência amostral de cada subitem e na última coluna está a frequência relativa. Na linha inferior foi computado o nível de evidenciação, em percentual, de cada empresa da amostra.

A utilização de um índice em que se verifica a presença de determinadas informações nos diversos relatórios representa uma forma de se equalizar as diferenças nas formas de divulgação, sejam elas elaborações próprias ou seguidoras de um modelo global, como o GRI. Vários autores nacionais e internacionais, que estão no APÊNDICE 1, recorreram a essa técnica.

A título de exemplificação, o detalhamento da análise de conteúdo será demonstrado com base no relatório anual de sustentabilidade de 2014 da empresa Elektro Eletricidade e Serviços S/A, que no respectivo ano atingiu 92% de evidenciação ambiental e 97% de evidenciação social, conforme APÊNDICE 5 e APÊNDICE 6, empresa número 33. Nem todos os tópicos são exibidos, em virtude do espaço disponível e para não ficar exaustivo.

3.7.1.1 Nível de evidenciação ambiental (NEA)

O nível de evidenciação ambiental corresponde ao grau de comprometimento das empresas com o *disclosure* de informações ambientais referentes aos cuidados que ela tem com o meio ambiente. É um detalhamento dos investimentos ambientais realizados pela empresa.

Foram utilizadas 10 classes de evidenciação ambiental para o índice, sendo que cada classe contém subitens, conforme descrito nos APÊNDICES 3 e 5. As classes

¹ Todavia, o autor não autorizou a divulgação integral dos dados.

de análise são: Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores; Política ambiental empresarial; Gestão e auditoria ambiental; Emissões, efluentes, resíduos e mudanças climáticas; Uso sustentável de recursos; Visibilidade das ações ambientais; Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental; Questões ambientais com clientes e fornecedores; e Energia.

A primeira classe, Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores, compreende questões que envolvem educação, conscientização, treinamento e voluntariado ambiental. A educação é um estudo das políticas da empresa em relação às práticas ambientais orientadas ao DS. Já a conscientização corresponde a campanhas desenvolvidas pela empresa para demonstrar a importância de se preservar o ambiente. O treinamento se refere a práticas de controle ambiental desempenhados pela empresa e o voluntariado são ações comunitárias de caráter voluntário que visam lidar com o ambiente.

Nesse sentido, foi detectada a presença do item Voluntariado Ambiental no trecho a seguir do relatório da Elektro Eletricidade e Serviços S/A:

Adicionalmente, a Elektro subscreve e apoia, de forma voluntária, as seguintes iniciativas: Pacto Global [...], Promoção da Economia Verde e Inclusiva [...] Empresa Amiga da Criança [...], Objetivos do Milênio [...]. A Elektro também participa de diversas associações que visam contribuir para o desenvolvimento do Brasil e do setor de distribuição de energia elétrica nacional [...] (ELEKTRO, 2015, p. 126-127)

Na classe Política Ambiental Empresarial são contemplados aspectos relativos à política ambiental da empresa, onde ela discrimina seus Objetivos, Diretrizes ou Metas Ambientais, e menciona se a empresa age em conformidade com normas e legislações ambientais. O excerto a seguir contempla a detecção de política ambiental:

Em 2014, a Companhia iniciou um amplo trabalho de fortalecimento da cultura da sustentabilidade em todos os processos, as atividades e práticas. Para isso, a gestão da sustentabilidade passou a ser acompanhada por uma gerência específica que, em novembro, em parceria com a Diretoria-Executiva e o Comitê de Sustentabilidade, redefiniu os pilares estratégicos da sustentabilidade na Distribuidora, assim estabelecidos: Gestão humana e sustentável, Máxima eficiência no uso dos recursos e Inovação tecnológica e de processos. Para o acompanhamento da gestão, a Gerência de Sustentabilidade também elaborará plano estratégico específico para a definição de metas de longo prazo e promoverá as revisões da Política de Gestão, do Mapa Estratégico e dos escopos dos projetos internos, com orientação do Comitê de Sustentabilidade. (ELEKTRO, 2015, p. 126)

Pelo trecho apresentado para a primeira classe, também se entende que a empresa possui Objetivos, Diretrizes ou Metas Ambientais.

Na classe Gestão e Auditoria Ambiental são considerados temas como Sistema de Gestão Ambiental, algum tipo de controle interno da empresa para operacionalizar seus objetivos ambientais; quais foram os Investimentos Ambientais que a empresa realizou naquele ano; Se a empresa age em conformidade com a ISO 14.001, relativa à práticas de sustentabilidade, considerada um processo de Auditoria Ambiental; Aspectos Ambientais no Projeto ou Desenvolvimento de Produtos e Serviços; Se a empresa está preocupada com ou causou Impacto Ambiental; e se a empresa tem ou se preocupa com a possibilidade de ter Transporte ou Logística Ambientalmente Sustentável.

No trecho a seguir foram detectados os itens Impacto Ambiental e Aspectos Ambientais no Projeto e Desenvolvimentos de Produtos e Serviços.

A Elektro avalia os impactos ambientais no desenvolvimento de todas as suas operações. Nos projetos de expansão das linhas de distribuição, são preferencialmente definidos traçados que não interfiram na fauna e na flora, ainda que mais extensos. Assim, sempre que possível, as obras contornam obstáculos naturais ou artificiais, como pomares e áreas pertencentes a reservas florestais; reflorestamento ou com vegetação de alto porte; mato denso; lagos, lagoas, represas e açudes; nascentes de água e locais com problemas de erosão ou alagamentos. Adicionalmente, a Companhia não inicia atividade sem antes obter os licenciamentos ambientais necessários, e adota medidas de proteção ao meio ambiente, prevenção a poluição e conservação de recursos naturais, além de práticas empresariais com visão de longo prazo. (ELEKTRO, 2015, p. 139)

A quarta classe contém os subitens Emissões Atmosféricas, Efluentes, Reciclagem ou Coleta Seletiva, Resíduos Sólidos, Resíduos Perigosos, Outras Formas de Poluição (Sonora, Odoríferas, Visuais, etc.), Créditos de Carbono e Menção às Mudanças Climáticas. Todos eles relativos à gestão dos resíduos do processo produtivo que podem causar danos ambientais.

No trecho a seguir foi detectado o subitem Emissões Atmosféricas:

O monitoramento de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) é feito com base em uma das mais renomadas e reconhecidas metodologias, o GHG Protocol Corporate Standard (Greenhouse Gas Protocol), também utilizada pelo acionista controlador, a Iberdrola. (ELEKTRO, 2015, p. 146)

Já a classe Uso Sustentável de Recursos se refere a aspectos sobre o consumo racional dos recursos, como Energia, Água, e outros Materiais ou de Recursos. Na citação a seguir foram detectados os itens Consumo Racional ou Eficiente de Água e Conscientização Ambiental, da primeira classe:

Além de comemorações em datas especiais, como a Semana do Meio Ambiente e o Dia da Árvore, a Elektro promove ações pontuais de conscientização para o consumo responsável de recursos naturais. Paralelamente, em 2014 a Companhia intensificou processos de manutenção e inspeção para evitar o desperdício de água. [...] (ELEKTRO, 2015, p. 149)

A empresa trabalha para ter Visibilidade das Ações Ambientais por meio de divulgação do nome da empresa associado a práticas sustentáveis. Nesse sentido, os subitens dessa classe são: Marca Ambiental, Reputação Ambiental e Nome e/ou Imagem Ambiental. No trecho a seguir foram detectados todos os itens da classe:

MENINOS ECOLÓGICOS Desenvolvido pela Elektro nas cidades de Araras, Eldorado e Pariquera-Açu, o programa atende 30 jovens de 16 e 17 anos, que são preparados por um profissional formado na área ambiental para multiplicarem boas práticas no tema. Eles também produzem mudas para doação em projetos de arborização urbana e ações de reflorestamento. Em 2014, foram 15.378 mudas cedidas gratuitamente para prefeituras, ONGs e escolas de municípios da área de concessão. (ELEKTRO, 2015, p. 149)

Na classe Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental, busca-se evidências de divulgação de itens como: Conscientização ambiental para a comunidade; Parcerias Ambientais; Educação Ambiental para a Comunidade; Incentivo à Reciclagem; e Restauração e Proteção da Biodiversidade ou de Ecossistemas. No trecho anterior foram detectados os subitens Conscientização Ambiental para a Comunidade; Educação Ambiental para a Comunidade e Restauração e Proteção da Biodiversidade.

Nos relatórios são divulgados, quando ocorre, Questões Ambientais com Clientes e Fornecedores com os quais a empresa analisada interage. Nessa classe incluem-se os subitens Incentivo ao Consumo Ambientalmente Responsável e Relações Ambientais com Fornecedores. Este último acontece quando a empresa tem algum programa de desenvolvimento de fornecedores certificados.

Na citação a seguir fica evidente o subitem Incentivo ao Consumo Ambientalmente Responsável:

ENERGIA EM SUA VIDA Entre os dias 1º e 2 de agosto, a Elektro realizou o evento no município de Itanhaém com vistas a sensibilizar a população sobre a importância do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente por meio do uso eficiente e racional da energia elétrica. Com entrada gratuita, a ação contou com shows de artistas locais, brinquedos, carrinhos com pipoca, algodão doce e animadores, além de um túnel interativo com informações e ilustrações sobre as formas de combate ao desperdício de energia. (ELEKTRO, 2015, p. 139)

Entretanto, nem sempre a empresa consegue evitar Interações Ambientais Negativas: ela pode ter Desperdícios e Perdas na Utilização de Recursos; Acidentes Ambientais (ou demonstrar preocupação com eles) e ter Multas e Sanções Ambientais. Nessa classe não se considerou somente ocorrências desses subitens, mas a menção de procedimentos e métodos para se evita-los também. O item Multas e Sanções Ambientais pode ser notado na citação a seguir:

Com todos esses cuidados, foi registrada somente uma queixa relativa a impactos ambientais por meio de mecanismos formais. Também foram pagos R\$ 163.124,80 em multas por resíduos de poda destinados incorretamente, vazamento de óleo em solo e emissão de fumaça preta. O valor é considerado baixo dadas às proporções e à extensão das atividades da Distribuidora. (ELEKTRO, 2015, p. 140)

A última classe do nível de evidenciação ambiental é Energia. Os subitens dessa seção tratam de possível Discussão sobre a Preocupação com Possível Falta de Energia, ou seja, se a empresa faz investimentos ou planeja formas de evitar cortes no fornecimento; e se ela está engajada em Desenvolvimento/Exploração de Novas Fontes de Energia. No trecho a seguir, que faz parte de um quadro com mais informações, ficou evidente os dois subitens dessa classe:

Termosolar: Construção de duas centrais de concentração solar integradas à agroindústria, além da capacitação de uma rede de fornecedores nacionais para construção de novas centrais no Brasil. (ELEKTRO, 2015, p. 134)

Esses exemplos, entre outras partes não mencionadas, ajudaram na composição do índice de 92% de Nível de Evidenciação Ambiental da empresa Elektro Eletricidade e Serviços S/A. Para as demais empresas, foram considerados a ocorrências dessas classes em seus respectivos relatórios.

3.7.1.2 Nível de evidenciação social (NES)

O nível de evidenciação social corresponde ao grau de comprometimento das empresas com o *disclosure* de informações sociais referentes aos projetos sociais de desenvolvimento humano que a empresa mantém, como cultura, educação e redução do risco social. É um detalhamento dos investimentos sociais realizados pela empresa e divulgados no BS.

Foram utilizadas 9 classes de evidenciação social para o índice, sendo que cada classe contém subitens, conforme descrito nos APÊNDICES 4 e 6. As classes de análise são: Aperfeiçoamento Social dos colaboradores; Política e Gestão Social empresarial; Práticas Trabalhistas; Práticas Leais de Operação; Visibilidade das Ações Sociais; Interações Sociais com a Comunidade; Direitos Humanos; Questões Sociais com Clientes e Fornecedores; e Interações Sociais Negativas.

Algumas classes, como Aperfeiçoamento Social dos Colabores e Interações Sociais Negativas, fazem paralelo com as classes do Nível de Evidenciação Ambiental, apenas com a diferença de escopo, que é social.

A primeira classe, Aperfeiçoamento Social dos colaboradores, compreende questões que envolvem educação, conscientização, treinamento e voluntariado social. A educação corresponde ao apoio à formação intelectual do colaborador, por meio de bolsas e licenças para realização de cursos técnicos, superiores ou de pós-graduação.

Já a conscientização corresponde a campanhas desenvolvidas pela empresa para demonstrar a importância de se ter um bom convívio social, questões que envolvam a igualdade de gênero e a melhoria dos relacionamentos humanos.

O treinamento se refere a práticas operacionais desempenhados pela empresa, além de treinamentos de segurança; e o voluntariado são ações comunitárias de caráter voluntário que visam lidar com o desenvolvimento cultural e social da comunidade.

Na citação a seguir, ficou evidente a preocupação da empresa com o desenvolvimento intelectual de seus colaboradores:

Para que os profissionais efetivamente administrem seu desenvolvimento profissional, a Empresa mantém o programa de gestão De Olho na Carreira. Ele visa fortalecer o sentimento de que cada um é protagonista de sua trajetória, e inclui palestras educativas. A Elektro, além disso, inovou em sua rede social corporativa, o Conecta – plataforma que promove o contato dos colaboradores com áreas de interesse, a troca de melhores práticas, o envio de ideias e a integração entre as equipes. (ELEKTRO, 2015, p. 93)

A empresa desenvolve Políticas e Gestão Social Empresarial como forma de organizar o desenvolvimento de seu pessoal e a forma como se comunicará com a sociedade, além da transmissão dos valores, missão e objetivos da empresa.

Esta classe está dividida nos subitens: Objetivos, Diretrizes ou Metas Sociais; Menção à SER (*Social Environmental Responsibility* (RSC)) na Cultura Organizacional; Código de Ética e Conduta; Investimentos ou Gastos Sociais; e Premiações Socioambientais. No trecho a seguir se detectou o subitem Código de Ética e Conduta:

A Companhia tem instituída como uma de suas políticas que seus colaboradores devem conhecer e cumprir seu Código de Ética, a fim de garantir um trabalho ético e íntegro. Além disso, o modelo de governança corporativa é amparado por estruturas de controle, documentos e canais de denúncia que asseguram o cumprimento das diretrizes de conduta ética e a adequação dos processos internos às leis vigentes, à Política de Gestão e aos princípios e Valores que norteiam as atividades da Distribuidora. (ELEKTRO, 2015, p. 43)

A terceira classe se refere às Práticas Trabalhistas, que envolvem a Saúde e Segurança no Trabalho; a Liberdade de Associação e Negociação Coletiva e a Oportunidade de Carreira e Respeito à Diversidade. A seguir, ficou evidente o subitem Saúde e Segurança no Trabalho:

Mais que o valor número 1 da Elektro, a promoção da segurança é compromisso de todos os colaboradores, independentemente da atividade. Por isso, diversas iniciativas são realizadas para preservar o direito ao trabalho seguro. A Empresa mantém o programa Comportamento Pela Vida, que prevê capacitação para a observação e disseminação de comportamentos seguros e orientações sobre melhorias no uso de equipamentos. Em 2013, a ação incluiu os especialistas nas ações de treinamento para mudança e/ou melhoria da cultura de segurança. Já em 2014, o programa Comportamento Pela Vida foi intensificado com o acompanhamento, ao menos semestral, das equipes operacionais pelos líderes, referências na disseminação do trabalho seguro. (ELEKTRO, 2015, p. 102)

A classe Práticas Leais de Operação contempla subitens relacionados a condutas éticas, como Combate à Corrupção e Concorrência Leal com fornecedores, além do

incentivo que a empresa promove desses valores para a comunidade. O subitem Combate à Corrupção foi evidenciado na citação seguinte:

Outro diferencial da gestão de fornecedores são as análises anticorrupção que, em 2014, englobaram todos os contratos acima de 400 mil. A avaliação considera aspectos que vão do Risco Brasil ao envolvimento da empresa com órgãos governamentais e em notícias divulgadas em veículos de comunicação nacionais e internacionais. Caso haja alguma dúvida sobre a segurança da contratação, a área de *Compliance* da Elektro é chamada a se manifestar. (ELEKTRO, 2015, p. 121)

Todavia, a empresa não deve apenas praticar esses valores internamente. Na classe Visibilidade das Ações Sociais, verifica-se se a empresa mantém uma Marca Social; se ela gerencia sua Reputação Social e se ela tem um Nome e/ou Imagem Social para a comunidade em que ela está inserida. Esta classe está relacionada com o subitem Premiações Socioambientais, da classe Política e Gestão Social Empresarial. No trecho a seguir fica notória a ocorrência de todos os subitens da classe de visibilidade social:

TOP DE SUSTENTABILIDADE Promovido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), o prêmio é destinado a empresas que priorizam a sustentabilidade no desenvolvimento de iniciativas com a sociedade e em projetos internos. A Elektro foi reconhecida por sua atuação no tema, especialmente pela realização do programa Energia Comunitária. A análise tem como base a metodologia desenvolvida pelo Instituto ADVB de Responsabilidade Socioambiental (IRES), que considera a estratégia de sustentabilidade desenvolvida, os impactos decorrentes de sua aplicação, o modelo de comunicação produzida e o conjunto de resultados obtidos. (ELEKTRO, 2015, p. 33)

Essa visibilidade se traduz em Interações Sociais com a Comunidade, onde a empresa divulga suas Parcerias Sociais, seus projetos de Educação para a Comunidade, Geração de Emprego, Capacitação e Treinamento; Desenvolvimento e Acesso Tecnológico, Científico e Inclusão Digital; Geração de Renda e programas de Inclusão Social ou Redução do Risco Social. Na descrição do projeto Escola de Eletricistas ficaram evidentes todos os tópicos dessa classe:

Criado em 2008, o projeto ocorre em cinco localidades da área de concessão e inclui a capacitação gratuita para o mercado de trabalho e para suprir a demanda interna da Distribuidora por mão de obra qualificada. A iniciativa já formou mais de 400 profissionais (350 deles contratados pela Empresa, o que representa 90% de aproveitamento dos formados no módulo específico de Eletricista de Redes) com o apoio das prefeituras e de instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). O treinamento é composto de 972 horas de aulas práticas e teóricas, e forma por turma cerca de 40 eletricistas instaladores residenciais e 20 eletricistas

de distribuição. Em 2014, 100 participantes foram convidados a integrar o quadro da Elektro. (ELEKTRO, 2015, p. 138)

A classe Direitos Humanos trata de subitens relativos a incentivos para Garantir a Igualdade de Gênero; Combate à Exploração Infantil e ao Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo; Valorização da Diversidade Racial; e Reconhecer Direitos dos Povos Indígenas. Na citação a seguir ficaram evidentes os subitens sobre direitos indígenas:

[...] Em 2014, foram recebidas 100 denúncias, todas tratadas e investigadas ou endereçadas à área responsável pelo Comitê de *Compliance*. O conteúdo dessas manifestações é confidencial, mas no ano não foi registrada nenhuma comunicação de casos de discriminação, de violação de direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos. (ELEKTRO, 2015, p. 44)

Já a classe Questões Sociais com Clientes/Fornecedores contempla interações que a empresa tem ou incentiva aos seus clientes e fornecedores, comprometida com os princípios de DS.

Nessa classe têm-se os subitens: Marketing Justo, Informações Factuais e Não Tendenciosas e Práticas Contratuais Justas; Proteção à Saúde e à Segurança do Consumidor; Incentivo ao Consumo Socialmente Responsável; Relações Sociais com Fornecedores; Canais de Comunicação com o Público; e Identificação e Qualificação dos *Stakeholders*.

No trecho a seguir foram identificados os subitens Proteção à Saúde e à Segurança do Consumidor e Incentivo ao Consumo Socialmente Responsável:

A Elektro distribui um bem essencial ao desenvolvimento de sua área de concessão e à garantia da qualidade de vida e saúde dos clientes. A energia elétrica, contudo, precisa ser utilizada de forma racional e segura e, para isso, a Distribuidora realiza uma série de ações educativas e informativas. Elas envolvem clientes de todas as classes, incluindo o setor público, e crianças, por meio de iniciativas em instituições de ensino e eventos de grande porte. São promovidas ainda campanhas de mídia de massa com a veiculação de anúncios em rádios, jornais, outdoors e TVs. Em 2014, com o lema “Consciência é mais energia”, a Distribuidora estimulou as pessoas a evitarem desperdícios. (ELEKTRO, 2015, p. 114)

A última classe do nível de evidenciação social é a de Interações Sociais Negativas, que contempla menção a políticas para se evitar, ou a divulgação de Acidentes de Trabalho e outros Fatos Negativos, Corrupção e Violação de Direitos. Além de ter

divulgado o número de acidentes de trabalho ocorridos no ano de 2014, a Elektro Energia e Serviços S/A divulgou que:

A Empresa cumpre todos os acordos firmados com as entidades sindicais que representam seus colaboradores, a exemplo da complementação de auxílio-previdenciário, inclusive no 13º salário, aos afastados por acidente de trabalho ou doença. Os itens cobertos são acidentes de trabalho, Cipa e acidente com veículo. (ELEKTRO, 2015, p. 102)

Como ocorrido no Nível de Evidenciação Ambiental, os exemplos mostrados, entre outras partes não mencionadas, formaram o Nível de Evidenciação Social de 97% da empresa Elektro Eletricidade e Serviços S/A. Para as demais empresas, foram considerados a ocorrências dessas classes em seus respectivos relatórios.

3.7.1.3 Forma de cálculo dos índices

Os índices são compostos por itens dos quais deve ser respondido se há ou não a ocorrência daquele critério. As questões relativas ao índice de evidenciação ambiental e social estão nos APÊNDICES 3 a 6. Aquelas questões referentes ao índice de evidenciação social estão no Quadro 6, *idem*.

Foi calculado o percentual de informações respondidas positivamente por índice. Tal percentual foi utilizado como base para a categorização dos níveis de evidenciação social e ambiental, formando assim dois índices distintos com 4 categorias.

Para efeito de banco de dados, a categoria Baixo recebeu o código 0, a categoria Regular recebeu o código 1, a categoria Bom recebeu o código 2 e o nível alto de evidenciação recebeu o código 3. Os critérios das categorias são:

- Baixo: indicando que a empresa evidenciou pouca informação em relação às demais empresas (até 25% de nível de evidenciação);
- Regular: considerando que a empresa teve um nível de evidenciação ainda aquém da média (entre 25% e 50% de nível de evidenciação);
- Bom: quando a empresa superou a média do nível de evidenciação (entre 50% e 75% de nível de evidenciação); e

- Alto: quando a empresa estiver no nível de evidênciação mais transparente da amostra (acima de 75% de nível de evidênciação).

A Tabela 1 sintetiza os percentuais de distribuição das empresas em cada ano. Em análises não relatadas, foi utilizada a divisão por quartil. Porém, por esse critério tomar como referência a própria amostra, houve variação nas classificações das empresas que evidenciaram percentual similar entre os anos.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO

| Ano Nível | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|--------------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|
| | Ambiental | Social | Ambiental | Social | Ambiental | Social |
| Baixo | 6 | 6 | 12 | 13 | 9 | 9 |
| Regular | 11 | 12 | 10 | 11 | 18 | 12 |
| Bom | 24 | 17 | 17 | 15 | 12 | 15 |
| Alto | 4 | 10 | 6 | 6 | 6 | 9 |
| Total | 45 | 45 | 45 | 45 | 45 | 45 |

Em que Nível corresponde ao nível de evidênciação em que a empresa foi classificada, conforme o critério: Baixo (até 25% de evidênciação); Regular (entre 25% e 50%); Bom (entre 50% e 75%) e Alto (acima de 75%).

Fonte: o autor

Ou seja, pelo sistema de quartil, uma empresa que foi considerada como Regular em um ano pôde ser classificada como Bom no ano seguinte simplesmente porque as demais empresas da amostra declinaram a qualidade do *disclosure*, mensurada pelos índices. No critério exógeno, a distribuição é menos uniforme e valoriza as empresas que mais se empenham em divulgar informações socioambientais.

3.7.2 Variáveis Explicativas de Interesse

3.7.2.1 Investimentos Ambientais Internos e Externos (INVAMBINT e INVAMBEXT).

A dimensão ambiental se refere aos impactos das atividades empresariais sobre o meio ambiente, incluindo ecossistemas e biomas. Essa dimensão corresponde ao desempenho ambiental das empresas, e também podem ser representadas pelo fluxo de capital entre os *Stakeholders* (GRI, 2006, p. 26).

As empresas divulgam seus projetos ambientais e os investimentos compulsórios e voluntários que realizaram, respondendo aos *stakeholders* de forma clara e objetiva como elas direcionam seus recursos naturais de forma responsável (BURNETT; HANSEN, 2008).

Os investimentos ambientais, presentes no Balanço Social, tanto os internos quanto os externos, representam o desempenho da empresa em seus esforços para manter e recuperar os recursos naturais (SILVA NETO, 2014). Para alcançar esses objetivos, a empresa investe em processos produtivos ambientalmente sustentáveis e programas ou projetos ambientais (ORELLANO; QUIOTA, 2011).

Os investimentos ambientais são considerados como duas variáveis distintas (INVAMBIT e INVAMBEXT), uma para investimentos ambientais internos e outra para os investimentos ambientais externos, tal como consta no modelo de BS. Eles são mensurados em milhares de reais.

3.7.2.3 Investimentos Sociais Internos e Externos (INVSOCINT e INVSOCEXT).

A dimensão social se refere aos impactos da organização na sociedade em que atua. Isso inclui, mas não se limita a: práticas trabalhistas, direitos humanos, responsabilidade sobre seus produtos e promoção de atividades culturais e educacionais (GRI, 2006, p. 26).

Assim, as empresas investem voluntariamente em programas sociais, além de formar parcerias com prefeituras e entidades que objetivam o desenvolvimento social. Internamente, ocorrem treinamentos e, em alguns casos, fornecimento de bolsas de estudo com vistas ao aprimoramento intelectual dos colaboradores. Essas atividades compõem o desempenho social das empresas (HILLMAN; KEIM, 2001; ORELLANO; QUIOTA, 2011; SILVA NETO, 2014).

Os investimentos na melhoria do relacionamento com os empregados, o que inclui treinamento, salários e oportunidades de crescimento na empresa (plano de

carreira), pode levar ao aumento no valor dos negócios da empresa por meio da melhoria da qualidade do produto ou serviço ofertado pela empresa (HILLMAN; KEIM, 2001).

Os investimentos sociais são considerados como duas variáveis distintas (INVSOCINT e INVSOCEXT), uma para investimentos sociais internos e outra para os investimentos sociais externos, tal como consta no modelo de BS. Eles são mensurados em milhares de reais.

3.7.3 Variáveis Explicativas de Controle

3.7.3.1 Tamanho (TAM)

O logaritmo do Ativo total será utilizado como *proxy* para tamanho. Empresas maiores têm mais recursos para aplicarem em atividades socioambientais. Dado seu porte, são mais visadas quanto ao retorno que dão à sociedade e ao ambiente de onde ela extrai seus recursos para transformar em benefícios energéticos (MENG et al., 2014; NOSSA et al., 2009). É esperada uma relação positiva com o nível de evidenciação.

3.7.3.2 Lucratividade (LUC)

Empresas com baixa lucratividade podem se utilizar dos relatórios socioambientais para desviar a atenção dos investidores para o verdadeiro problema, o que levaria a uma relação positiva com o nível de evidenciação. Do mesmo modo, as empresas com bom desempenho financeiro têm incentivos para usar os relatórios socioambientais para resgatar ou ampliar sua legitimidade dado que obtiveram lucros sobre a utilização de recursos naturais (IENG CHU; CHATTERJEE; BROWN, 2012).

3.7.3.3 Endividamento, Liquidez e Rentabilidade (END; LIQ e RENT)

As variáveis Endividamento, Liquidez e Rentabilidade representam a dimensão econômica, onde a empresa demonstra os resultados dos seus esforços para geração de recursos e, conseqüentemente, a fonte financeira dos investimentos socioambientais. Não há um sinal esperado para essas variáveis (LIMA CRISÓSTOMO; DE SOUZA FREIRE; CORTES DE VASCONCELLOS, 2011; MENG et al., 2014; NOSSA et al., 2009; SILVA NETO, 2014).

3.7.3.4 Quociente de Distribuição de Riqueza aos Colaboradores (QDVACOL)

Os empregados são uma parte importante da geração de riqueza e também são alvos dos investimentos sociais internos que a empresa realiza para aprimorar seu pessoal e conseqüentemente gerar mais riqueza nos exercícios seguintes (AZEVEDO; CRUZ, 2009; SILVA NETO, 2014). Por isso, espera-se que exista uma associação positiva entre o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores e o nível de evidenciação social.

3.7.3.5 Bovespa (BOV)

As empresas que estão listadas em bolsa de valores sofrem mais pressão dos *stakeholders*, em particular os acionistas, uma vez que recebem seus recursos para financiar suas operações. Eles pressionariam a empresa a aplicar estes recursos em ações que não prejudiquem a reputação dela, mantendo a legitimidade dos negócios (MILANI FILHO, 2008; NOSSA et al., 2009; SILVA NETO, 2014).

3.7.3.6 Grupo Econômico (GE)

Os grupos econômicos representam fortalecimento econômico e padronização de procedimentos, o que pode elevar o nível de evidenciação socioambiental como forma de se manter a legitimidade de todo o grupo econômico (SILVA NETO, 2014).

3.7.3.7 Controle Estatal (CE)

A administração estatal das empresas do setor elétrico pode ser um incentivo para que as empresas privadas do setor divulguem informação socioambiental (IENG CHU; CHATTERJEE; BROWN, 2012; MENG et al., 2014). Entretanto, no caso do Brasil as empresas públicas do setor elétrico somente admitem funcionários por meio de concurso público.

Em função disso, a empresa não pode praticar políticas de igualdade de gênero e raça entre seus empregados. Além disso, existem outros entes governamentais que praticam ações sociais e ambientais na região de atuação das empresas de energia, cumprindo o papel que seria esperado da empresa. Nesse sentido, é esperada uma relação negativa entre o controle estatal e o nível de evidenciação ambiental e social.

3.7.4 Resumo das Variáveis

O Quadro 4 resume as variáveis utilizadas nos modelos, com o tipo de variável, se dependente, de interesse ou de controle; a respectiva forma de cálculo com fórmulas matemáticas; os autores que fundamentam sua utilização e o sinal esperado, quando aplicável.

Quadro 4 – Resumo das Variáveis

| Tipo | Variável (Sigla) | Cálculo | Autores que fundamentam a utilização | Sinal esperado |
|------------------------|---|--|--|----------------|
| Dependente | Nível de Evidenciação Ambiental (NEA) | N/A | SILVA, 2012; SILVA NETO, 2014 | N/A |
| | Nível de Evidenciação Social (NES) | N/A | SILVA, 2012; SILVA NETO, 2014 | N/A |
| Variáveis de interesse | Investimentos Ambientais Internos (INVAMBINT) | Valores obtidos do Balanço Social | BURNETT; HANSEN, 2008; ORELLANO; QUIOTA, 2011; SILVA NETO, 2014 | + |
| | Investimentos Ambientais Externos (INVAMBEXT) | Valores obtidos do Balanço Social | BURNETT; HANSEN, 2008; ORELLANO; QUIOTA, 2011; SILVA NETO, 2014 | + |
| | Investimentos Sociais Internos (INVSOCINT) | Valores obtidos do Balanço Social | HILLMAN; KEIM, 2001; ORELLANO; QUIOTA 2011; SILVA NETO, 2014 | + |
| | Investimentos Sociais Externos (INVSOCEXT) | Valores obtidos do Balanço Social | HILLMAN; KEIM, 2001; ORELLANO; QUIOTA 2011; SILVA NETO, 2014 | + |
| Variáveis de controle | Tamanho (TAM) | Logaritmo natural do ativo | IENG CHU; CHATTERJEE; BROWN, 2012; MENG et al., 2014; NOSSA et al., 2009; SILVA NETO, 2014 | + |
| | Lucratividade (LUC) | $\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Receita líquida}}$ | IENG CHU; CHATTERJEE; BROWN, 2012 | + |
| | Endividamento (END) | $\frac{\text{Passivo total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$ | MENG et al., 2014; NOSSA et al., 2009; SILVA NETO, 2014 | ? |
| | Liquidez (LIQ) | $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ | SILVA NETO, 2014 | ? |
| | Rentabilidade (RENT) | $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$ | LIMA CRISÓSTOMO; DE SOUZA FREIRE; CORTES DE VASCONCELLOS, 2011; SILVA NETO, 2014 | ? |
| | QDVA Colaboradores (QDVACOL) | $\frac{\text{Riqueza Distribuída}}{\text{Valor Adicionado Total}}$ | AZEVEDO; CRUZ, 2009; SILVA NETO, 2014 | + |
| | Bovespa (BOV) | Empresa listada BOVESPA | MILANI FILHO, 2008; NOSSA et al., 2009; SILVA NETO, 2014 | + |
| | Grupo Econômico (GE) | Empresa pertencente a grupo econômico | SILVA NETO, 2014 | + |
| | Controle Estatal (CE) | Empresa controlada pelo Estado brasileiro | IENG CHU; CHATTERJEE; BROWN, 2012; MENG et al., 2014 | - |

Em que a coluna tipo designa o tipo de variável da pesquisa, se dependente ou explicativa. As variáveis explicativas se dividem em Variáveis de Interesse e Variáveis de controle. A coluna Variável contém o nome das variáveis utilizadas. A coluna cálculo apresenta a fórmula matemática, quando aplicável. Os autores que utilizaram essas variáveis estão listados na coluna Autores e o Sinal esperado de cada variável foi determinado com base nas referências dadas pelos autores.

Fonte: o autor

3.8 Mensuração da Influência Exercida pelo Desempenho Socioambiental no Nível de Evidenciação Socioambiental.

A ferramenta estatística adotada para analisar os dados e responder à questão de pesquisa e ao segundo objetivo específico foi a regressão logística ordinal. O objetivo com essa ferramenta é verificar qual a influência exercida pelo desempenho social e ambiental no nível de evidenciação social e ambiental, por meio das variáveis que aumentam a probabilidade de uma empresa ser classificada em um nível de evidenciação social e ambiental mais elevado.

Com isso pretende-se atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa, que é identificar e explicar as possíveis associações entre o nível de evidenciação socioambiental e o desempenho socioambiental das empresas da amostra.

A regressão logística ordinal se difere da regressão logística binária e multinomial pelo fato de a variável dependente ser do tipo categórica ordinal. Enquanto na logística binária temos duas categorias e na multinomial várias delas todas independentes entre si (ou seja, sem hierarquia: sim ou não; brancos, negros e pardos), a regressão ordinal assume que as categorias são dependentes, onde a última categoria contém as características das anteriores e mais algumas exclusivas (CHAN et al., 2009, pp. 456-457).

Ela também é conhecida como modelo de regressões paralelas, pois a lógica é de que os coeficientes sejam estatisticamente os mesmos para todas as categorias, mudando-se apenas a altura onde os interceptos de cada reta de regressão cruzam o eixo y. O cálculo visa determinar a probabilidade acumulada de a variável dependente ser classificada em uma categoria k (FUKS; SALAZAR, 2008).

O modelo de regressão logística ordinal é descrito da seguinte forma:

Seja κ a designação das categorias da pesquisa: baixo (1), regular (2), bom (3) e alto (4), tem-se:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1 + \exp(Z_i - \kappa_1)}$$

$$P(Y = 2) = \frac{1}{1 + \exp(Z_i - \kappa_2)} - \frac{1}{1 + \exp(Z_i - \kappa_1)}$$

$$P(Y = 3) = \frac{1}{1 + \exp(Z_i - \kappa_3)} - \frac{1}{1 + \exp(Z_i - \kappa_2)} - \frac{1}{1 + \exp(Z_i - \kappa_1)}$$

$$P(Y = 4) = 1 - \frac{1}{1 + \exp(Z_i - \kappa_3)}$$

Em que:

Z_i Corresponde ao somatório de um vetor de variáveis e seus respectivos coeficientes:

$$Z_i = \sum_{k=1}^K \beta_k X_k$$

E Exp corresponde a e, o número de Euler.

Dessa forma, para cada categoria κ_i , as probabilidades de ocorrência são acumuladas. Cada nova logit contempla a probabilidade acumulada pela categoria anterior. Note que não há intercepto.

Exp corresponde a e.

Dessa forma, para cada categoria κ_i , as probabilidades de ocorrência são acumuladas. Cada nova logit contempla a probabilidade acumulada pela categoria anterior. Note que não há intercepto.

3.9 Modelos

Com o objetivo de se responder qual é a associação entre o nível de evidenciação social e ambiental e investimentos sociais e ambientais, internos e externos, das empresas do setor elétrico brasileiro, foram testados dois modelos estatísticos com dados em painel por meio de regressão logística ordinal.

Nesse sentido, os dois modelos seguem a seguinte equação geral:

$$NE_t = \frac{1}{1 + \exp(\beta_1 INVAMBINT_t + \beta_2 INVAMBEXT_t + \beta_3 INVSOCINT_t + \beta_4 INVSOCEXT_t + \sum \beta_n X_n + \varepsilon_t)} \quad (1)$$

Em que:

| | | |
|--------------------|---|--|
| NE_t | = | Nível de evidenciação social ou ambiental da firma i no tempo t . (varia entre 0 e 3: baixo, regular bom e alto) |
| β_1 | = | Coeficiente angular dos investimentos sociais ou ambientais internos. |
| $INVAMBINT_t$ | = | Investimentos ambientais internos firma i no tempo t . |
| β_2 | = | Coeficiente angular dos investimentos ambientais externos |
| $INVAMBEXT_t$ | = | Investimentos sociais ou ambientais externos firma i no tempo t . |
| β_3 | = | Coeficiente angular dos investimentos internos |
| $INVSOCINT_t$ | = | Investimentos sociais internos firma i no tempo t . |
| β_4 | = | Coeficiente angular dos investimentos sociais externos |
| $INVSOCEXT_t$ | = | Investimentos sociais externos firma i no tempo t . |
| $\sum \beta_n X_n$ | = | Vetor de variáveis independentes da firma i no tempo t . |
| ε_t | = | Erro estocástico no tempo t . |

Cada modelo contem as designações pertinentes para cada teste. Primeiro são testados os níveis de evidenciação ambiental (NEA) e em seguida, o nível de evidenciação social (NES). O vetor de variáveis contempla Tamanho, Lucratividade, Endividamento, Liquidez, Rentabilidade, o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, *dummies* para empresas de capital aberto listadas na BM&F Bovespa, empresas que pertencem a grupo econômico e que são controladas pelo estado.

Os modelos utilizados são descritos na seguinte forma específica:

$$NEA_t = \frac{1}{1 + \exp(\beta_1 INVAMBINT_t + \beta_2 INVAMBEXT_t + \beta_3 INVSOCINT_t + \beta_4 INVSOCEXT_t + \sum \beta_n X_n + \varepsilon_t)} \quad (2)$$

$$NES_t = \frac{1}{1 + \exp(\beta_1 INVAMBINT_t + \beta_2 INVAMBEXT_t + \beta_3 INVSOCINT_t + \beta_4 INVSOCEXT_t + \sum \beta_n X_n + \varepsilon_t)} \quad (3)$$

Em que:

NEA_t = Nível de evidenciação ambiental da firma i no tempo t . (varia entre 0 e 3: baixo, regular bom e alto)

NES_t = Nível de evidenciação social da firma i no tempo t . (varia entre 0 e 3: baixo, regular bom e alto).

Foi utilizado um software estatístico para testar cada modelo e os resultados estão na seção 4 – Análise dos resultados. Os dados foram organizados em planilha eletrônica antes de serem submetidos à aplicação estatística.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatísticas descritivas das variáveis

A análise das estatísticas descritivas das variáveis permite uma compreensão de como os dados se comportam e pode dar indícios dos resultados dos testes estatísticos mais robustos.

4.1.1 Estatísticas descritivas para 2012

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas para o ano de 2012. É possível notar, pelos valores da média, desvio padrão, mínimo e máximo, que os esforços das empresas, da amostra, são maiores nos investimentos sociais externos (INVSOCEXT), seguido pelos investimentos sociais internos (INVSOCINT), em relação aos investimentos ambientais.

TABELA 2 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS EM 2012

| | Média | Desvio padrão | Mínimo | Máximo | Observações |
|-----------|--------------|---------------|--------|---------------|-------------|
| INVAMBINT | 17.877,91 | 42.322,97 | 0,00 | 210.472,00 | 45 |
| INVAMBEXT | 17.412,71 | 62.254,11 | 0,00 | 395.795,00 | 45 |
| INVSOCINT | 87.816,07 | 184.389,69 | 0,00 | 1.068.227,00 | 45 |
| INVSOCEXT | 1.124.906,07 | 3.263.480,15 | 0,00 | 21.704.178,00 | 45 |
| TAM | 5,87 | 0,85 | 4,17 | 7,70 | 45 |
| LUC | 0,05 | 0,27 | -0,65 | 1,28 | 45 |
| END | 1,02 | 0,37 | 0,46 | 2,23 | 45 |
| LIQ | 1,18 | 0,77 | 0,23 | 5,21 | 45 |
| RENT | 0,29 | 0,74 | -1,03 | 3,56 | 45 |
| QDVACOL | 11,63 | 7,33 | 0,00 | 31,97 | 45 |

Em que INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCINT são os investimentos sociais internos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, extraído da DVA.

Fonte: o autor

Nesse sentido, há indícios de que as empresas investiram mais recursos em projetos e programas sociais para comunidade e no desenvolvimento social dos

seus colaboradores do que em programas ambientais e sistemas que garantam um processo produtivo mais sustentável.

4.1.2 Estatísticas descritivas para 2013

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas para o ano de 2013. O diferencial desta tabela para a Tabela 2 é que o número de observações para os investimentos ambientais é inferior ao total da amostra. 6 empresas não divulgaram quanto investiram na área ambiental internamente em 2013, conforme APÊNDICE 8.

TABELA 3 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS EM 2013

| | Média | Desvio padrão | Mínimo | Máximo | Observações |
|-----------|--------------|---------------|--------|---------------|-------------|
| INVAMBINT | 18.878,00 | 46.288.82 | 0,00 | 202.975,00 | 39 |
| INVAMBEXT | 11.326,67 | 35.176.84 | 0,00 | 209.141,00 | 36 |
| INVSOCINT | 169.172,58 | 601.360.05 | 0,00 | 3.964.642,83 | 45 |
| INVSOCEXT | 1.405.534,38 | 3.991.759.79 | 0,00 | 20.561.854,00 | 45 |
| TAM | 5,85 | 0,84 | 4,18 | 7,24 | 45 |
| LUC | 0,11 | 0,37 | -0,54 | 2,20 | 45 |
| END | 0,62 | 4,97 | -21,32 | 8,12 | 45 |
| LIQ | 1,39 | 1,22 | 0,21 | 7,09 | 45 |
| RENT | 0,12 | 0,64 | -3,35 | 1,66 | 45 |
| QDVACOL | 16,48 | 13,60 | 0,00 | 71,00 | 45 |

Em que INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCINT são os investimentos sociais internos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, extraído da DVA.

Fonte: o autor

As empresas que não divulgaram foram: Companhia Hidrelétrica São Patrício, Companhia Piratininga de Força e Luz, Hidroelétrica Panambi S/A, Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda, LT Triângulo S/A e Muxfeldt Marin & Cia. Ltda

4.1.3 Estatísticas descritivas para 2014

Por fim, a Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas para o ano de 2014. No ano em tela, os investimentos sociais apresentaram queda. A crise hídrica causada pela

falta de chuvas e a crise econômica mundial iniciada em 2009, que resultou no controle de preços do fornecimento de energia, e que impactam o desempenho socioambiental, podem ter provocado redução nos investimentos sociais.

TABELA 4 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS EM 2013

| | Média | Desvio padrão | Mínimo | Máximo | Observações |
|-----------|--------------|----------------------|---------------|---------------|--------------------|
| INVAMBINT | 12.900,13 | 36.939,32 | 0,00 | 217.655,00 | 40 |
| INVAMBEXT | 11.236,84 | 34.341,85 | 0,00 | 213.083,00 | 40 |
| INVSOCINT | 86.649,51 | 166.508,64 | 0,00 | 907.933,00 | 45 |
| INVSOCEXT | 575.303,27 | 852.354,35 | -55.480,00 | 3.416.758,00 | 45 |
| TAM | 5,88 | 0,85 | 4,22 | 7,16 | 45 |
| LUC | 0,28 | 1,10 | -0,25 | 7,42 | 45 |
| END | 3,44 | 10,61 | -12,24 | 57,35 | 45 |
| LIQ | 1,60 | 0,84 | 0,43 | 3,73 | 45 |
| RENT | 0,18 | 1,36 | -7,92 | 2,81 | 45 |
| QDVACOL | 0,13 | 0,07 | 0,03 | 0,43 | 45 |

Em que INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCINT são os investimentos sociais internos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, extraído da DVA.

Fonte: o autor

Corroborando a crise no setor, o índice de endividamento subiu, em média, em relação ao ano anterior. Em 2013, a média de endividamento era 0,62. Em 2014 foi para 3,4. O aumento na lucratividade pode ter amenizado o cenário (de 0,11 em 2013 para 0,28 em 2014), mas a diferença entre os anos é muito menor do que aquela encontrada para o endividamento.

Como mencionado na Plataforma teórica, conforme os relatórios socioambientais da Energia Força e Luz João Cesa, de Santa Catarina, e da Elektro, de São Paulo, o setor passa por dificuldades financeiras e na geração de energia. Portanto, a crise no setor pode ter impacto no nível de evidenciação socioambiental, assim como teve nos investimentos socioambientais.

4.2 Classificação das empresas quanto ao nível de evidenciação

Além das estatísticas descritivas, a classificação das empresas pode auxiliar na previsão dos resultados da regressão logística, uma vez que a quantidade de

empresas em cada categoria pode direcionar a probabilidade de uma empresa ser classificada em níveis mais altos ou mais baixos de evidenciação. Um dos requisitos da regressão logística ordinal é que exista variabilidade suficiente entre as categorias que justifique a sua distinção, de modo que categorias com comportamento similares perfazem uma categoria apenas, assim como comportamentos diferentes resultam em categorias estatisticamente distintas (FUKS; SALAZAR, 2008).

4.2.2 Classificação das empresas da amostra em 2012

As dez empresas que apresentaram o mais alto nível de evidenciação ambiental em 2012 estão apresentadas no Quadro 5. Nota-se que a melhor empresa foi a Elektro Eletricidade e Serviços S/A, com 90% de evidenciação, conforme o índice utilizado.

Quadro 5 – Classificação dos Maiores *Disclosures* Ambientais em 2012

| Posição | Razão Social | NEA | NEA% |
|---------|---|------|------|
| 1º | Elektro Eletricidade e Serviços S/A. | Alto | 0.90 |
| 2º | Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. | Alto | 0.85 |
| 3º | Companhia Energética do Maranhão | Alto | 0.79 |
| 4º | Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A. | Alto | 0.79 |
| 5º | Companhia Energética do Ceará | Bom | 0.74 |
| 6º | Companhia Nacional de Energia Elétrica | Bom | 0.74 |
| 7º | Centrais Elétricas de Carazinho S/A. | Bom | 0.72 |
| 8º | Companhia Luz e Força Santa Cruz | Bom | 0.72 |
| 9º | Companhia Sul Paulista de Energia | Bom | 0.72 |
| 10º | Ampla Energia e Serviços S/A | Bom | 0.69 |

Em que NEA é o Nível de Evidenciação Ambiental e NEA% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação ambiental (ANEXO 1).

Em contrapartida, as dez empresas que apresentaram o mais baixo nível de evidenciação ambiental em 2012 estão listadas no Quadro 6. A empresa que evidenciou menos informações no ano em tela foi a Companhia Campolarguense de Energia, com 10% de evidenciação.

Quadro 6 – Classificação dos Menores *Disclosures* Ambientais Em 2012

| Posição | Razão Social | NEA | NEA% |
|---------|---|-------|------|
| 1º | Companhia Campolarguense de Energia | Baixo | 0.10 |
| 2º | Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda | Baixo | 0.15 |
| 3º | Muxfeldt Marin & Cia. Ltda | Baixo | 0.18 |

| Posição | Razão Social | NEA | NEA% |
|----------------|--|------------|-------------|
| 4º | Companhia Hidroelétrica São Patrício | Baixo | 0.21 |
| 5º | Empresa Luz e Força Santa Maria S/A. | Baixo | 0.23 |
| 6º | Hidroelétrica Panambi S/A. | Baixo | 0.23 |
| 7º | Celesc Distribuição S.A. | Regular | 0.26 |
| 8º | Integração Transmissora de Energia S/A | Regular | 0.26 |
| 9º | Cooperativa Aliança | Regular | 0.31 |
| 10º | Copel Geração e Transmissão S.A. | Regular | 0.31 |

Em que NEA é o Nível de Evidenciação Ambiental e NEA% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação ambiental (ANEXO 1).

Do ponto de vista social, as dez empresas com maior nível de evidenciação estão listadas no Quadro 7. A empresa que mais divulgou informações sociais em 2012 foi a Companhia Nacional de Energia Elétrica, atingindo uma pontuação de 92% no índice de evidenciação social.

Quadro 7 – Classificação dos Maiores *Disclosures* Sociais em 2012

| Posição | Razão Social | NES | NES% |
|----------------|--|------------|-------------|
| 1º | Companhia Nacional de Energia Elétrica | Alto | 0.92 |
| 2º | Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. | Alto | 0.89 |
| 3º | Elektro Eletricidade e Serviços S/A. | Alto | 0.89 |
| 4º | Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins | Alto | 0.81 |
| 5º | Ampla Energia e Serviços S/A | Alto | 0.81 |
| 6º | Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A. | Alto | 0.81 |
| 7º | Companhia Energética do Rio Grande do Norte | Alto | 0.78 |
| 8º | Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia | Alto | 0.78 |
| 9º | Companhia Força e Luz do Oeste | Alto | 0.76 |
| 10º | Companhia Energética de Pernambuco | Alto | 0.76 |

Em que NES é o Nível de Evidenciação Social e NES% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação social (ANEXO 2).

As dez empresas que apresentaram o mais baixo nível de evidenciação social em 2012 estão listadas no Quadro 8. A empresa que evidenciou menos informações no ano em tela foi a Centrais Elétricas de Carazinho S/A, com 14% de evidenciação.

Quadro 8 – Classificação dos Menores *Disclosures* Sociais em 2012

| Posição | Razão Social | NES | NES% |
|----------------|---|------------|-------------|
| 1º | Centrais Elétricas de Carazinho S/A. | Baixo | 0.14 |
| 2º | Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda | Baixo | 0.22 |
| 3º | ATE III Transmissora de Energia S/A | Baixo | 0.22 |
| 4º | Muxfeldt Marin & Cia. Ltda | Baixo | 0.24 |
| 5º | Empresa Luz e Força Santa Maria S/A. | Baixo | 0.24 |
| 6º | Companhia Jaguari de Energia | Baixo | 0.24 |
| 7º | Integração Transmissora de Energia S/A | Regular | 0.27 |
| 8º | Companhia Campolarguense de Energia | Regular | 0.30 |
| 9º | Celesc Distribuição S.A. | Regular | 0.35 |
| 10º | Cooperativa Aliança | Regular | 0.35 |

Em que NEA é o Nível de Evidenciação Social e NES% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação Social (ANEXO 1).

4.2.2 Classificação das empresas da amostra em 2013

As dez empresas que apresentaram o mais alto nível de evidenciação ambiental em 2013 estão apresentadas no Quadro 9. Nota-se que a melhor empresa foi a Bandeirante Energia S/A, com 90% de evidenciação, conforme o índice utilizado.

Quadro 9 – Classificação dos Maiores *Disclosures* Ambientais em 2013

| Posição | Razão Social | NEA | NEA% |
|---------|--|------|------|
| 1º | Bandeirante Energia S/A. | Alto | 0.90 |
| 2º | Companhia Energética do Maranhão | Alto | 0.90 |
| 3º | Ampla Energia e Serviços S/A | Alto | 0.82 |
| 4º | Celesc Distribuição S.A. | Alto | 0.79 |
| 5º | Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia | Alto | 0.79 |
| 6º | Companhia Piratininga de Força e Luz | Alto | 0.77 |
| 7º | Amazonas Distribuidora de Energia S/A | Bom | 0.74 |
| 8º | Companhia Energética do Rio Grande do Norte | Bom | 0.74 |
| 9º | Companhia Sul Paulista de Energia | Bom | 0.74 |
| 10º | Caiuá Distribuição de Energia S/A | Bom | 0.72 |

Em que NEA é o Nível de Evidenciação Ambiental (APÊNDICE 3) e NEA% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação ambiental (ANEXO 1).

Em contrapartida, as dez empresas que apresentaram o mais baixo nível de evidenciação ambiental em 2013 estão listadas no Quadro 10. A empresa que evidenciou menos informações no ano em tela foi a Boa Vista Energia S/A, com 0% de evidenciação. Apesar de não terem marcado nenhuma pontuação, as quatro primeiras empresas desta lista divulgaram seu relatório anual de sustentabilidade. Apenas não foram detectadas informações suficientes para pontuá-las no quesito ambiental.

Quadro 10 – Classificação dos Menores *Disclosures* Ambientais em 2013

| Posição | Razão Social | NEA | NEA% |
|---------|---|-------|------|
| 1º | Boa Vista Energia S/A | Baixo | 0.00 |
| 2º | Companhia Campolarguense de Energia | Baixo | 0.00 |
| 3º | Companhia Energética de Pernambuco | Baixo | 0.00 |
| 4º | Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda | Baixo | 0.00 |
| 5º | Muxfeldt Marin & Cia. Ltda | Baixo | 0.03 |
| 6º | Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda. | Baixo | 0.03 |
| 7º | Cooperativa Aliança | Baixo | 0.13 |

| Posição | Razão Social | NEA | NEA% |
|---------|--------------------------------------|-------|------|
| 8º | Companhia Energética do Piauí | Baixo | 0.15 |
| 9º | ATE III Transmissora de Energia S/A | Baixo | 0.18 |
| 10º | Centrais Elétricas de Carazinho S/A. | Baixo | 0.18 |

Em que NEA é o Nível de Evidenciação Ambiental (APÊNDICE 3) e NEA% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação ambiental (ANEXO 1).

Do ponto de vista social, as dez empresas com maior nível de evidenciação estão listadas no Quadro 11. A empresa que mais divulgou informações sociais em 2013 foi a Caiuá Distribuição de Energia S/A, atingindo uma pontuação de 92% no índice de evidenciação social.

Quadro 11 – Classificação dos Maiores *Disclosures* Sociais em 2013

| Posição | Razão Social | NES | NES% |
|---------|--|------|------|
| 1º | Caiuá Distribuição de Energia S/A | Alto | 0.92 |
| 2º | Elektro Eletricidade e Serviços S/A. | Alto | 0.81 |
| 3º | Companhia Energética do Rio Grande do Norte | Alto | 0.81 |
| 4º | Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia | Alto | 0.78 |
| 5º | Ampla Energia e Serviços S/A | Alto | 0.86 |
| 6º | Bandeirante Energia S/A. | Alto | 0.86 |
| 7º | Centrais Elétricas de Rondônia S/A. | Bom | 0.54 |
| 8º | Copel Distribuição S/A | Bom | 0.62 |
| 9º | Companhia Hidroelétrica São Patrício | Bom | 0.54 |
| 10º | LT Triângulo S/A | Bom | 0.54 |

Em que NES é o Nível de Evidenciação Social (APÊNDICE 4) e NES% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação social (ANEXO 2).

Já as dez empresas que apresentaram o mais baixo nível de evidenciação social em 2013 estão listadas no Quadro 12. A empresa que evidenciou menos informações no ano em tela foi a Boa Vista S/A, com 0% de evidenciação. As duas empresas dessa lista que apresentaram NES% igual a zero divulgaram seu relatório anual de sustentabilidade.

Quadro 12 – Classificação dos Menores *Disclosures* Sociais em 2013

| Posição | Razão Social | NES | NES% |
|---------|---|-------|------|
| 1º | Boa Vista Energia S/A | Baixo | 0.00 |
| 2º | Companhia Energética de Pernambuco | Baixo | 0.00 |
| 3º | Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda | Baixo | 0.22 |
| 4º | Muxfeldt Marin & Cia. Ltda | Baixo | 0.05 |
| 5º | Cooperativa Aliança | Baixo | 0.22 |
| 6º | Companhia Energética do Piauí | Baixo | 0.19 |
| 7º | Centrais Elétricas de Carazinho S/A. | Baixo | 0.24 |
| 8º | Integração Transmissora de Energia S/A | Baixo | 0.03 |
| 9º | Companhia Luz e Força Santa Cruz | Baixo | 0.22 |
| 10º | Companhia Leste Paulista de Energia | Baixo | 0.22 |

Em que NEA é o Nível de Evidenciação Social (APÊNDICE 4) e NEA% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação social (ANEXO 1).

4.2.2 Classificação das empresas da amostra em 2014

As dez empresas que apresentaram o mais alto nível de evidenciação ambiental em 2014 estão apresentadas no Quadro 13. Nota-se que a melhor empresa, voltando a ocupar a 1ª posição, foi a Elektro Eletricidade e Serviços S/A, com 92% de evidenciação. Por essa razão ela foi utilizada como referência na seção que trata da análise de conteúdo.

Quadro 13 – Classificação dos Maiores *Disclosures* Ambientais em 2014

| Posição | Razão Social | NEA | NEA% |
|---------|--|------|------|
| 1º | Elektro Eletricidade e Serviços S/A. | Alto | 0.92 |
| 2º | Ampla Energia e Serviços S/A | Alto | 0.90 |
| 3º | Bandeirante Energia S/A. | Alto | 0.87 |
| 4º | Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. | Alto | 0.87 |
| 5º | Companhia Energética do Ceará | Alto | 0.82 |
| 6º | Companhia Energética do Maranhão | Alto | 0.79 |
| 7º | Rio Grande Energia S/A. | Bom | 0.67 |
| 8º | Celesc Distribuição S.A. | Bom | 0.64 |
| 9º | Companhia Energética de Pernambuco | Bom | 0.64 |
| 10º | Companhia Paulista de Força e Luz | Bom | 0.64 |

Em que NEA é o Nível de Evidenciação Ambiental (APÊNDICE 5) e NEA% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação ambiental (ANEXO 1)

As posições das dez empresas que apresentaram o mais baixo nível de evidenciação ambiental em 2014 estão listadas no Quadro 14. A empresa que evidenciou menos informações no ano em tela foi a Muxfeldt Marin & Cia. Ltda., com 0% de evidenciação. Não foram encontrados indícios que justifiquem uma pontuação diferente de zero no índice de evidenciação ambiental para esta empresa.

Quadro 14 – Classificação dos Menores *Disclosures* Ambientais em 2014

| Posição | Razão Social | NEA | NEA% |
|---------|---|-------|------|
| 1º | Muxfeldt Marin & Cia. Ltda | Baixo | 0.00 |
| 2º | Companhia Campolarguense de Energia | Baixo | 0.03 |
| 3º | Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda | Baixo | 0.03 |
| 4º | Centrais Elétricas de Carazinho S/A. | Baixo | 0.05 |
| 5º | Cooperativa Aliança | Baixo | 0.10 |
| 6º | Hidroelétrica Panambi S/A. | Baixo | 0.10 |
| 7º | Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda. | Baixo | 0.13 |
| 8º | Integração Transmissora de Energia S/A | Baixo | 0.13 |
| 9º | Companhia Hidroelétrica São Patrício | Baixo | 0.18 |

| Posição | Razão Social | NEA | NEA% |
|---------|--|---------|------|
| 10º | Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia | Regular | 0.26 |

Em que NEA é o Nível de Evidenciação Ambiental (APÊNDICE 5) e NEA% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação ambiental (ANEXO 1)

Do ponto de vista social, as dez empresas com maior nível de evidenciação estão listadas no Quadro 15. A empresa que mais divulgou informações sociais em 2014 foi a Elektro Eletricidade e Serviços S/A, atingindo uma pontuação de 97% no índice de evidenciação social.

Quadro 15 – Classificação dos Maiores *Disclosures* Sociais em 2014

| Posição | Razão Social | NES | NES% |
|---------|--|------|------|
| 1º | Elektro Eletricidade e Serviços S/A. | Alto | 0.97 |
| 2º | Ampla Energia e Serviços S/A | Alto | 0.92 |
| 3º | Bandeirante Energia S/A. | Alto | 0.89 |
| 4º | Companhia Energética do Ceará | Alto | 0.89 |
| 5º | Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. | Alto | 0.89 |
| 6º | Centrais Elétricas de Rondônia S/A. | Alto | 0.81 |
| 7º | Celesc Distribuição S.A. | Alto | 0.78 |
| 8º | Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia | Alto | 0.78 |
| 9º | Companhia Energética do Rio Grande do Norte | Alto | 0.78 |
| 10º | Companhia Energética do Maranhão | Bom | 0.73 |

Em que NES é o Nível de Evidenciação Social (APÊNDICE 6) e NES% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação social (ANEXO 2)

Vale destacar que a pesquisa de Maçambanni et. al. (2013) já evidenciara que as empresas da região nordeste são as que mais evidenciam informações socioambientais. Tal fato ficou evidente no Quadro 15, onde as empresas da referida região tiveram destaque em sua pontuação, com 4 empresas entre as 10 que mais divulgaram informações sociais em 2014.

Por outro lado, a classificação das empresas com menor nível de divulgação está listada no quadro 16. A empresa que evidenciou menos informações no ano em tela foi a Integração Transmissora de Energia S/A, com 5% de evidenciação.

Quadro 16 – Classificação dos Menores *Disclosures* Sociais em 2014

| Posição | Razão Social | NES | NES% |
|---------|--|-------|------|
| 1º | Integração Transmissora de Energia S/A | Baixo | 0.05 |
| 2º | Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda | Baixo | 0.08 |
| 3º | Muxfeldt Marin & Cia. Ltda | Baixo | 0.19 |
| 4º | Copel Distribuição S/A | Baixo | 0.22 |
| 5º | Copel Geração e Transmissão S.A. | Baixo | 0.22 |
| 6º | Centrais Elétricas de Carazinho S/A. | Baixo | 0.24 |
| 7º | Cooperativa Aliança | Baixo | 0.24 |
| 8º | Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A | Baixo | 0.24 |

| Posição | Razão Social | NES | NES% |
|---------|-------------------------------------|---------|------|
| 9º | Hidroelétrica Panambi S/A. | Baixo | 0.24 |
| 10º | Companhia Leste Paulista de Energia | Regular | 0.27 |

Em que NEA é o Nível de Evidenciação Social (APÊNDICE 6) e NES% é a pontuação da empresa conforme o índice de evidenciação social (ANEXO 1)

Em concordância com os Quadros 5 a 16 e com a Tabela 1, pode-se notar que a amostra está concentrada nos níveis de evidenciação Regular e Bom. Nesse sentido, a distribuição das empresas nos níveis de evidenciação dão indícios de que sua variabilidade é suficiente para justificar a classificação adotada nesta pesquisa. Entretanto, somente o teste estatístico da regressão logística ordinal poderá validar esta afirmação.

4.3 Matrizes de correlação

As matrizes de correlação, apresentadas a seguir, mostram a correlação entre as variáveis utilizadas em cada modelo de regressão logística ordinal testado.

4.3.1 Matriz de correlação para o modelo NEA (modelo 2)

A matriz de correlação do modelo NEA (modelo 2), que está no APÊNDICE 10, mostra que as variáveis INVAMBINT, INVAMBEXT, INSOCINT, INVSOCEXT, LUC, END, LIQ e RENT, não apresentaram correlação significativa, a 10% de confiança, com a variável dependente NEA.

Nenhuma variável apresentou alta correlação, ficando todas com coeficiente de correlação fora do intervalo de $\pm 0,80$. Portanto, não há indícios de multicolinearidade entre as variáveis a serem utilizadas no modelo 2 (GUJARATI; PORTER, 2008).

4.3.2 Matriz de correlação para o modelo NES (modelo 3)

Na matriz de correlação do modelo NES (modelo 3), que está no APÊNDICE 11, as variáveis INVAMBINT, INVAMBEXT, INSOCINT, INVSOCEXT, LUC, END, e RENT, não apresentaram correlação significativa, a 10% de confiança, com a variável dependente NES. A ausência de correlação entre essas variáveis e a variável dependente pode ser um indício de que elas não terão significância estatística no modelo.

Novamente, nenhuma das variáveis apresentou correlação fora do intervalo de $\pm 0,80$, Portanto, não há indícios de multicolinearidade entre as variáveis a serem utilizadas no modelo 3.

Para evitar problemas de autocorrelação serial, as regressões foram rodadas com erros-padrão robustos, conforme a última coluna das Tabela 5 e 6. Também se optou por solicitar ao *software* estatístico a razão de chances (*odds ratio*). O objetivo era que fosse gerado um número que fosse mais viável de se analisar (GUJARATI; PORTER, 2008).

4.4 Resultados dos modelos de regressão logística ordinal

4.4.1 Resultados do modelo NEA (modelo 2)

O primeiro modelo testado visa estimar quais as variáveis que aumentam a probabilidade de uma empresa ser classificada em um nível de evidenciação ambiental mais elevado, em concordância com a hipótese da pesquisa e com a teoria da legitimidade.

A Tabela 5 contém os resultados para os testes tendo o Nível de Evidenciação Ambiental como variável dependente. O modelo é significativo, pois apresenta um valor de Wald χ^2 de 39,97 e um $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0004. Essas estatísticas

correspondem ao F e ao prob.>F do modelo de regressão múltipla estimado por MQO.

As estatísticas “Corte 1”, “Corte 2” e “Corte 3”, nas últimas três linhas da Tabela 5 foram significativas a 1%. Isso significa que cada categoria da amostra tem variabilidade independente o suficiente para ser identificada de forma distinta das outras.

As variáveis cujas razões de chances foram significativas foram INVSOCEXT (a 5%), TAM (a 5%) LUC (a 1%), RENT (a 10%), GE (a 1%) e CE (1%). A variável investimentos social externas tenha uma razão de chances muito próxima de 1, o que levaria ao entendimento de que ela é neutra na variabilidade da variável dependente. Nesse sentido, nenhuma das variáveis de interesse demonstra capacidade de influenciar a qualidade do *disclosure* socioambiental das empresas da amostra.

Portanto, tal como na pesquisa de Azevedo e Cruz (2009), há indícios de que os investimentos socioambientais não são direcionadores para que as empresas aumentem o *disclosure* de informações sobre suas práticas socialmente responsáveis.

TABELA 5 – RESULTADOS ESTATÍSTICOS PARA O MODELO 2

| NEA | Coefficiente | Razão de chances | p-valor | Sig. | Erros Padrão Robustos |
|------------------------------|--------------|------------------|---------|-----------|-----------------------|
| INVAMBINT | -1.24e-07 | 0.9999 | 0.988 | | 8.25e-06 |
| INVAMBEXT | 8.73e-06 | 1.0000 | 0.130 | | 5.76e-06 |
| INVSOCINT | 4.61e-07 | 1.0000 | 0.760 | | 1.51e-06 |
| INVSOCEXT | -4.19e-07 | 0.9999 | 0.019 | ** | 1.79e-07 |
| TAM | 1.0497 | 2.8569 | 0.015 | ** | 1.237206 |
| LUC | -0.3842 | 0.6809 | 0.001 | * | 0.0757251 |
| END | 0.0357 | 1.0363 | 0.170 | | 0.026981 |
| LIQ | -0.04298 | 0.9579 | 0.891 | | 0.2996106 |
| RENT | 0.3388 | 1.4032 | 0.070 | *** | 0.2626296 |
| QDVACOL | -0.0064 | 0.9935 | 0.857 | | 0.0353473 |
| BOV | 0.9129 | 2.4915 | 0.138 | | 1.53492 |
| GE | 2.8751 | 17.7277 | 0.000 | * | 14.63642 |
| CE | -2.0841 | 0.1244 | 0.005 | * | 0.0933181 |
| Número de observações | | 119 | | Wald Chi2 | 36.97 |

| Número de grupos | 45 | Prob> chi2 | 0.0004 |
|------------------|----------|---------------|----------|
| Corte 1 | 5.412686 | 0.007 * | 2.024112 |
| Corte 2 | 7.976038 | 0.000 * | 2.217398 |
| Corte 3 | 11.05911 | 0.000 * | 2.326022 |

Em que NEA é o nível de evidência ambiental; INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, extraído da DVA; BOV é uma *dummy* que recebe 1 se a empresa estiver listada na BM&FBovespa; GE é uma *dummy* para empresas que estão em grupo econômico, recebendo o valor 1 caso a empresa esteja; e CE é uma *dummy* para controle estatal, recebendo valor 1 caso a empresa seja controlada pelo Estado brasileiro. * significa que a variável é significativa a 1%, ** a 5% e *** a 10%. Corte significa a categoria da regressão logística.

Portanto, a hipótese de pesquisa, de que há associação positiva entre *disclosure* e desempenho socioambiental, foi rejeitada.

Como pontuado por Ahmad e Sulaiman (2004), os relatórios socioambientais do SEB podem ser somente instrumentos de relações públicas que as empresas utilizam para gerenciar sua reputação, independente do qual seja o seu desempenho socioambiental, como mostram esses primeiros resultados.

É possível que o *legitimacy gap*, definido por O'Donovan (2002) das empresas da amostra, se existir, é mitigado pela comunicação por meio dos relatórios de sustentabilidade, pois o resultado das variáveis de investimentos socioambientais indicam que não há associação entre os investimentos feitos e o *disclosure* socioambiental.

Isso eleva as chances de seleção adversa por parte dos gestores: como o desempenho socioambiental não interfere no *disclosure* ambiental, os gestores somente divulgarão informações que julgarem serem mais benéficas para a manutenção da reputação da empresa (VERRECHIA, 2001).

Também possibilita ao gestor recorrer ao gerenciamento da legitimidade por meio da manipulação (Brinkerhoff, 2005), em que ela gerencia mitos e símbolos para criar novas crenças e valores cognitivamente legitimadores, uma vez que não é necessário vincular a informação divulgada com nenhum investimento socioambiental.

Portanto, o papel do Estado enquanto, regulador e fiscalizador, se torna ainda mais relevante, como pontuam Archel et. al. (2009) e Harris et al. (2001, pp. 293-294), pois as empresas não publicarão relatórios livres de viés voluntariamente. Afinal, os gestores só divulgarão informações negativas quando julgarem que não sofrerão prejuízos maiores do que os atuais (VERRECHIA, 2001).

Como a crise hídrica e as mudanças tarifárias têm dificultado o desempenho das empresas e os investimentos socioambientais seriam sinais de boas notícias (pois constituiriam DS favorável), ambos os fatores constituem interações sociais negativas e, portanto, seriam direcionadores de aumento do *disclosure*, como afirmam Wilmshurst e Frost (2000) e Patten (1992).

A variável tamanho (TAM) apresentou o sinal esperado, significando que empresas maiores têm mais chances de serem classificadas em níveis de evidenciação ambiental mais elevados. Uma possível explicação para isso é o que afirmam Watts e Zimmerman (1978) e Patten (2002): o *disclosure* socioambiental é feito em função do nível de exposição e à pressão dos *stakeholders*, pois empresas maiores têm interações de maior magnitude com a sociedade e o ambiente.

Lucratividade (LUC) apresentou sinal negativo e significativo, o que significa que quanto mais lucrativa a empresa, menores as chances de ela ser classificada em um nível maior de evidenciação ambiental. Uma possível explicação é que, para as empresas da amostra, não há pressão dos *stakeholders* o suficiente para justificar a utilização do relatório de sustentabilidade para legitimar a empresa, como afirmam De Villiers e Van Staden (2006) sobre os direcionadores para o declínio da qualidade do *disclosure*.

A Rentabilidade apresentou um coeficiente positivo, o que é um indício de que quanto maior a rentabilidade, maiores as chances de uma empresa ser classificada num nível mais elevado de evidenciação ambiental. Uma possível explicação seria que essas empresas mais rentáveis utilizariam os relatórios para demonstrar um comprometimento alinhado com o DS, considerando o lucro como parte da sustentabilidade empresarial (GALLOPÍN, 1997).

A variável Grupo Econômico (GE) apresentou sinal positivo significativo, corroborando as afirmações de Silva Neto (2014): Os grupos econômicos

representam fortalecimento econômico e padronização de procedimentos, o que pode elevar o nível de evidenciação socioambiental como forma de se manter a legitimidade de todo o grupo econômico.

Já o controle estatal (CE) apresentou um sinal negativo, o que é um indício de que as estatais tendem a ter uma evidenciação ambiental inferior em relação às empresas privadas. Isso corrobora os achados de Meng et. Al. (2014) e de Ieng Chu, Chatterjee e Brown (2012).

Embora seja esperado um comprometimento maior das empresas Estatais sobre as questões ambientais, há evidências de que os gestores dessas empresas não têm incentivos para divulgar informações ambientais mais completas. Eles não estariam sujeitos a pressões de governança corporativa ou remuneração baseada em desempenho, como sugere Healy e Palepu (2001).

Cabe citar Braga e Salotti (2008), que afirmam que a não evidenciação de informações socioambientais pode ser interpretada pelos *stakeholders* como falta de compromisso da empresa com as questões ambientais e sociais.

4.4.2 Resultados do modelo NES (modelo 3)

O segundo modelo testado visa estimar quais as variáveis que aumentam a probabilidade de uma empresa ser classificada em um nível de evidenciação social mais elevado, em concordância com a hipótese da pesquisa e com a teoria da legitimidade.

A Tabela 6 contém os resultados para os testes tendo o Nível de Evidenciação Ambiental como variável dependente. O modelo é significativo, pois apresenta um valor de Wald χ^2 de 49,55 e um $\text{prob}>\chi^2$ de 0,000. Essas estatísticas correspondem ao F e ao $\text{prob}>F$ do modelo de regressão múltipla estimado por MQO.

A estatística “Corte 1” foi significativa a 5%, já as estatísticas “Corte 2” e “Corte 3” o foram a 1%. Essas estatísticas são apresentadas nas últimas três linhas da Tabela

6. Isso significa que cada categoria da amostra tem variabilidade independente o suficiente para ser identificada de forma distinta das outras.

TABELA 6 – RESULTADOS ESTATÍSTICOS PARA O MODELO 3

| NES | Coeficientes | Razão de chances | p-valor | Sig. | Erros Padrão Robustos |
|------------------------------|--------------|------------------|---------|------------|-----------------------|
| INVAMBINT | 8.15e-06 | 1.000008 | 0.456 | | 0.0000109 |
| INVAMBEXT | 0.0000164 | 1.000016 | 0.008 | * | 6.22e-06 |
| INVSOCINT | -1.11e-06 | 0.9999989 | 0.539 | | 1.82e-06 |
| INVSOCEXT | -6.51e-07 | 0.9999993 | 0.002 | ** | 2.06e-07 |
| TAM | 1.675751 | 5.342807 | 0.009 | * | 3.411459 |
| LUC | -0.2255029 | 0.7981147 | 0.375 | | 0.2027432 |
| END | 0.0449865 | 1.046014 | 0.037 | ** | 0.0226034 |
| LIQ | -0.1989618 | 0.8195812 | 0.210 | | 0.1300121 |
| RENT | 0.190877 | 1.210311 | 0.118 | | 0.1478839 |
| QDVACOL | 0.0019548 | 1.001957 | 0.941 | | 0.0262845 |
| BOV | -0.5232354 | 0.5926002 | 0.489 | | 0.4485156 |
| GE | 1.192084 | 3.293938 | 0.218 | | 3.184864 |
| CE | -2.722321 | 0.0657221 | 0.000 | * | 0.0421134 |
| Número de observações | | 119 | | Wald Chi2 | 49.55 |
| Número de grupos | | 45 | | Prob> chi2 | 0.0000 |
| Corte 1 | | 7.017724 | 0.027 | ** | 3.169786 |
| Corte 2 | | 9.067265 | 0.004 | * | 3.15734 |
| Corte 3 | | 11.60089 | 0.000 | * | 3.219795 |

Em que NES é o nível de evidenciação social; INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCINT são os investimentos sociais internos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, extraído da DVA; BOV é uma *dummy* que recebe 1 se a empresa estiver listada na BM&FBovespa; GE é uma *dummy* para empresas que estão em grupo econômico, recebendo o valor 1 caso a empresa esteja; e CE é uma *dummy* para controle estatal, recebendo valor 1 caso a empresa seja controlada pelo Estado brasileiro. * significa que a variável é significativa a 1%, ** a 5% e *** a 10%. Corte significa a categoria da regressão logística.

As variáveis que apresentaram coeficiente significativo para o modelo 3 foram: Investimentos ambientais externos (INVAMBEXT, a 1%), Investimentos sociais externos (INVSOCEXT, a 5%), tamanho (TAM, a 1%); endividamento (END, a 5%) e

controle estatal (CE, a 1%). As variáveis apresentaram os mesmos sinais do modelo 2.

Tanto o investimento ambiental quanto o investimento social externo apresentaram razão de chances muito próxima de 1. Isso que significa que essas variáveis tem muito pouca influência na variação da probabilidade de classificação das empresas da amostra nos níveis de evidenciação social. Portanto, a hipótese de pesquisa, de que há associação positiva entre *disclosure* e desempenho socioambiental foi novamente rejeitada.

Uma possível explicação para isso pode ser um dos motivos apontados por De Villiers e Van Staden (2006): as suspeitas da sociedade sobre as ações da empresa diminuem ou desaparecem. As empresas já estão reportando problemas financeiros há três anos (período analisado), portanto não veem benefícios em divulgar mais informações sociais com base no desempenho socioambiental.

Por outro lado, as empresas da amostra podem estar recorrendo à estratégias mais pragmáticas de legitimidade, pois o *stakeholder* consegue perceber o esforço de ganho de reputação mais facilmente quando a empresa realiza ações comunitárias como programas culturais e educacionais (BEUREN; BUBIANI; SOARES, 2013).

Assim, as empresas do SEB da amostra poderiam estar num momento de manutenção da reputação e não teriam incentivos para evidenciar mais informações. Esse resultado corrobora os achados de Maçambanni et. al. (2013) e de Garcia, Peleias e Peters (2014). Provavelmente as empresas já acumularam todas as vantagens competitivas que esperavam com a divulgação em períodos anteriores.

Tal como visto nos resultados do modelo 2, há evidências de que as empresas do SEB, da amostra, utilizaram os relatórios de sustentabilidade como instrumentos para legitimar suas ações a despeito do desempenho socioambiental do período. Ou seja, como não houve mudança no cenário econômico do setor, as empresas não precisaram estabelecer novas estratégias para resgatar sua legitimidade (CZINKOTA; KAUFMANN; BASILE, 2014).

Conforme os resultados de Milani Filho (2008), as empresas da amostra que divulgaram seus investimentos sociais não necessariamente fazem a divulgação de

sua utilização em seus relatórios. Isso é um indício de que este setor não têm os incentivos dos quais as empresas das pesquisas levantadas na plataforma teórica têm para fazer o *disclosure* socioambiental em consonância com o desempenho.

Outro aspecto importante é que, a despeito da regulamentação da ANEEL, não parece haver pressão suficiente por parte do órgão para justificar um aumento do *disclosure*. Nem tampouco dos investimentos, alguns obrigatórios, que o SEB precisa fazer para ser considerado sustentável.

As informações socioambientais geralmente são divulgadas quando esse tipo de interação afeta, de algum modo, a tomada de decisão dos investidores. Os demais *stakeholders* são ignorados nesse processo (HARRIS et al. 2001, pp. 293-294).

Nesse sentido, a contabilidade não consegue cumprir o seu objetivo de informar aos diversos *stakeholders* sobre as ações da empresa na dimensão social (VERRECHIA, 2011; RIBEIRO, 2006; FERNANDES 2006). Portanto, os resultados sugerem que é possível que as empresas da amostra não estejam preocupadas efetivamente com as questões sustentáveis, contrariando as afirmações de Fernandes (2013). A crise hídrica e a intervenção federal em algumas empresas pode ser um dos motivos para isso.

Considerando as afirmações Brinkerhoff (2005), há indícios de que somente a lei e os padrões e normas de licenciamento constituem fontes de legitimidade para as empresas da amostra. A expectativa de desempenho, que ocorre quando a empresa age conforme as expectativas dos *Stakeholders*, parece não ter afetado a legitimidade do setor.

A variável tamanho (TAM) apresentou o sinal esperado, significando que empresas maiores têm mais chances de serem classificadas em níveis de evidenciação social mais elevados. Empresas maiores do SEB tendem a ter mais empregados e realizarem mais ações sociais sobre as comunidades em que atuam, em virtude do impacto que causam nas comunidades.

Os resultados para tamanho corroboram o que afirmam Ieng Chu, Charterjee e Brown (2012), que as empresas maiores de setores ambientalmente sensíveis tendem a evidenciar mais informações socioambientais.

Endividamento apresentou sinal positivo. Uma possível explicação é que as empresas mais endividadas podem desejar resgatar a legitimidade por meio do *disclosure* como forma de atrair clientes e outros financiadores para melhorar seu desempenho operacional no exercício seguinte. Nesse aspecto, a empresa pode tanto recorrer a estratégia informativa, quanto à manipulativa. Em ambas, a empresa trabalhará a imagem da empresa para alcançar seu objetivo (BRINKERHOFF, 2005).

É possível que os investimentos sociais externos das empresas da amostra tenham sofrido um impacto em virtude do desempenho financeiro ruim, reportado pelas empresas desde 2012. Campos (2012) evidenciou que há uma relação negativa entre os investimentos sociais externos e o desempenho financeiro. Consequentemente isso pode ter impulsionado as empresas mais endividadas a divulgar mais informações.

Controle estatal teve um coeficiente significativo e com o valor esperado. Um dos motivos para a redução do *disclosure* na parte social pode ser a falta de incentivos para divulgação de informações, que é motivada pela remuneração dos empregados, que são servidores públicos. Sua remuneração é mais alta que a média (SILVA NETO, 2014).

Além disso, as empresas estatais estão menos sujeitas a demissões, *lay-offs* e giro de empregados. Ela não está sujeita aos tipos de investimentos na melhoria no relacionamento com os empregados para manter uma cultura organizacional sólida, como pontua Hillman e Keim (2001). Mesmo assim, a diminuição da qualidade do *disclosure* reforça a sensação de falta de compromisso percebida pelos *Stakeholders*.

5. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi analisar a associação entre o nível de evidenciação socioambiental e o desempenho socioambiental da empresa à luz da teoria da legitimidade do Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Foi utilizada uma amostra de 45 empresas durante um período compreendendo os anos de 2012 a 2014. Com os resultados da pesquisa foi possível rejeitar a hipótese de que há associação positiva entre *disclosure* e desempenho socioambiental.

Como pontuado por Ahmad e Sulaiman (2004), que pesquisaram países em desenvolvimento, é possível que os relatórios socioambientais do SEB sejam somente instrumentos de relações públicas que as empresas utilizam para gerenciar sua reputação, independente do qual seja o seu desempenho socioambiental.

Esse pensamento está de acordo com Deegan (2002), que afirma que as políticas de evidenciação socioambientais são ferramentas para controlar e gerenciar a percepção dos *stakeholders*.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa levam a conclusão de que há evidências de que outros fatores, que não o desempenho socioambiental, direcionem o *disclosure* socioambiental. Entre eles, o tamanho da empresa e o endividamento, que o direcionam positivamente, aumentando as chances de uma empresa ter um nível de evidenciação mais alto; assim como a lucratividade e ser uma empresa estatal, que direcionam o *disclosure* negativamente.

O SEB tem três desafios em relação ao compromisso com a sustentabilidade: produzir com baixas emissões de gases poluentes, cobrar preços justos e garantir retorno econômico e financeiro para os acionistas (Carneiro et. al., 2012).

E um dos problemas que o setor enfrenta é a crise hídrica do ano de 2013 e que se estendeu em 2014, considerada a causa de dificuldades financeiras no setor, conforme relatórios socioambientais das empresas Energia Força e Luz João Cesa, de Santa Catarina, e da Elektro, de São Paulo. As empresas também relataram dificuldades com a geração de energia.

Somado a isso, a ausência de associação entre *disclosure* e desempenho é preocupante para os *stakeholders* porque isso pode elevar as chances de seleção adversa por parte dos gestores: eles podem divulgar somente informações que julgarem serem mais benéficas para a manutenção da reputação da empresa (VERRECHIA, 2001).

Outro resultado da pesquisa mostra indícios de que as empresas da amostra podem estar recorrendo à estratégias mais pragmáticas de legitimidade, conforme a pesquisa de Beuren, Bubiani e Soares (2013). Dessa forma, as empresas recorrem a outros tipos de ações ambientais, ou mesmo parcerias, para construir uma imagem socialmente responsável.

Além disso, é possível que não estejam utilizando os investimentos socioambientais para reduzir o *legitimacy gap* descrito por O'Donovan (2002), em que as ações das empresas precisam atender ao máximo às demandas dos *Stakeholders* para que empresa tenha uma reputação legítima. As empresas em tela podem estar descumprindo o compromisso com a sustentabilidade, considerando que o Brasil é o terceiro país com maior número de empresas, lideradas pelas empresas do SEB, conforme afirma o GRI (2015).

Em outras palavras, a falta de associação entre *disclosure* socioambiental e desempenho socioambiental pode ser um indício de uso da estratégia manipulativa de legitimidade (BRIKERHOFF, 2005).

E como o *disclosure* obrigatório é mais confiável que o voluntário (HEALY: PALEPU, 2001), faz-se ainda mais importante o papel do Estado brasileiro, representado nesse setor pela ANEEL, como ente regulador para que se aumente a qualidade do qualidade do *disclosure* socioambiental das empresas do SEB. Como relatado em Silva Neto (2014), o SEB ainda precisa melhorar a qualidade do *disclosure* socioambiental.

Essa pesquisa contribuiu para as investigações científicas sobre os fatores que influenciam o *disclosure* socioambiental ao evidenciar a ausência de associação entre *disclosure* socioambiental e o respectivo desempenho e preenche uma lacuna nas pesquisas ao prover evidências de que as empresas desse setor podem estar utilizando outros meios para motivar a produção dos relatórios de sustentabilidade.

5.1 Limitações da pesquisa

Para Castro, Siqueira e Macedo (2009), os Relatórios Anuais de Responsabilidade Socioambiental apresentam problemas que comprometem a sua utilidade para a tomada de decisão: falta de padronização e de abrangência, omissão de interações socioambientais negativas, e falta de comparabilidade.

Outra limitação da pesquisa é que o perfil de investimentos socioambiental das empresas do setor elétrico brasileiro pode não ser condizente com o índice adotado para mensurar o nível de evidenciação. Pode ser que as empresas se esforcem para construir sua legitimidade de forma diversa àquela considerada pelos índices, mas não menos legítima.

Além disso, os BS utilizados nesta pesquisa também não continham apresentação uniforme, o que compromete a confiança de se a empresa não divulgou a informação por não ter acesso a ela ou porque se trata de uma interação socioambiental negativa (VERRECHIA, 2001). De qualquer modo, esse foi o mesmo problema encontrado por Wiseman (1982).

Os resultados dessa pesquisa estão limitados à amostra e o período analisado, não podendo ser generalizados para outras empresas do setor nem em outros períodos.

5.2 Sugestões para futuras pesquisas

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a ampliação da amostra, quando mais dados estiverem disponíveis, e a análise das diferenças nos níveis de evidenciação em períodos de estabilidade econômica com momentos de crise.

Também poderia se construir um índice que analise melhor como se dá a relação da empresa com a sociedade fora do escopo dos relatórios globais de sustentabilidade. Como mencionado na limitação da pesquisa, é possível que o perfil de contribuição

das empresas do setor elétrico seja diverso àqueles considerados nos relatórios globais de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, N.; SULAIMAN, M. Environment disclosure in Malaysia annual reports: A legitimacy theory perspective. **International Journal of Commerce and Management**, v. 14, n. 1, p. 44–58, 29 fev. 2004.
- ASHFORTH, B. E.; GIBBS, B. W. The Double-Edge of Organizational Legitimation. **Organization Science**, v. 1, n. 2, p. 177–194, maio 1990.
- AZEVEDO, T. C.; CRUZ, C. F. DA. Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial - doi: 10.4025/enfoque.v27i1.7163. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 27, n. 1, p. 53–66, 26 maio 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BEUREN, I. M.; GUBIANI, C. A.; SOARES, M. Suchman's legitimacy strategies disclosed in the management reports of public companies in the electricity sector. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 849–876, ago. 2013.
- BRAGA JP. SALOTTI BM. Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. In: **Congresso Usp De Iniciação Científica Em Contabilidade**, 5., 2008, São Paulo/SP. Anais... São Paulo: USP, 2008.
- BRAGA JP. OLIVEIRA JRS. SALOTTI BM. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade da Universidade Federal da Bahia**, v.3, n.3, p.81-95, 2009.
- BRANCO, M. RODRIGUES, L. Research on social and environmental accounting in Southern European countries, **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 38, n. 144, p. 663-67, 2006.
- BRASIL. Resolução ANEEL nº 605 de 11 de março de 2014. Aprova o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução Normativa nº 444, de 26 de outubro de 2001.
- BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 junho. 2015.
- BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94123/lei-11638-07>>. Acesso em 25 de maio de 2015.

BRINKERHOFF, D. W. **Organizational legitimacy, capacity and capacity development : paper**. [Lawrence, KS: University of Kansas. Public management research association (PMRA)], 2005.

BURCHELL, S. et al. The roles of accounting in organizations and society. **Accounting, Organizations and Society**, v. 5, n. 1, p. 5–27, 1980.

BURNETT, R. D.; HANSEN, D. R. Ecoefficiency: Defining a role for environmental cost management. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 6, p. 551–581, ago. 2008.

CAMPOS, E.E.S. **Gestão Financeira e sua influência no desempenho das Micro e Pequenas Empresas do Alto Paraopeba, região Central de Minas Gerais**. In: 21º Seminário de Iniciação Científica. Anais... Belo Horizonte. PUC Minas, 2013.

CAMPOS, G. M. **Principais fatores do estado contínuo e da sustentabilidade de empresas atuantes no Brasil**. 182p. Tese. Doutorado em Ciências Contábeis. Universidade de São Paulo, 2012.

CARNEIRO, C. M. B.; SILVA, P. P.; SANTOS, A.; SANTOS, G. P.; A divulgação ambiental no setor de energia elétrica brasileiro. **VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 8 e 9 junho de 2012**.

CARROLL AB. **A three-dimensional conceptual model of corporate social performance**. Academy of Management Review, 4(4), 497-505. 1979

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Indicadores essenciais ambientais: uma análise da utilização dos indicadores da GRI nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico sul-americano. **South American Congression on Social and enviromental accounting**, 2009.

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2006

CETEEP – Companhia de Transmissão Elétrica Paulista. **Relatório de sustentabilidade 2013**. São Paulo, 2014.

CHAN, B. et al. **Análise de Dados**. Edição: 3ª ed. [s.l.] Elsevier Acadêmico, 2009.

CHAN, B. L.; SILVA, F. L. DA; MARTINS, G. DE A. Destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados: comparação entre empresas estatais e privadas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 4, p. 199–218, dez. 2007.

CHO, C. H. **Organizaional legitimacy and the Strategic use of accounting information: three studies related to social and environmental disclosure**. Doutorado—Florida, United States of America: University of Central Florida, 2007.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7–8, p. 639–647, out. 2007.

CLARKSON, P. M. et al. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 4–5, p. 303–327, maio 2008.

CNEE – Companhia Nacional de Energia Elétrica. **Relatório de sustentabilidade 2013**. São Paulo, 2014.

COOPER, S. M.; OWEN, D. L. Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7–8, p. 649–667, out. 2007.

CORRÊA, M. D. **Relação entre o nível de divulgação ambiental e o desempenho ambiental das empresas componentes do índice Bovespa**. Mestrado—[s.l.] Universidade Federal do Paraná, 27 set. 2009.

COSTA, Alessandra M. da; CARVALHO, José L. F. Legitimando papéis ou conciliando interesses? A reprodução discursiva da responsabilidade social empresarial. In: **Anais eletrônicos do XXIX EnANPAD, 2005**.

COSTA, R. S. DA; MARION, J. C. The uniformity when disclosing environmental information. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 43, p. 20–33, abr. 2007.

CZINKOTA, M.; KAUFMANN, H. R.; BASILE, G. The relationship between legitimacy, reputation, sustainability and branding for companies and their supply chains. **Industrial Marketing Management**, v. 43, n. 1, p. 91–101, jan. 2014.

D'ARAÚJO, R. P. **O setor elétrico brasileiro - uma aventura mercantil**. 1. ed. CONFEA e CREA: Brasília, Brasil, 2009.

DALY, H. E.; COBB JR., J. B. **For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future**. 2nd, Updated edition ed. Boston: Beacon Press, 1994.

DEEGAN, C. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282–311, ago. 2002.

DEEGAN, C.; BLOMQUIST, C. Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, n. 4-5, p. 343–372, jul. 2006.

DEEGAN, C.; RANKIN, M. Do Australian companies report environmental news objectively?: An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted

successfully by the Environmental Protection Authority. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 2, p. 50–67, maio 1996.

DE VILLIERS, C.; VAN STADEN, C. J. Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, n. 8, p. 763–781, nov. 2006.

DOBLER, M. How informative is risk reporting? A review of disclosure models. Munich Business Research Working Paper. **Social Science Research Network**. Disponível em: <www.ssn.com>. Janeiro, 2005. Acesso em 12 de agosto de 2015.

DOWLING, J.; PFEFFER, J. Organizational Legitimacy: Social Values and Organizational Behavior. **The Pacific Sociological Review**, v. 18, n. 1, p. 122–136, 1 jan. 1975.

EFLJC – Empresa Força e Luz João Cesa LTDA. **Relatório de sustentabilidade 2013**. Santa Catarina, 2014.

ELEKTRO. **Relatório de sustentabilidade 2013**. São Paulo, 2014

_____. **Relatório de sustentabilidade 2013**. São Paulo, 2015

ELETROPAULO. **Relatório de sustentabilidade 2013**. São Paulo, 2014

ENERSUL. **Relatório de sustentabilidade 2013**. Mato Grosso do Sul, 2014

EUGÊNIO, T. Avanços na Divulgação de Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, 2010.

EUSKE, K. J.; RICCABONI, A. Stability to profitability: managing interdependencies to meet a new environment. **Accounting, Organizations and Society**, v. 24, n. 5–6, p. 463–481, jul. 1999.

FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o *disclosure* ambiental. um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente**, v. 5, n. 2, p. 250 – 267, 100 2013.

FERREIRA, M. C.; SILVA, A. H. C. E. O Acidente Nuclear de Fukushima e a Evidenciação Socioambiental Voluntária: Um Estudo de Caso da Eletronuclear. II **Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis**, 2011.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Cambridge University Press, 1984

FRIEDMAN, M. The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits. In: ZIMMERLI, P. D. D. H C W. C.; HOLZINGER, D. M.; RICHTER, K. (Eds.). . **Corporate Ethics and Corporate Governance**. [s.l.] Springer Berlin Heidelberg, 2007. p. 173–178.

FUKS, M.; SALAZAR, E. Applying models for ordinal logistic regression to the analysis of household electricity consumption classes in Rio de Janeiro, Brazil. **Energy Economics**, v. 30, n. 4, p. 1672–1692, jul. 2008.

GALLOPIN GC Indicators and Their Use: Information for Decision Making. Introduction. pp 13-27 in: Moldan, B & Billharz, S. Sustainability Indicators. Report on the project on Indicators of Sustainable Development. Wiley, Chichester 1997. 2007

GAMBLING, T. Magic, accounting and morale. **Accounting, Organizations and Society**, v. 2, n. 2, p. 141–151, 1977.

GANIM, A. Setor elétrico brasileiro: aspectos regulamentares e tributários.. Rio de Janeiro. Editora Canal Energia, 2003. 1º edição.

GARCIA, R. L. M.; PELEIAS, I. R.; PETERS, M. R. S. A Teoria da Legitimidade e as Práticas de Evidenciação da Norma ISO 14001 por Empresas Brasileiras. **Anais do Congresso USP**, v. 2014, p. 16, 2014.

GARTNER, I. R.; GARCIA, F. G. Value creation and operational strategy: a study of Brazil's chemical and petrochemical sector. **Gestão & Produção**, v. 12, n. 3, p. 459–468, dez. 2005.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE – GRI. Focal Point Brazil; <<https://www.globalreporting.org/network/regional-networks/gri-focal-points/focal-point-brazil/Pages/Focal-Point-Brazil-English.aspx>>. Acesso em 3 de dezembro de 2015.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. São Paulo, 2006.

GROSSMAN, S. J.; HART, O. D. Disclosure Laws and Takeover Bids. **The Journal of Finance**, v. 35, n. 2, p. 323-334, 1980.

GUIDRY, R. P.; PATTEN, D. M. Voluntary disclosure theory and financial control variables: An assessment of recent environmental disclosure research. **Accounting Forum**, v. 36, n. 2, p. 81–90, jun. 2012.

GUJARATI, D.; PORTER, D. **Basic Econometrics**. 5 edition ed. Boston: McGraw-Hill Education, 2008.

HÁK, T.; MOLDAN, B.; DAHL, A. L.; INTERNATIONAL COUNCIL FOR SCIENCE (ed.). **Sustainability indicators: a scientific assessment**. Washington, DC: Island Press, 2007.

HARRIS, J. M.; WISE, T. A.; GALLAGHER, K. P.; GOODWIN, N. R. **A survey of sustainable development: social and economic dimensions**. Washington: Island Press, 2001

HEALY PM. PALEPU KG. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital market: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**. Amsterdam. V. 31, n.1-3, p. 405-420, sept. 2001

HILLMAN, A. J.; KEIM, G. D. Shareholder value, stakeholder management, and social issues: what's the bottom line? **Strategic Management Journal**, v. 22, n. 2, p. 125–139, fev. 2001.

HOPWOOD, A. G. On trying to study accounting in the contexts in which it operates. **Accounting, Organizations and Society**, v. 8, n. 2–3, p. 287–305, 1983.

HOPWOOD, A. G. The archeology of accounting systems. **Accounting, Organizations and Society**, v. 12, n. 3, p. 207–234, 1987.

HOPWOOD, A. G. Accounting and the environment. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 3–4, p. 433–439, abr. 2009.

HUSILOS, P. A. J.; LARRINAGA, C.; SPENCE, C. Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 22, n. 8, p. 1284–1307, 23 out. 2009.

IENG CHU, C.; CHATTERJEE, B.; BROWN, A. The current status of greenhouse gas reporting by Chinese companies: A test of legitimacy theory. **Managerial Auditing Journal**, v. 28, n. 2, p. 114–139, 28 dez. 2012.

LIMA CRISÓSTOMO, V.; DE SOUZA FREIRE, F.; CORTES DE VASCONCELLOS, F. Corporate social responsibility, firm value and financial performance in Brazil. **Social Responsibility Journal**, v. 7, n. 2, p. 295–309, 7 jun. 2011.

LOPES, A. B.; IUDÍCIBUS, S. DE. **Teoria Avançada da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAÇAMBANNI, T. A.; VAN BELLE, H. M.; SILVA, T. L.; VENTURA, C. Social and environmental disclosure: an analysis of social balance of electricity sector companies in the south and northeast regions of Brazil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 123–142, 1 jun. 2013.

MACHADO, E. A.; MORCH, R. B.; VIANNA, D. S. de C.; SANTOS, R. dos; SIQUEIRA, J. R. M. de. Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007). **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 50, p. 110–122, 1 ago. 2009. . Acesso em: 23 mar. 2015.

MAGNESS, V. Strategic posture, financial performance and environmental disclosure: An empirical test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 19, n. 4, p. 540–563, jul. 2006.

MÄKELÄ, H.; NÄSI, S. Social responsibilities of MNCs in downsizing operations: A Finnish forest sector case analysed from the stakeholder, social contract and legitimacy theory point of view. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 23, n. 2, p. 149–174, 16 fev. 2010.

MAKNI, R.; FRANCOEUR, C.; BELLAVANCE, F. Causality Between Corporate Social Performance and Financial Performance: Evidence from Canadian Firms. **Journal of Business Ethics**, v. 89, n. 3, p. 409–422, 20 dez. 2008.

MARTINS, G. DE A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The limits to growth; a report for the club of Rome's project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MENG, X. H. ZENG, S. X.; SHI, J. J.; QI, G. Y.; ZHANG, Z. B.. The relationship between corporate environmental performance and environmental disclosure: An empirical study in China. **Journal of Environmental Management**, v. 145, p. 357–367, dez. 2014.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340–363, 1 set. 1977.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidência. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 47, p. 89–101, 1 ago. 2008.

MOBUS, L. J. Mandatory environmental disclosures in a legitimacy theory context. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 18, n. 4, p. 492–517, ago. 2005.

MORISUE, H. M. M.; RIBEIRO, M. DE S.; PENTEADO, I. A. DE M. A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 1, p. 165–196, 26 abr. 2013.

MORSING, M.; SCHULTZ, M. Corporate social responsibility communication: stakeholder information, response and involvement strategies. **Business Ethics: A European Review**, v. 15, n. 4, p. 323–338. 2006.

NOSSA, V.; CEZAR, J. F.; SILVA JÚNIOR, A.; BAPTISTA, E. C. S.; NOSSA, S. N. The Relationship between Abnormal Returns and Social and Environmental Responsibility: An Empirical Study of Companies Traded on the Bovespa from 1999 to 2006. **Brazilian Business Review**, v. 6, n. 2, p. 117–131, 30 ago. 2009.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344–371, ago. 2002.

ORELLANO, Verônica Ines Fernandez; QUIOTA, Sílvia. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**. v. 51, n. 5, p. 471–484, set/out 2011.

ORLITZKY, M.; SCHMIDT, F. L.; RYNES, S. L. Corporate Social and Financial Performance: A Meta-Analysis. **Organization Studies**, v. 24, n. 3, p. 403–441, 1 mar. 2003.

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 5, p. 471–475, jul. 1992.

PATTEN, D. M. The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, n. 8, p. 763–773, nov. 2002.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. DE S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 21–34, dez. 2004.

QIU, Y.; SHAUKAT, A.; THARYAN, R. Environmental and social disclosures: Link with corporate financial performance. **The British Accounting Review**, nov. 2014.

RIBEIRO, M.S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

RODRIGUES, F. F.; SILVA, C. A. T. S. Análise das Variáveis Que Influenciam As Informações Divulgadas Nos Relatórios da Administração das Companhias Abertas Brasileiras: Um Estudo Empírico Nos Anos de 2001 A 2003. **6º Congresso USP**, v. 1, n. 2006, 2006.

SALZMANN, O.; IONESCU-SOMERS, A.; STEGER, U. The Business Case for Corporate Sustainability: Literature Review and Research Options. **European Management Journal**, v. 23, n. 1, p. 27–36, fev. 2005.

SANCOVSCHI, M.; SILVA, A. H. C. E. Evidenciação Social Corporativa: Estudo de Caso Da Empresa Petróleo Brasileiro S.A. **SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO**, v. 1, n. 1, 28 jan. 2010.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **RAE eletrônica**, v. 3, n. 1, p. 0–0, jun. 2004.

SCHULTZ, F.; CASTELLÓ, I.; MORSING, M. The Construction of Corporate Social Responsibility in Network Societies: A Communication View. **Journal of Business Ethics**, v. 115, n. 4, p. 681–692, jul. 2013.

SILVA, H. A. S. DA. **Análise da contribuição do desempenho financeiro e dos ativos intangíveis como fatores explicativos para a evidenciação da responsabilidade social empresarial**. Mestrado—Florianópolis, Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

SILVA NETO, E. R. DA. **A relação entre o nível de evidenciação socioambiental e fatores da sustentabilidade de empresas do setor elétrico brasileiro**. Mestrado—Espírito Santo, Brasil: Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571–610, 1 jul. 1995.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TREGIDGA, H.; MILNE, M.; KEARINS, K. Organisational Legitimacy and Social and Environmental Reporting Research: The Potential of Discourse Analysis. 2010.

UNITED NATIONS. ***Our common future: report of the world commission on environment and development.*** New York, 1987.

VERRECCHIA. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v.32, n.1-3, p.97-180, 2001

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. **The Accounting Review**, v. 53, n. 1, p. 112–134, 1 jan. 1978.

WILMSHURST, T. D.; FROST, G. R. Corporate environmental reporting a test of legitimacy theory. **Accounting Auditing and Accountability Journal**, v.13, n.1, p.10-26, 2000.

WISEMAN, J. An evaluation of environmental disclosures made in corporate annual reports. **Accounting, Organizations and Society**, v. 7, n. 1, p. 53–63, jan. 1982.

APÊNDICES

| | |
|--|-----|
| APÊNDICE 1 – RESUMO DAS EVIDÊNCIAS..... | 121 |
| APÊNDICE 2 – CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA..... | 122 |
| APÊNDICE 3 – NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL 2013..... | 125 |
| APÊNDICE 4 – NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO SOCIAL 2013..... | 128 |
| APÊNDICE 5 – NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL 2014..... | 131 |
| APÊNDICE 6 – NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO SOCIAL 2014..... | 134 |
| APÊNDICE 7 – DADOS EM PAINEL..... | 137 |
| APÊNDICE 8 – DADOS DE 2013..... | 143 |
| APÊNDICE 9 – DADOS DE 2014..... | 145 |
| APÊNDICE 10 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO MODELO NEA..... | 147 |
| APÊNDICE 11 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO MODELO NES..... | 148 |

APÊNDICE 1 – RESUMO DAS EVIDÊNCIAS

(Continua)

| Autores | Local | Tema | Amostra |
|-------------------------------------|--------------|-------------------|--|
| Azevedo e Cruz (2009) | Brasil | <i>Disclosure</i> | Balanços sociais de 11 empresas do setor elétrico da região nordeste no ano de 2005 |
| Beuren et al (2013) | Brasil | Legitimidade | RSA de 4 empresas do setor elétrico do estado de São Paulo no ano de 2007 |
| Branco e Rodrigues (2006) | Portugal | Legitimidade | 15 bancos portugueses nos anos de 2003 e 2004 |
| Campos (2012) | Brasil | Sustentabilidade | Empresas que divulgaram relatórios de sustentabilidade nos anos de 2010 e 2011, incluindo o SEB. |
| Chu et al (2012) | China | Legitimidade | RSA das 100 melhores empresas da bolsa de valores de Xangai em 2010 |
| Correa (2009) | Brasil | <i>Disclosure</i> | Relatórios GRI de 55 grupos empresariais listados na BM&FBOVESPA em 2008 |
| Costa e Marion (2007) | Brasil | <i>Disclosure</i> | Relatórios socioambientais de 8 empresas do setor de celulose no ano de 2004 |
| De Villiers e Van Staden (2006) | África | Legitimidade | Relatórios socioambientais das 100 maiores empresas africanas, inclusive empresas de mineração, entre os anos de 1994 a 2005 |
| Deegan e Blomquist (2001) | Austrália | <i>Disclosure</i> | Entrevistas com representantes da Associação de Companhias Mineradoras da Austrália (MSA) em 1999 |
| Ferreira e Silva (2011) | Brasil | <i>Disclosure</i> | Relatórios Socioambientais da Eletrobrás Termonuclear S/A entre os anos de 2006 e 2010 |
| Garcia, Peleias e Peters (2014) | Brasil | Legitimidade | 30 empresas listadas na BM&FBOVESPA que seguem a ISO 14001 em 2011 |
| Husillos; Larrinaga e Spence (2009) | Espanha | Legitimidade | RSA da subsidiária da Volkswagen em Navarra entre 1986 e 2005 |
| Maçambanni et al (2013) | Brasil | <i>Disclosure</i> | BS de 13 empresas do SEB das regiões sudeste e nordeste nos anos de 2009 e 2010 |
| Machado et al (2009) | Brasil | <i>Disclosure</i> | BS e DVA de 198 empresas/ano públicas e privadas do setor elétrico brasileiro de 2004 a 2007 |
| Magness (2006) | Canadá | Legitimidade | 44 empresas mineradoras em 1995 |
| Meng et al (2014) | China | <i>Disclosure</i> | RSA de 500 empresas chinesas listadas em bolsa de valores em 2010 |
| Milani Filho (2008) | Brasil | <i>Disclosure</i> | RSA de 52 empresas, 34 do ISE e 18 de fumo nos anos de 2004 e 2005 |
| Mobus (2005) | EUA | Legitimidade | 17 empresas refinadoras de petróleo nos anos de 1992 a 1994 |
| Morisue, Ribeiro e Penteado (2012) | Brasil | <i>Disclosure</i> | Relatórios GRI de 5 empresas do setor elétrico de 2006 a 2009 |
| Nossa et al (2009) | Brasil | Finanças | As 100 maiores empresas em valor de mercado nos anos de 1999 a 2006 |
| O' Donovan (2002) | Austrália | Legitimidade | Entrevistas com gestores de 3 empresas (mineração, química e celulose) entre os anos de 1983-1997 |
| Orellano e Quiota (2011) | Brasil | Finanças | 44 empresas brasileiras entre os anos de 2001 e 2007. |
| Patten (1992) | EUA | Legitimidade | 21 empresas de petróleo listadas no índice Fortune 500 que atuam no Alaska nos anos |

| Autores | Local | Tema | Amostra |
|------------------------------------|--------------|-------------------|--|
| | | | de 1988 e 1989 |
| Patten (2002) | EUA | Legitimidade | 131 empresas americanas no ano de 1988 |
| Pereira, Bruni e Dias Filho (2010) | Brasil | Legitimidade | 102 empresas listadas na BM&FBOVESPA de 2009 |
| Qiu et al (2014) | China | <i>Disclosure</i> | 629 empresas/ano do índice FTSE350 no período de 2005 a 2009 |
| Sabcovski e Silva (2006) | Brasil | Legitimidade | Relatórios Socioambientais da Petróleo Brasileiro S/A entre os anos de 1993 a 2002 |
| Silva Neto (2014) | Brasil | Legitimidade | 108 empresas do SEB em 2012 |
| Wilmshurst e Frost (2000) | Austrália | Legitimidade | 105 empresas de setores ambientalmente sensíveis de 1994 e 1995 |
| Wiseman (1982) | EUA | <i>Disclosure</i> | RSA de 26 empresas de setores ambientalmente sensíveis entre 1972 e 1976 |

A coluna Autores discrimina os pesquisadores que estudaram o assunto. Local representa o país dos dados da amostra pesquisada. Tema se refere ao tipo de teoria a ser testado ou a área temática do estudo. Amostra corresponde ao tipo de documento, setores ou qualquer outra informação referente a amostra utilizada pelos Autores para responder seus problemas de pesquisa.

APÊNDICE 2 – CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

(Continua)

| Caracterização das Empresas | | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|-----------|---------------------|---|----------------|---------|-------|------------|
| Código | CNPJ | Atividade | Sigla | Razão Social | Tipo | Bovespa | Grupo | Cont. Est. |
| 1 | 02.341.467/0001-20 | GD | AmE | Amazonas Distribuidora de Energia S/A | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 2 | 33.050.071/0001-58 | D | AMPLA | Ampla Energia e Serviços S/A | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 3 | 07.002.685/0001-54 | T | ATE III | ATE III Transmissora de Energia S/A | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 4 | 02.302.100/0001-06 | D | BANDEIRANTE | Bandeirante Energia S/A. | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 5 | 02.341.470/0001-44 | GD | Boa Vista | Boa Vista Energia S/A | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 6 | 07.282.377/0001-20 | D | CAIUÁ-D | Caiuá Distribuição de Energia S/A | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 7 | 08.336.783/0001-90 | D | CELESC-DIS | Celesc Distribuição S.A. | Concessionária | 1 | 1 | 1 |
| 8 | 01.543.032/0001-04 | D | CELG-D | Celg Distribuição S.A. | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 9 | 88.446.034/0001-55 | GD | ELETROCAR | Centrais Elétricas de Carazinho S/A. | Concessionária | 0 | 0 | 1 |
| 10 | 05.914.650/0001-66 | GD | CERON | Centrais Elétricas de Rondônia S/A. | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 11 | 75.805.895/0001-30 | D | COCEL | Companhia Campolarguense de Energia | Concessionária | 0 | 0 | 1 |
| 12 | 15.139.629/0001-94 | D | COELBA | Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 13 | 25.086.034/0001-71 | D | CELTINS | Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 14 | 10.835.932/0001-08 | GD | CELPE | Companhia Energética de Pernambuco | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 15 | 07.047.251/0001-70 | D | COELCE | Companhia Energética do Ceará | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 16 | 06.272.793/0001-84 | D | CEMAR | Companhia Energética do Maranhão | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 17 | 06.840.748/0001-89 | D | CEPISA | Companhia Energética do Piauí | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 18 | 08.324.196/0001-81 | D | COSERN | Companhia Energética do Rio Grande do Norte | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 19 | 77.882.504/0001-07 | D | CFLO | Companhia Força e Luz do Oeste | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 20 | 01.377.555/0001-10 | GD | CHESP | Companhia Hidroelétrica São Patrício | Concessionária | 0 | 0 | 0 |
| 21 | 53.859.112/0001-69 | GD | CPFL Jaguari | Companhia Jaguari de Energia | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 22 | 61.015.582/0001-74 | GD | CPFL Leste Paulista | Companhia Leste Paulista de Energia | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 23 | 52.503.802/0001-18 | GD | CPFL Mococa | Companhia Luz e Força de Mococa | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 24 | 61.116.265/0001-44 | D | CPFL Santa Cruz | Companhia Luz e Força Santa Cruz | Concessionária | 1 | 1 | 0 |

| Caracterização das Empresas | | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|-----------|-------------------|--|----------------|---------|-------|------------|
| Código | CNPJ | Atividade | Sigla | Razão Social | Tipo | Bovespa | Grupo | Cont. Est. |
| 25 | 61.416.244/0001-44 | GD | CNEE | Companhia Nacional de Energia Elétrica | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 26 | 33.050.196/0001-88 | GD | CPFL-Paulista | Companhia Paulista de Força e Luz | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 27 | 04.172.213/0001-51 | D | CPFL- Piratininga | Companhia Piratininga de Força e Luz | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 28 | 60.855.608/0001-20 | GD | CPFL Sul Paulista | Companhia Sul Paulista de Energia | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 29 | 83.647.990/0001-81 | D | COOPERALIANÇA | Cooperativa Aliança | Concessionária | 0 | 0 | 0 |
| 30 | 04.368.898/0001-06 | D | COPEL-DIS | Copel Distribuição S/A | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 31 | 04.370.282/0001-70 | GT | COPEL-GT | Copel Geração e Transmissão S.A. | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 32 | 23.664.303/0001-04 | GD | DMED | DME Distribuição S.A | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 33 | 02.328.280/0001-97 | D | ELEKTRO | Elektro Eletricidade e Serviços S/A. | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 34 | 07.297.359/0001-11 | D | EDEVP | Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 35 | 60.942.281/0001-23 | GD | EEB | Empresa Elétrica Bragantina S/A. | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 36 | 15.413.826/0001-50 | D | ENERSUL | Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A. | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 37 | 27.485.069/0001-09 | GD | ELFSM | Empresa Luz e Força Santa Maria S/A. | Concessionária | 0 | 0 | 0 |
| 38 | 28.152.650/0001-71 | D | ESCELSA | Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. | Concessionária | 1 | 1 | 0 |
| 39 | 91.982.348/0001-87 | GD | HIDROPAN | Hidroelétrica Panambi S/A. | Concessionária | 0 | 0 | 0 |
| 40 | 83.855.973/0001-30 | D | IENERGIA | Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda | Concessionária | 0 | 0 | 0 |
| 41 | 07.799.081/0001-80 | T | INTESA | Integração Transmissora de Energia S/A | Concessionária | 0 | 1 | 1 |
| 42 | 07.272.615/0001-16 | T | LTT | LT Triângulo S/A | Concessionária | 0 | 1 | 0 |
| 43 | 97.578.090/0001-34 | GD | MUXENERGIA | Muxfeldt Marin & Cia. Ltda | Concessionária | 0 | 0 | 0 |
| 44 | 02.016.439/0001-38 | D | RGE | Rio Grande Energia S/A. | Concessionária | 1 | 1 | 1 |
| 45 | 89.889.604/0001-44 | D | UHENPAL | Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda. | Concessionária | 0 | 0 | 0 |

Código é a identificação da empresa para os APÊNDICES 4, 5 e 7. As atividades foram codificadas da seguinte forma: D – distribuidora; G – geradora e T – transmissora. As empresas que praticam mais de um tipo de atividade, como Geração e Distribuição, são designadas pelos dois códigos (i.e. GD). As colunas Bovespa, Grupo e Cont. Est. correspondem à listagem em bolsa de valores, grupo econômico e controle estatal. As empresas que atendem a esses critérios estão marcadas como 1 e aquelas que não, 0 (zero).

APÊNDICE 3 – NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL 2013

(Continua)

| Categorias | Cod. | Evidenciação ambiental | Empresas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|---|----------|-----|-----|-----|-----|----|-----|-----|-----|-----|----|-----|-----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores | 1 | Educação ambiental | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 2 | Conscientização ambiental | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 3 | Treinamento ambiental | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 4 | Voluntariado ambiental | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Política ambiental empresarial | 5 | Política ambiental | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 6 | Objetivos, diretrizes ou metas ambientais | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 7 | Conformidade com normas e legislações ambientais | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Gestão e auditoria ambiental | 8 | Sistema de gestão ambiental | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 9 | Investimentos ou gastos ambientais | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 10 | Auditoria ambiental | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 11 | Aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento de produtos/serviços | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 12 | Impacto ambiental | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emissões, efluentes, resíduos e mudanças climáticas | 13 | Transporte ou logística ambientalmente sustentável | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 14 | Emissões atmosféricas | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 15 | Efluentes | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 16 | Reciclagem ou coleta seletiva | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 17 | Resíduos sólidos | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 18 | Resíduos perigosos | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 19 | Outras formas de poluição (sonora, odoríferas, visuais, etc.) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | 20 | Créditos de carbono | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 21 | Menção às mudanças climáticas | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 22 | Consumo racional ou eficiente de energia | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Uso sustentável de recursos | 23 | Consumo racional ou eficiente de água | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 24 | Consumo racional de materiais ou de recursos | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 25 | Marca ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Visibilidade das ações ambientais | 26 | Reputação ambiental | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 27 | Nome e/ou imagem ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 28 | Conscientização ambiental para a comunidade | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental | 29 | Parcerias ambientais | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 30 | Educação ambiental para a comunidade | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 31 | Incentivo à reciclagem | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | 32 | Restauração e proteção da biodiversidade ou de ecossistemas | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Questões ambientais com clientes/fornecedores | 33 | Incentivo ao consumo ambientalmente responsável | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 34 | Relações ambientais com fornecedores | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Interações ambientais negativas | 35 | Desperdícios e perdas na utilização de recursos | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 36 | Acidentes ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 37 | Multas e sanções ambientais | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Energia | 38 | Discussão sobre a preocupação com possível falta de energia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 39 | Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | | | 74% | 77% | 82% | 18% | 90% | 0% | 72% | 44% | 18% | 23% | 0% | 79% | 54% | 0% | 67% | 90% | 15% | 74% | 72% | 33% |

(Continuação)

| Categorias | Cod. | Evidenciação ambiental | Empresas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|---|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----|
| | | | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores | 1 | Educação ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 2 | Concientização ambiental | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 3 | Treinamento ambiental | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 4 | Voluntariado ambiental | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Política ambiental empresarial | 5 | Política ambiental | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 6 | Objetivos, diretrizes ou metas ambientais | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 7 | Conformidade com normas e legislações ambientais | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Gestão e auditoria ambiental | 8 | Sistema de gestão ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 9 | Investimentos ou gastos ambientais | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 10 | Auditoria ambiental | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 11 | Aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento de produtos/serviços | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | 12 | Impacto ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Emissões, efluentes, resíduos e mudanças climáticas | 13 | Transporte ou logística ambientalmente sustentável | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 14 | Emissões atmosféricas | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 15 | Efluentes | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 16 | Reciclagem ou coleta seletiva | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 17 | Resíduos sólidos | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 18 | Resíduos perigosos | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 19 | Outras formas de poluição (sonora, odoríferas, visuais, etc.) | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 20 | Créditos de carbono | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 21 | Menção às mudanças climáticas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| | 22 | Consumo racional ou eficiente de energia | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Uso sustentável de recursos | 23 | Consumo racional ou eficiente de água | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| | 24 | Consumo racional de materiais ou de recursos | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Visibilidade das ações ambientais | 25 | Marca ambiental | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 26 | Reputação ambiental | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 27 | Nome e/ou imagem ambiental | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental | 28 | Conscientização ambiental para a comunidade | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 29 | Parcerias ambientais | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 30 | Educação ambiental para a comunidade | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 31 | Incentivo à reciclagem | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 32 | Restauração e proteção da biodiversidade ou de ecossistemas | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Questões ambientais com clientes/fornecedores | 33 | Incentivo ao consumo ambientalmente responsável | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 34 | Relações ambientais com fornecedores | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Interações ambientais negativas | 35 | Desperdícios e perdas na utilização de recursos | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 36 | Acidentes ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 37 | Multas e sanções ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Energia | 38 | Discussão sobre a preocupação com possível falta de energia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| | 39 | Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Total | | | 56% | 54% | 49% | 51% | 67% | 56% | 77% | 74% | 13% | 26% | 38% | 54% | 72% | 46% | 46% | 62% | 26% | 69% | 33% | 0% |

(Conclusão)

| Categorias | Cod. | Evidenciação ambiental | Empresas | | | | | | |
|---|------|---|----------|-----|----|-----|----|-------|-----|
| | | | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | Total | % |
| Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores | 1 | Educação ambiental | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 29 | 64% |
| | 2 | Conscientização ambiental | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 20 | 44% |
| | 3 | Treinamento ambiental | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 23 | 51% |
| | 4 | Voluntariado ambiental | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 13% |
| Política ambiental empresarial | 5 | Política ambiental | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 27 | 60% |
| | 6 | Objetivos, diretrizes ou metas ambientais | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 18 | 40% |
| | 7 | Conformidade com normas e legislações ambientais | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 28 | 62% |
| Gestão e auditoria ambiental | 8 | Sistema de gestão ambiental | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 29 | 64% |
| | 9 | Investimentos ou gastos ambientais | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 27 | 60% |
| | 10 | Auditoria ambiental | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 9% |
| | 11 | Aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento de produtos/serviços | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 27 | 60% |
| | 12 | Impacto ambiental | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 32 | 71% |
| | 13 | Transporte ou logística ambientalmente sustentável | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 20 | 44% |
| Emissões, efluentes, resíduos e mudanças climáticas | 14 | Emissões atmosféricas | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 17 | 38% |
| | 15 | Efluentes | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 16 | 36% |
| | 16 | Reciclagem ou coleta seletiva | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 40% |
| | 17 | Resíduos sólidos | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 33 | 73% |
| | 18 | Resíduos perigosos | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 27 | 60% |
| | 19 | Outras formas de poluição (sonora, odoríferas, visuais, etc.) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 27% |
| | 20 | Créditos de carbono | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2% |
| | 21 | Menção às mudanças climáticas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 20% |
| | 22 | Consumo racional ou eficiente de energia | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 30 | 67% |
| Uso sustentável de recursos | 23 | Consumo racional ou eficiente de água | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 22 | 49% |
| | 24 | Consumo racional de materiais ou de recursos | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 21 | 47% |
| Visibilidade das ações ambientais | 25 | Marca ambiental | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 31 | 69% |
| | 26 | Reputação ambiental | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 28 | 62% |
| | 27 | Nome e/ou imagem ambiental | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 29 | 64% |
| Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental | 28 | Conscientização ambiental para a comunidade | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 30 | 67% |
| | 29 | Parcerias ambientais | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 23 | 51% |
| | 30 | Educação ambiental para a comunidade | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 27 | 60% |
| | 31 | Incentivo à reciclagem | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 22 | 49% |
| | 32 | Restauração e proteção da biodiversidade ou de ecossistemas | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 31 | 69% |
| Questões ambientais com clientes/fornecedores | 33 | Incentivo ao consumo ambientalmente responsável | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 26 | 58% |
| | 34 | Relações ambientais com fornecedores | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 18 | 40% |
| Interações ambientais negativas | 35 | Desperdícios e perdas na utilização de recursos | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 17 | 38% |
| | 36 | Acidentes ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 16% |
| | 37 | Multas e sanções ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 13% |
| Energia | 38 | Discussão sobre a preocupação com possível falta de energia | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 9 | 20% |
| | 39 | Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 11 | 24% |
| Total | | | 18% | 33% | 3% | 72% | 3% | | |

Em que Categorias são as classes de interesse da análise de conteúdo. Cód. corresponde ao número de chamada do subitem da terceira coluna: Evidenciação ambiental; a Coluna Evidenciação ambiental contém os subitens com os temas de interesse de cada categoria da primeira coluna. As colunas numeradas sob o título empresas seguem a numeração adotada no APÊNDICE 2.

APÊNDICE 4 – NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO SOCIAL 2013

(Continua)

| Categorias | Cod. | Evidenciação social | Empresas | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|--|----------|-----|-----|-----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----|-----|-----|-----|-----|
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| Aperfeiçoamento social dos colaboradores | 1 | Educação | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 2 | Conscientização social | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 3 | Treinamento | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 4 | Voluntariado social | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Política e gestão social empresarial | 5 | Objetivos, diretrizes ou metas sociais | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 6 | Menção à SER na cultura organizacional | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 7 | Código de ética ou conduta | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 8 | Investimentos ou gastos sociais | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 9 | Premiações socioambientais | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Práticas trabalhistas | 10 | Saúde e segurança no trabalho | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 11 | Liberdade de associação e negociação coletiva | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 12 | Oportunidade de carreira e respeito à diversidade | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Práticas leais de operação | 13 | Combate à corrupção | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | 14 | Concorrência leal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Visibilidade das ações sociais | 15 | Marca social | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 16 | Reputação social | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 17 | Nome e/ou imagem social | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Interações sociais com a comunidade | 18 | Conscientização social para a comunidade | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 19 | Parcerias sociais | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 20 | Educação para a comunidade | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 21 | Geração de emprego, capacitação e treinamento | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 22 | Desenvolvimento e acesso tecnológico, científico e inclusão digital | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 23 | Geração de renda | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Direitos humanos | 24 | Inclusão social ou redução das condições de risco social | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 25 | Direitos humanos | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | 26 | Garantir a igualdade de gênero | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | 27 | Combate à exploração infantil e ao trabalho forçado ou análogo ao escravo | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 28 | Valorização da diversidade racial | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | 29 | Reconhecer direitos dos povos indígenas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Questões sociais com clientes/fornecedores | 30 | Marketing justo, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 31 | Proteção à saúde e à segurança do consumidor | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 32 | Incentivo ao consumo socialmente responsável | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 33 | Relações sociais com fornecedores | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 34 | Canais de comunicação com o público | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 35 | Identificação e qualificação dos stakeholders | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Interações sociais negativas | 36 | Acidentes de trabalho | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | 37 | Fatos negativos, corrupção, e violações de direitos | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Total | | | 51% | 86% | 30% | 86% | 0% | 92% | 68% | 59% | 24% | 54% | 30% | 78% | 57% | 0% | 41% | 73% | 19% | 81% |

(Continuação)

| Categorias | Cod. | Evidenciação social | Empresas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|--|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| Aperfeiçoamento social dos colaboradores | 1 | Educação | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 2 | Conscientização social | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 3 | Treinamento | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 4 | Voluntariado social | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Política e gestão social empresarial | 5 | Objetivos, diretrizes ou metas sociais | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 6 | Menção à SER na cultura organizacional | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | 7 | Código de ética ou conduta | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 8 | Investimentos ou gastos sociais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 9 | Premiações socioambientais | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Práticas trabalhistas | 10 | Saúde e segurança no trabalho | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 11 | Liberdade de associação e negociação coletiva | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Práticas leais de operação | 12 | Oportunidade de carreira e respeito à diversidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 13 | Combate à corrupção | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Visibilidade das ações sociais | 14 | Concorrência leal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 15 | Marca social | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 16 | Reputação social | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Interações sociais com a comunidade | 17 | Nome e/ou imagem social | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 18 | Conscientização social para a comunidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 19 | Parcerias sociais | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 20 | Educação para a comunidade | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 21 | Geração de emprego, capacitação e treinamento | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 22 | Desenvolvimento e acesso tecnológico, científico e inclusão digital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 23 | Geração de renda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 24 | Inclusão social ou redução das condições de risco social | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Direitos humanos | 25 | Direitos humanos | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 26 | Garantir a igualdade de gênero | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 27 | Combate à exploração infantil e ao trabalho forçado ou análogo ao escravo | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 28 | Valorização da diversidade racial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 29 | Reconhecer direitos dos povos indígenas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Questões sociais com clientes/fornecedores | 30 | Marketing justo, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 31 | Proteção à saúde e à segurança do consumidor | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| | 32 | Incentivo ao consumo socialmente responsável | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| | 33 | Relações sociais com fornecedores | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 34 | Canais de comunicação com o público | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 35 | Identificação e qualificação dos <i>stakeholders</i> | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Interações sociais negativas | 36 | Acidentes de trabalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 37 | Fatos negativos, corrupção, e violações de direitos | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | | | 24% | 22% | 41% | 22% | 54% | 27% | 49% | 49% | 22% | 62% | 32% | 24% | 81% | 57% | 57% | 51% | 32% | 73% | 41% | 22% |

(Conclusão)

| Categorias | Cod. | Evidenciação social | Empresas | | | | | | |
|--|------|--|----------|-----|----|-----|-----|-------|-----|
| | | | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | Total | % |
| Aperfeiçoamento social dos colaboradores | 1 | Educação | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 28 | 62% |
| | 2 | Conscientização social | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 24 | 53% |
| | 3 | Treinamento | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 31 | 69% |
| | 4 | Voluntariado social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 33% |
| Política e gestão social empresarial | 5 | Objetivos, diretrizes ou metas sociais | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 22 | 49% |
| | 6 | Menção à SER na cultura organizacional | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 33 | 73% |
| | 7 | Código de ética ou conduta | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 24 | 53% |
| | 8 | Investimentos ou gastos sociais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 40% |
| | 9 | Premiações socioambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 21 | 47% |
| Práticas trabalhistas | 10 | Saúde e segurança no trabalho | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 38 | 84% |
| | 11 | Liberdade de associação e negociação coletiva | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 17 | 38% |
| | 12 | Oportunidade de carreira e respeito à diversidade | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 24 | 53% |
| Práticas leais de operação | 13 | Combate à corrupção | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 11 | 24% |
| | 14 | Concorrência leal | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 5 | 11% |
| Visibilidade das ações sociais | 15 | Marca social | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 24 | 53% |
| | 16 | Reputação social | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 23 | 51% |
| | 17 | Nome e/ou imagem social | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 23 | 51% |
| Interações sociais com a comunidade | 18 | Conscientização social para a comunidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25 | 56% |
| | 19 | Parcerias sociais | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 27 | 60% |
| | 20 | Educação para a comunidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 23 | 51% |
| | 21 | Geração de emprego, capacitação e treinamento | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 16 | 36% |
| | 22 | Desenvolvimento e acesso tecnológico, científico e inclusão digital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 24% |
| | 23 | Geração de renda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 24% |
| | 24 | Inclusão social ou redução das condições de risco social | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 16 | 36% |
| Direitos humanos | 25 | Direitos humanos | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 15 | 33% |
| | 26 | Garantir a igualdade de gênero | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 8 | 18% |
| | 27 | Combate à exploração infantil e ao trabalho forçado ou análogo ao escravo | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 25 | 56% |
| | 28 | Valorização da diversidade racial | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 | 16% |
| | 29 | Reconhecer direitos dos povos indígenas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Questões sociais com clientes/fornecedores | 30 | Marketing justo, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 | 13% |
| | 31 | Proteção à saúde e à segurança do consumidor | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25 | 56% |
| | 32 | Incentivo ao consumo socialmente responsável | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 23 | 51% |
| | 33 | Relações sociais com fornecedores | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 32 | 71% |
| | 34 | Canais de comunicação com o público | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 38 | 84% |
| | 35 | Identificação e qualificação dos <i>stakeholders</i> | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 38 | 84% |
| Interações sociais negativas | 36 | Acidentes de trabalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 18% |
| | 37 | Fatos negativos, corrupção, e violações de direitos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 22% |
| Total | | | 3% | 54% | 5% | 24% | 30% | | |

Em que Categorias são as classes de interesse da análise de conteúdo. Cód. corresponde ao número de chamada do subitem da terceira coluna: Evidenciação ambiental; a Coluna Evidenciação ambiental contém os subitens com os temas de interesse de cada categoria da primeira coluna. As colunas numeradas sob o título empresas seguem a numeração adotada no APÊNDICE 2.

APÊNDICE 5 – NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL 2014

(Continua)

| Categorias | Cod. | Evidenciação ambiental | Empresas | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|---|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----|-----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores | 1 | Educação ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 2 | Conscientização ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 3 | Treinamento ambiental | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 4 | Voluntariado ambiental | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Política ambiental empresarial | 5 | Política ambiental | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 6 | Objetivos, diretrizes ou metas ambientais | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 7 | Conformidade com normas e legislações ambientais | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gestão e auditoria ambiental | 8 | Sistema de gestão ambiental | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 9 | Investimentos ou gastos ambientais | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 10 | Auditoria ambiental | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| | 11 | Aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento de produtos/serviços | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 12 | Impacto ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emissões, efluentes, resíduos e mudanças climáticas | 13 | Transporte ou logística ambientalmente sustentável | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 14 | Emissões atmosféricas | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 15 | Efluentes | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 16 | Reciclagem ou coleta seletiva | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 17 | Resíduos sólidos | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 18 | Resíduos perigosos | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 19 | Outras formas de poluição (sonora, odoríferas, visuais, etc.) | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 20 | Créditos de carbono | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 21 | Menção às mudanças climáticas | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 22 | Consumo racional ou eficiente de energia | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Uso sustentável de recursos | 23 | Consumo racional ou eficiente de água | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 24 | Consumo racional de materiais ou de recursos | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| | 25 | Marca ambiental | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Visibilidade das ações ambientais | 26 | Reputação ambiental | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 27 | Nome e/ou imagem ambiental | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 28 | Conscientização ambiental para a comunidade | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental | 29 | Parcerias ambientais | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 30 | Educação ambiental para a comunidade | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 31 | Incentivo à reciclagem | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 32 | Restauração e proteção da biodiversidade ou de ecossistemas | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Questões ambientais com clientes/fornecedores | 33 | Incentivo ao consumo ambientalmente responsável | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 34 | Relações ambientais com fornecedores | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Interações ambientais negativas | 35 | Desperdícios e perdas na utilização de recursos | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 36 | Acidentes ambientais | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 37 | Multas e sanções ambientais | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Energia | 38 | Discussão sobre a preocupação com possível falta de energia | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| | 39 | Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Total | | | 41% | 90% | 49% | 87% | 38% | 51% | 64% | 31% | 5% | 59% | 3% | 26% | 56% | 64% | 82% | 79% | 56% | 44% |

(Continuação)

| Categorias | Cod. | Evidenciação ambiental | Empresas | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|---|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 |
| Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores | 1 | Educação ambiental | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 2 | Concientização ambiental | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 3 | Treinamento ambiental | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 4 | Voluntariado ambiental | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Política ambiental empresarial | 5 | Política ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 6 | Objetivos, diretrizes ou metas ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 7 | Conformidade com normas e legislações ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gestão e auditoria ambiental | 8 | Sistema de gestão ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 9 | Investimentos ou gastos ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 10 | Auditoria ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 11 | Aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento de produtos/serviços | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 12 | Impacto ambiental | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Emissões, efluentes, resíduos e mudanças climáticas | 13 | Transporte ou logística ambientalmente sustentável | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 14 | Emissões atmosféricas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 15 | Efluentes | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 16 | Reciclagem ou coleta seletiva | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 17 | Resíduos sólidos | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| | 18 | Resíduos perigosos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 19 | Outras formas de poluição (sonora, odoríferas, visuais, etc.) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 20 | Créditos de carbono | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 21 | Menção às mudanças climáticas | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 22 | Consumo racional ou eficiente de energia | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Uso sustentável de recursos | 23 | Consumo racional ou eficiente de água | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 24 | Consumo racional de materiais ou de recursos | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 25 | Marca ambiental | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Visibilidade das ações ambientais | 26 | Reputação ambiental | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 27 | Nome e/ou imagem ambiental | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 28 | Conscientização ambiental para a comunidade | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental | 29 | Parcerias ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 30 | Educação ambiental para a comunidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 31 | Incentivo à reciclagem | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 32 | Restauração e proteção da biodiversidade ou de ecossistemas | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Questões ambientais com clientes/fornecedores | 33 | Incentivo ao consumo ambientalmente responsável | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | 34 | Relações ambientais com fornecedores | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Interações ambientais negativas | 35 | Desperdícios e perdas na utilização de recursos | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 36 | Acidentes ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 37 | Multas e sanções ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Energia | 38 | Discussão sobre a preocupação com possível falta de energia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 39 | Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | | | 46% | 36% | 44% | 38% | 44% | 64% | 64% | 44% | 10% | 28% | 28% | 56% | 92% | 38% | 44% | 46% | 28% | 87% |

(Conclusão)

| Categorias | Cod. | Evidenciação ambiental | Empresas | | | | | | |
|---|------|---|----------|-----|----|-----|-----|-------|-----|
| | | | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | Total | % |
| Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores | 1 | Educação ambiental | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 29 | 64% |
| | 2 | Concientização ambiental | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 29 | 64% |
| | 3 | Treinamento ambiental | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 24 | 53% |
| | 4 | Voluntariado ambiental | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 8 | 18% |
| Política ambiental empresarial | 5 | Política ambiental | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 23 | 51% |
| | 6 | Objetivos, diretrizes ou metas ambientais | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 13 | 29% |
| | 7 | Conformidade com normas e legislações ambientais | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 30 | 67% |
| Gestão e auditoria ambiental | 8 | Sistema de gestão ambiental | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 22 | 49% |
| | 9 | Investimentos ou gastos ambientais | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 18 | 40% |
| | 10 | Auditoria ambiental | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 15 | 33% |
| | 11 | Aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento de produtos/serviços | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 27 | 60% |
| | 12 | Impacto ambiental | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 25 | 56% |
| | 13 | Transporte ou logística ambientalmente sustentável | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 24 | 53% |
| Emissões, efluentes, resíduos e mudanças climáticas | 14 | Emissões atmosféricas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 29% |
| | 15 | Efluentes | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 19 | 42% |
| | 16 | Reciclagem ou coleta seletiva | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 20 | 44% |
| | 17 | Resíduos sólidos | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 30 | 67% |
| | 18 | Resíduos perigosos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 29% |
| | 19 | Outras formas de poluição (sonora, odoríferas, visuais, etc.) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 18% |
| | 20 | Créditos de carbono | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2% |
| | 21 | Menção às mudanças climáticas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 17 | 38% |
| Uso sustentável de recursos | 22 | Consumo racional ou eficiente de energia | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 22 | 49% |
| | 23 | Consumo racional ou eficiente de água | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 21 | 47% |
| | 24 | Consumo racional de materiais ou de recursos | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 19 | 42% |
| Visibilidade das ações ambientais | 25 | Marca ambiental | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 24 | 53% |
| | 26 | Reputação ambiental | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 25 | 56% |
| | 27 | Nome e/ou imagem ambiental | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 25 | 56% |
| Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental | 28 | Conscientização ambiental para a comunidade | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 36 | 80% |
| | 29 | Parcerias ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 17 | 38% |
| | 30 | Educação ambiental para a comunidade | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 31 | 69% |
| | 31 | Incentivo à reciclagem | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 15 | 33% |
| | 32 | Restauração e proteção da biodiversidade ou de ecossistemas | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 33 | 73% |
| Questões ambientais com clientes/fornecedores | 33 | Incentivo ao consumo ambientalmente responsável | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 29 | 64% |
| | 34 | Relações ambientais com fornecedores | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 25 | 56% |
| Interações ambientais negativas | 35 | Desperdícios e perdas na utilização de recursos | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 19 | 42% |
| | 36 | Acidentes ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 7% |
| | 37 | Multas e sanções ambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 13% |
| Energia | 38 | Discussão sobre a preocupação com possível falta de energia | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 12 | 27% |
| | 39 | Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 10 | 22% |
| Total | | | 13% | 54% | 0% | 67% | 13% | | |

Em que Categorias são as classes de interesse da análise de conteúdo. Cód. corresponde ao número de chamada do subitem da terceira coluna: Evidenciação ambiental; a Coluna Evidenciação ambiental contém os subitens com os temas de interesse de cada categoria da primeira coluna. As colunas numeradas sob o título empresas seguem a numeração adotada no APÊNDICE 2.

APÊNDICE 6 – NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO SOCIAL 2014

(Continua)

| Categorias | Cod. | Evidenciação social | Empresas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|--|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Aperfeiçoamento social dos colaboradores | 1 | Educação | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 2 | Conscientização social | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 3 | Treinamento | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 4 | Voluntariado social | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Política e gestão social empresarial | 5 | Objetivos, diretrizes ou metas sociais | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | 6 | Menção à SER na cultura organizacional | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 7 | Código de ética ou conduta | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 8 | Investimentos ou gastos sociais | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 9 | Premiações socioambientais | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Práticas trabalhistas | 10 | Saúde e segurança no trabalho | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 11 | Liberdade de associação e negociação coletiva | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Práticas leais de operação | 12 | Oportunidade de carreira e respeito à diversidade | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 13 | Combate à corrupção | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Visibilidade das ações sociais | 14 | Concorrência leal | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 15 | Marca social | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 16 | Reputação social | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 17 | Nome e/ou imagem social | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Interações sociais com a comunidade | 18 | Conscientização social para a comunidade | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 19 | Parcerias sociais | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 20 | Educação para a comunidade | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 21 | Geração de emprego, capacitação e treinamento | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 22 | Desenvolvimento e acesso tecnológico, científico e inclusão digital | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 23 | Geração de renda | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 24 | Inclusão social ou redução das condições de risco social | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Direitos humanos | 25 | Direitos humanos | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 26 | Garantir a igualdade de gênero | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 27 | Combate à exploração infantil e ao trabalho forçado ou análogo ao escravo | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 28 | Valorização da diversidade racial | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 29 | Reconhecer direitos dos povos indígenas | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Questões sociais com clientes/fornecedores | 30 | Marketing justo, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 31 | Proteção à saúde e à segurança do consumidor | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 32 | Incentivo ao consumo socialmente responsável | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| | 33 | Relações sociais com fornecedores | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 34 | Canais de comunicação com o público | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 35 | Identificação e qualificação dos stakeholders | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Interações sociais negativas | 36 | Acidentes de trabalho | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| | 37 | Fatos negativos, corrupção, e violações de direitos | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | | | 38% | 92% | 35% | 89% | 59% | 62% | 78% | 62% | 24% | 81% | 38% | 78% | 59% | 62% | 89% | 73% | 32% | 78% | 62% | 54% |

(Continuação)

| Categorias | Cod. | Evidenciação social | Empresas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|--|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----|
| | | | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| Aperfeiçoamento social dos colaboradores | 1 | Educação | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 2 | Conscientização social | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| | 3 | Treinamento | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 4 | Voluntariado social | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Política e gestão social empresarial | 5 | Objetivos, diretrizes ou metas sociais | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 6 | Menção à SER na cultura organizacional | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 7 | Código de ética ou conduta | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 8 | Investimentos ou gastos sociais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 9 | Premiações socioambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Práticas trabalhistas | 10 | Saúde e segurança no trabalho | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 11 | Liberdade de associação e negociação coletiva | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Práticas leais de operação | 12 | Oportunidade de carreira e respeito à diversidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 13 | Combate à corrupção | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Visibilidade das ações sociais | 14 | Concorrência leal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 15 | Marca social | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 16 | Reputação social | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 17 | Nome e/ou imagem social | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Interações sociais com a comunidade | 18 | Conscientização social para a comunidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 19 | Parcerias sociais | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 20 | Educação para a comunidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | 21 | Geração de emprego, capacitação e treinamento | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 22 | Desenvolvimento e acesso tecnológico, científico e inclusão digital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 23 | Geração de renda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 24 | Inclusão social ou redução das condições de risco social | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 25 | Direitos humanos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Direitos humanos | 26 | Garantir a igualdade de gênero | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 27 | Combate à exploração infantil e ao trabalho forçado ou análogo ao escravo | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 28 | Valorização da diversidade racial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 29 | Reconhecer direitos dos povos indígenas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Questões sociais com clientes/fornecedores | 30 | Marketing justo, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 31 | Proteção à saúde e à segurança do consumidor | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 32 | Incentivo ao consumo socialmente responsável | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 33 | Relações sociais com fornecedores | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 34 | Canais de comunicação com o público | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Interações sociais negativas | 35 | Identificação e qualificação dos stakeholders | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | 36 | Acidentes de trabalho | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 37 | Fatos negativos, corrupção, e violações de direitos | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | | | 30% | 27% | 30% | 27% | 62% | 62% | 65% | 62% | 24% | 22% | 22% | 30% | 97% | 24% | 62% | 62% | 43% | 89% | 24% | 8% |

(Conclusão)

| Categorias | Cod. | Evidenciação social | Empresas | | | | | | |
|--|------|--|----------|-----|-----|-----|-----|-------|-----|
| | | | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | Total | % |
| Aperfeiçoamento social dos colaboradores | 1 | Educação | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 32 | 71% |
| | 2 | Conscientização social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 23 | 51% |
| | 3 | Treinamento | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 36 | 80% |
| | 4 | Voluntariado social | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 13 | 29% |
| Política e gestão social empresarial | 5 | Objetivos, diretrizes ou metas sociais | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 21 | 47% |
| | 6 | Menção à SER na cultura organizacional | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 39 | 87% |
| | 7 | Código de ética ou conduta | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 33 | 73% |
| | 8 | Investimentos ou gastos sociais | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 17 | 38% |
| | 9 | Premiações socioambientais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 22 | 49% |
| Práticas trabalhistas | 10 | Saúde e segurança no trabalho | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 41 | 91% |
| | 11 | Liberdade de associação e negociação coletiva | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 | 16% |
| | 12 | Oportunidade de carreira e respeito à diversidade | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 24 | 53% |
| Práticas leais de operação | 13 | Combate à corrupção | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 13 | 29% |
| | 14 | Concorrência leal | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 | 13% |
| Visibilidade das ações sociais | 15 | Marca social | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 25 | 56% |
| | 16 | Reputação social | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 27 | 60% |
| | 17 | Nome e/ou imagem social | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 27 | 60% |
| Interações sociais com a comunidade | 18 | Conscientização social para a comunidade | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 30 | 67% |
| | 19 | Parcerias sociais | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 26 | 58% |
| | 20 | Educação para a comunidade | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 25 | 56% |
| | 21 | Geração de emprego, capacitação e treinamento | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 27 | 60% |
| | 22 | Desenvolvimento e acesso tecnológico, científico e inclusão digital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 27% |
| | 23 | Geração de renda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 | 31% |
| | 24 | Inclusão social ou redução das condições de risco social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 | 58% |
| Direitos humanos | 25 | Direitos humanos | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 11 | 24% |
| | 26 | Garantir a igualdade de gênero | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 15 | 33% |
| | 27 | Combate à exploração infantil e ao trabalho forçado ou análogo ao escravo | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 28 | 62% |
| | 28 | Valorização da diversidade racial | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 13 | 29% |
| | 29 | Reconhecer direitos dos povos indígenas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 16% |
| Questões sociais com clientes/fornecedores | 30 | Marketing justo, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 11 | 24% |
| | 31 | Proteção à saúde e à segurança do consumidor | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 | 58% |
| | 32 | Incentivo ao consumo socialmente responsável | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25 | 56% |
| | 33 | Relações sociais com fornecedores | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 37 | 82% |
| | 34 | Canais de comunicação com o público | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 42 | 93% |
| | 35 | Identificação e qualificação dos <i>stakeholders</i> | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 36 | 80% |
| Interações sociais negativas | 36 | Acidentes de trabalho | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 13 | 29% |
| | 37 | Fatos negativos, corrupção, e violações de direitos | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 14 | 31% |
| Total | | | 5% | 68% | 19% | 38% | 30% | | |

Em que Categorias são as classes de interesse da análise de conteúdo. Cód. corresponde ao número de chamada do subitem da terceira coluna: Evidenciação ambiental; a Coluna Evidenciação ambiental contém os subitens com os temas de interesse de cada categoria da primeira coluna. As colunas numeradas sob o título empresas seguem a numeração adotada no APÊNDICE 2.

APÊNDICE 7 – DADOS EM PAINEL

(Continua)

| ID | ANO | NEA | NES | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|----|------|------|------|-----------|-----------|-----------|------------|------|-------|--------|------|-------|---------|------|------|------|
| 1 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 1639.00 | 0.00 | 516378.00 | 150314.00 | 7.12 | -0.40 | 1.79 | 0.79 | 0.73 | 21.32 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 1 | 2013 | 2.00 | 2.00 | 2625.00 | 0.00 | 168609.00 | 514115.00 | 7.24 | -0.54 | -7.82 | 0.77 | 0.57 | 39.10 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 1 | 2014 | 1.00 | 1.00 | 1705.00 | 7978.00 | 171722.00 | 655769.00 | 7.16 | -0.09 | -8.17 | 1.17 | 0.17 | 0.10 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 2 | 2012 | 2.00 | 3.00 | 134030.00 | 25179.00 | 81770.00 | 2098620.00 | 6.72 | 0.12 | 0.81 | 0.80 | 0.20 | 5.20 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 2 | 2013 | 3.00 | 3.00 | 24226.00 | 13561.00 | 74411.00 | 1797166.00 | 6.76 | 0.13 | 1.30 | 1.25 | 0.21 | 5.73 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 2 | 2014 | 3.00 | 3.00 | 37011.00 | 10715.00 | 78083.00 | 1732282.00 | 6.79 | 0.04 | 1.40 | 1.37 | 0.08 | 0.06 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 3 | 2012 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 13665.00 | 5.94 | 0.32 | 0.60 | 2.58 | 0.07 | 0.00 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 3 | 2013 | 0.00 | 1.00 | 0.00 | 37.00 | 0.00 | 12344.00 | 5.94 | 0.37 | 1.04 | 2.70 | 0.08 | 0.00 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 3 | 2014 | 1.00 | 1.00 | 66.00 | 23.00 | 0.00 | 35357.00 | 6.94 | 0.60 | 0.03 | 2.38 | 0.21 | 0.04 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 4 | 2012 | 1.00 | 2.00 | 4260.00 | 0.00 | 58131.00 | 1739524.00 | 6.40 | 0.03 | 1.04 | 1.01 | 0.10 | 5.00 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 4 | 2013 | 3.00 | 3.00 | 8091.00 | 249.00 | 74722.00 | 1199735.69 | 6.39 | 0.20 | 1.23 | 1.06 | 0.17 | 7.74 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 4 | 2014 | 3.00 | 3.00 | 4563.26 | 675.70 | 72660.11 | 1342867.00 | 6.44 | 0.08 | 0.59 | 1.07 | 0.22 | 0.07 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 5 | 2012 | 2.00 | 1.00 | 2.00 | 36.00 | 23414.00 | 53785.00 | 5.43 | -0.65 | 1.66 | 0.70 | 3.56 | 1.00 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 5 | 2013 | 0.00 | 0.00 | 2889.00 | 9.00 | 27319.00 | 51018.00 | 5.51 | 0.28 | -21.32 | 0.62 | -3.35 | 36.40 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 5 | 2014 | 1.00 | 2.00 | 2.00 | 27.00 | 80436.00 | -55480.00 | 5.72 | -0.25 | -8.54 | 0.76 | 0.74 | 0.43 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 6 | 2012 | 1.00 | 1.00 | 2386.00 | 0.00 | 14998.00 | 136049.00 | 5.51 | -0.42 | 2.23 | 0.35 | -1.03 | 16.90 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 6 | 2013 | 2.00 | 3.00 | 0.00 | 2753.00 | 11799.00 | 101269.00 | 5.44 | -0.11 | -2.94 | 0.36 | 0.23 | 18.21 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 6 | 2014 | 2.00 | 2.00 | 0.00 | 0.00 | 15233.00 | 123316.00 | 5.54 | 0.06 | 4.44 | 1.97 | 0.31 | 0.11 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 7 | 2012 | 1.00 | 1.00 | 35.00 | 150815.00 | 253271.00 | 2164131.00 | 6.67 | -0.03 | 0.99 | 0.98 | -0.10 | 23.13 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |
| 7 | 2013 | 3.00 | 2.00 | 6997.00 | 209141.00 | 251269.00 | 2090594.00 | 6.70 | 0.03 | 2.22 | 2.34 | 0.10 | 16.26 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |
| 7 | 2014 | 2.00 | 3.00 | 2549.00 | 213083.00 | 244801.00 | 2622410.00 | 6.73 | 0.06 | 2.26 | 2.96 | 0.23 | 0.12 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |
| 8 | 2012 | 1.00 | 1.00 | 2942.00 | 15626.00 | 125195.00 | 1936009.00 | 6.62 | -0.31 | 1.65 | 0.84 | 0.77 | 11.85 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 8 | 2013 | 1.00 | 2.00 | 1397.00 | 29101.00 | 125462.00 | 1685244.00 | 6.61 | 0.00 | -4.95 | 0.58 | 0.00 | 10.27 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 8 | 2014 | 1.00 | 2.00 | 1606.00 | 40474.00 | 128659.00 | 1879453.00 | 6.62 | -0.16 | 57.35 | 0.69 | -7.92 | 0.12 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 9 | 2012 | 2.00 | 0.00 | 450.00 | 148.00 | 4033.00 | 22219.00 | 4.89 | -0.08 | 0.98 | 1.00 | -0.21 | 31.97 | 0.00 | 0.00 | 1.00 |

(Continuação)

| ID | ANO | NEA | NES | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|----|------|------|------|-----------|-----------|------------|-------------|------|-------|--------|------|-------|---------|------|------|------|
| 9 | 2013 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 3964642.83 | 20561854.00 | 4.97 | -0.02 | 1.82 | 0.67 | -0.05 | 24.62 | 0.00 | 0.00 | 1.00 |
| 9 | 2014 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 125.00 | 3802.00 | 549.00 | 5.04 | 0.03 | 2.13 | 0.80 | 0.07 | 0.20 | 0.00 | 0.00 | 1.00 |
| 10 | 2012 | 2.00 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 46908.00 | 450327.00 | 6.35 | -0.20 | 1.26 | 0.95 | 2.71 | 25.00 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 10 | 2013 | 0.00 | 2.00 | 0.00 | 0.00 | 51521.00 | 317069.00 | 6.40 | -0.29 | -14.32 | 0.56 | 1.66 | 59.52 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 10 | 2014 | 2.00 | 3.00 | 0.00 | 0.00 | 176396.00 | 372277.00 | 6.62 | 0.22 | 39.49 | 0.43 | 2.81 | 0.12 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 11 | 2012 | 0.00 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 4427.00 | 44842.00 | 4.75 | 0.07 | 0.55 | 1.09 | 0.12 | 18.00 | 0.00 | 0.00 | 1.00 |
| 11 | 2013 | 0.00 | 3.00 | 0.00 | 0.00 | 4543.00 | 31790.00 | 4.80 | 0.04 | 0.53 | 1.09 | 0.07 | 25.34 | 0.00 | 0.00 | 1.00 |
| 11 | 2014 | 0.00 | 1.00 | | | 5.11 | 41.63 | 4.88 | 0.06 | 0.68 | 1.10 | 0.10 | 0.24 | 0.00 | 0.00 | 1.00 |
| 12 | 2012 | 2.00 | 3.00 | 61555.00 | 28282.00 | 137605.00 | 2209886.00 | 6.85 | 0.14 | 0.84 | 0.98 | 0.30 | 5.93 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 12 | 2013 | 3.00 | 3.00 | 139806.00 | 22260.00 | 137556.00 | 2440924.00 | 6.88 | 0.10 | 2.06 | 1.02 | 0.20 | 7.65 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 12 | 2014 | 1.00 | 3.00 | 40244.00 | 27451.00 | 179719.00 | 2066306.00 | 6.92 | 0.08 | 1.99 | 1.12 | 0.16 | 0.08 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 13 | 2012 | 2.00 | 3.00 | 1698.00 | 3962.00 | 28207.00 | 331069.00 | 6.12 | -0.03 | 0.89 | 0.72 | -0.04 | 10.34 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 13 | 2013 | 2.00 | 2.00 | 5630.00 | 0.00 | 30721.00 | 240657.00 | 5.98 | -0.23 | 2.24 | 0.44 | -0.44 | 20.07 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 13 | 2014 | 2.00 | 2.00 | 269.00 | 0.00 | 38245.00 | 266820.00 | 6.10 | 0.09 | 1.25 | 1.18 | 0.12 | 0.14 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 14 | 2012 | 2.00 | 3.00 | 111997.00 | 13953.00 | 82915.00 | 1424330.00 | 6.59 | 0.00 | 0.84 | 1.06 | 0.01 | 8.37 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 14 | 2013 | 0.00 | 0.00 | 170091.00 | 15156.00 | 96467.00 | 1338441.00 | 6.58 | 0.03 | 1.45 | 1.22 | 0.07 | 10.01 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 14 | 2014 | 2.00 | 2.00 | 217655.00 | 17671.00 | 100107.00 | 1510634.00 | 6.63 | 0.03 | 1.69 | 0.93 | 0.08 | 0.10 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 15 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 20549.00 | 11583.00 | 73009.00 | 1310506.00 | 6.55 | 0.06 | 0.78 | 1.14 | 0.10 | 8.00 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 15 | 2013 | 2.00 | 1.00 | 25616.00 | 8449.00 | 70147.00 | 1286137.00 | 6.53 | 0.34 | 1.15 | 1.06 | 0.10 | 10.51 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 15 | 2014 | 3.00 | 3.00 | 20989.00 | 16606.00 | 68196.00 | 1240325.00 | 6.61 | 0.07 | 1.35 | 1.48 | 0.15 | 0.08 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 16 | 2012 | 3.00 | 2.00 | 23086.00 | 8221.00 | 52012.00 | 825864.00 | 6.56 | 0.23 | 0.92 | 1.22 | 0.31 | 7.00 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 16 | 2013 | 3.00 | 2.00 | 23086.00 | 8221.00 | 61367.00 | 655661.00 | 6.56 | 0.12 | 1.62 | 2.19 | 0.17 | 9.25 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 16 | 2014 | 3.00 | 2.00 | 16373.00 | 17.00 | 63273.00 | 692909.00 | 6.66 | 0.13 | 1.74 | 2.16 | 0.20 | 0.07 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 17 | 2012 | 1.00 | 2.00 | 0.00 | 0.00 | 76442.00 | 0.00 | 6.12 | -0.03 | 1.50 | 0.88 | 0.17 | 23.64 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 17 | 2013 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 82682.00 | 0.00 | 6.05 | -0.35 | -6.16 | 0.63 | 1.63 | 71.00 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 17 | 2014 | 2.00 | 1.00 | 14.00 | 3.00 | 246604.00 | 12.00 | 6.20 | 0.03 | -12.24 | 0.84 | -0.27 | 0.22 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 18 | 2012 | 2.00 | 3.00 | 5009.00 | 7150.00 | 36251.00 | 529843.00 | 6.24 | 0.17 | 0.75 | 1.15 | 0.30 | 6.07 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |

(Continuação)

| ID | ANO | NEA | NES | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|----|------|------|------|-----------|-----------|-----------|------------|------|-------|-------|------|-------|---------|------|------|------|
| 18 | 2013 | 2.00 | 3.00 | 4252.00 | 6676.00 | 46503.00 | 514379.00 | 6.27 | 0.15 | 1.12 | 1.58 | 0.23 | 7.94 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 18 | 2014 | 1.00 | 3.00 | 7410.00 | 7548.00 | 54707.00 | 615795.00 | 6.28 | 0.12 | 1.31 | 1.14 | 0.24 | 0.07 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 19 | 2012 | 2.00 | 3.00 | 175.00 | 409.00 | 3880.00 | 40657.00 | 4.81 | -0.02 | 1.03 | 0.78 | -0.05 | 12.23 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 19 | 2013 | 2.00 | 2.00 | 642.00 | 0.00 | 3133.00 | 38970.00 | 4.81 | 0.03 | 3.11 | 0.56 | 0.14 | 9.97 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 19 | 2014 | 2.00 | 2.00 | | | 3664.00 | 50512.00 | 4.76 | 0.06 | 1.90 | 1.68 | 0.25 | 0.09 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 20 | 2012 | 0.00 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 879.00 | 17244.00 | 4.69 | 0.14 | 1.28 | 1.38 | 0.16 | 21.42 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 20 | 2013 | 1.00 | 2.00 | | | 1367.00 | 17392.00 | 4.68 | 0.09 | 0.67 | 1.00 | 0.11 | 24.85 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 20 | 2014 | 0.00 | 2.00 | | | 1446.00 | 18663.00 | 4.69 | 0.03 | 0.63 | 0.96 | 0.05 | 0.23 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 21 | 2012 | 2.00 | 0.00 | 11.00 | 514.00 | 1767.00 | 50915.00 | 5.10 | 0.11 | 0.90 | 0.88 | 0.24 | 5.10 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 21 | 2013 | 2.00 | 0.00 | 216.00 | 458.00 | 1789.00 | 26917.00 | 5.22 | -0.07 | 6.20 | 0.97 | -0.29 | 7.60 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 21 | 2014 | 1.00 | 1.00 | 30.00 | 520.00 | 1852.00 | 33445.00 | 5.17 | 0.02 | 4.75 | 2.64 | 0.08 | 0.07 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 22 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 63.00 | 377.00 | 2228.00 | 34628.00 | 5.28 | 0.10 | 0.93 | 1.55 | 0.14 | 6.40 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 22 | 2013 | 2.00 | 0.00 | 58.00 | 361.00 | 2067.00 | 25512.00 | 5.19 | 0.07 | 1.57 | 0.97 | 0.11 | 9.10 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 22 | 2014 | 1.00 | 1.00 | 146.00 | 453.00 | 2312.00 | 24608.00 | 5.21 | 0.08 | 3.22 | 2.16 | 0.19 | 0.11 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 23 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 118.00 | 356.00 | 1659.00 | 28578.00 | 4.98 | 0.10 | 0.84 | 1.26 | 0.19 | 7.70 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 23 | 2013 | 1.00 | 1.00 | 158.00 | 310.00 | 1393.00 | 28188.00 | 5.09 | 0.21 | 2.60 | 1.23 | 0.45 | 6.20 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 23 | 2014 | 1.00 | 1.00 | 165.00 | 340.00 | 1678.00 | 22975.00 | 5.04 | 0.15 | 3.20 | 3.15 | 0.39 | 0.08 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 24 | 2012 | 2.00 | 1.00 | 461.00 | 1505.00 | 7823.00 | 116286.00 | 5.51 | 0.08 | 0.98 | 0.94 | 0.22 | 3.10 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 24 | 2013 | 2.00 | 0.00 | 432.00 | 1216.00 | 8356.00 | 71553.00 | 6.86 | 2.20 | 5.05 | 0.93 | 0.52 | 15.90 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 24 | 2014 | 1.00 | 1.00 | 1160.00 | 1592.00 | 8980.00 | 116968.00 | 5.61 | 0.13 | 2.06 | 3.67 | 0.37 | 0.09 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 25 | 2012 | 2.00 | 3.00 | 415.00 | 969.00 | 7026.00 | 56351.00 | 5.40 | -0.03 | 1.14 | 0.34 | -0.06 | 11.24 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 25 | 2013 | 2.00 | 2.00 | 1346.00 | | 6155.00 | 63452.00 | 5.37 | 0.13 | 2.36 | 0.35 | 0.29 | 9.72 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 25 | 2014 | 1.00 | 2.00 | 0.00 | 0.00 | 7837.00 | 77247.00 | 5.31 | 7.42 | 1.41 | 2.33 | 2.19 | 0.08 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 26 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 6850.00 | 30481.00 | 165696.00 | 2771839.00 | 6.83 | 0.07 | 1.19 | 0.80 | 0.59 | 7.20 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 26 | 2013 | 2.00 | 1.00 | 9135.00 | 30561.00 | 152822.00 | 2151811.00 | 6.86 | 0.10 | 5.05 | 0.93 | 0.52 | 8.90 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 26 | 2014 | 2.00 | 2.00 | 10954.00 | 29736.00 | 172391.00 | 2423472.00 | 6.91 | 0.07 | 10.19 | 0.93 | 0.69 | 0.09 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 27 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 1304.00 | 11295.00 | 57361.00 | 1372958.00 | 6.43 | 0.06 | 1.18 | 1.06 | 0.47 | 5.80 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |

(Continuação)

| ID | ANO | NEA | NES | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|----|------|------|------|-----------|-----------|------------|------------|------|-------|------|------|-------|---------|------|------|------|
| 27 | 2013 | 3.00 | 1.00 | | | 55594.00 | 893327.00 | 6.42 | 0.03 | 5.86 | 0.98 | 0.22 | 8.90 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 27 | 2014 | 2.00 | 2.00 | 1929.00 | 12485.00 | 63209.00 | 1012379.00 | 6.48 | 0.06 | 5.35 | 0.92 | 0.39 | 0.08 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 28 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 42.00 | 543.00 | 2950.00 | 53799.00 | 5.24 | 0.16 | 0.91 | 0.97 | 0.28 | 6.90 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 28 | 2013 | 2.00 | 1.00 | 328.00 | 514.00 | 2924.00 | 33300.00 | 5.28 | 0.00 | 2.74 | 1.17 | 0.00 | 10.60 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 28 | 2014 | 1.00 | 2.00 | 149.00 | 549.00 | 2725.00 | 36163.00 | 5.23 | 0.10 | 2.86 | 2.52 | 0.26 | 0.10 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 29 | 2012 | 1.00 | 1.00 | 245.00 | 245.00 | 2414.00 | 14317.00 | 4.79 | 1.28 | 0.73 | 0.73 | 1.92 | 15.32 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 29 | 2013 | 0.00 | 0.00 | 501.00 | | 2776.00 | 13817.00 | 4.73 | 0.01 | 1.08 | 2.22 | 0.02 | 19.96 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 29 | 2014 | 0.00 | 0.00 | 652.00 | 0.00 | 3130.00 | 17902.00 | 4.80 | 0.02 | 1.33 | 0.67 | 0.06 | 0.18 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 30 | 2012 | 2.00 | 1.00 | 210472.00 | 27.00 | 1068227.00 | 3690323.00 | 6.95 | -0.01 | 0.81 | 1.46 | -0.01 | 17.10 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 30 | 2013 | 1.00 | 2.00 | 202975.00 | 0.00 | 988243.00 | 2537660.00 | 6.89 | -0.01 | 1.31 | 1.39 | -0.02 | 22.50 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 30 | 2014 | 1.00 | 0.00 | 25.87 | 0.00 | 907933.00 | 3416758.00 | 6.96 | 0.05 | 1.08 | 1.38 | 2.08 | 0.16 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 31 | 2012 | 1.00 | 2.00 | 63217.00 | 110.00 | 415185.00 | 715623.00 | 6.98 | 0.31 | 0.50 | 0.84 | 0.11 | 17.90 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 31 | 2013 | 1.00 | 1.00 | 45732.00 | 27.00 | 378209.00 | 965067.00 | 7.03 | 0.37 | 0.57 | 1.95 | 0.15 | 12.20 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 31 | 2014 | 1.00 | 0.00 | 75343.00 | 564.00 | 631198.00 | 313396.00 | 6.99 | 0.23 | 0.51 | 1.03 | 0.11 | 0.15 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 32 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 296.00 | 19.00 | 8496.00 | 2066.00 | 5.48 | -0.08 | 0.50 | 5.21 | -0.06 | 17.00 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 32 | 2013 | 2.00 | 0.00 | 1362.00 | 28.00 | 10168.00 | 34562.00 | 5.52 | 0.17 | 0.66 | 4.86 | 0.09 | 19.08 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 32 | 2014 | 2.00 | 1.00 | 823.00 | 64.00 | 11941.00 | 34633.00 | 5.55 | 0.63 | 0.23 | 3.73 | 0.32 | 0.26 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 33 | 2012 | 3.00 | 3.00 | 55021.00 | 18814.00 | 145006.00 | 1322296.00 | 6.66 | 0.01 | 1.30 | 1.16 | 0.12 | 7.30 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 33 | 2013 | 2.00 | 3.00 | 36418.00 | 15741.00 | 123482.00 | 1123831.00 | 6.66 | 0.09 | 1.24 | 1.51 | 0.16 | 10.70 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 33 | 2014 | 3.00 | 3.00 | 51630.00 | 18396.00 | 130116.00 | 1534542.00 | 6.76 | 0.09 | 1.61 | 1.94 | 0.20 | 0.09 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 34 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 628.00 | 1464.00 | 11044.00 | 88030.00 | 5.49 | -0.15 | 1.32 | 1.21 | -0.40 | 16.92 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 34 | 2013 | 1.00 | 2.00 | 2147.00 | | 9238.00 | 75876.00 | 5.51 | 0.06 | 2.43 | 0.48 | 0.15 | 12.32 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 34 | 2014 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 11164.00 | 103039.00 | 5.44 | 0.06 | 1.45 | 1.93 | 0.15 | 0.12 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 35 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 591.00 | 1380.00 | 9042.00 | 87259.00 | 5.61 | -0.08 | 1.44 | 0.23 | -0.29 | 9.40 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 35 | 2013 | 1.00 | 2.00 | 1968.00 | | 8009.00 | 89395.00 | 5.60 | 0.04 | 8.12 | 0.21 | 0.19 | 9.60 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 35 | 2014 | 1.00 | 2.00 | 0.00 | 0.00 | 10176.00 | 115074.00 | 5.58 | 0.12 | 4.95 | 0.99 | 0.46 | 0.08 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 36 | 2012 | 3.00 | 3.00 | 4016.00 | 9370.00 | 54537.00 | 553973.00 | 6.31 | 0.00 | 1.23 | 1.07 | -0.01 | 9.92 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |

(Continuação)

| ID | ANO | NEA | NES | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|----|------|------|------|-----------|-----------|-----------|-------------|------|-------|------|------|-------|---------|------|------|------|
| 36 | 2013 | 2.00 | 2.00 | 12517.00 | | 68304.00 | 470296.00 | 6.27 | -0.01 | 1.82 | 0.92 | -0.03 | 14.10 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 36 | 2014 | 1.00 | 2.00 | 13911.00 | 0.00 | 75947.00 | 558744.00 | 6.37 | 0.02 | 0.93 | 1.49 | 0.02 | 0.13 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 37 | 2012 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 5634.00 | 18948.00 | 5.25 | 0.29 | 0.56 | 1.37 | 0.34 | 11.98 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 37 | 2013 | 1.00 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 6065.00 | 17714.00 | 5.24 | 0.10 | 0.43 | 1.17 | 0.12 | 16.29 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 37 | 2014 | 1.00 | 1.00 | 1.00 | 72.00 | 6883.00 | 16231.00 | 5.31 | 0.12 | 0.46 | 1.41 | 0.15 | 0.16 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 38 | 2012 | 3.00 | 3.00 | 7970.00 | 0.00 | 49836.00 | 1200879.00 | 6.39 | 0.08 | 1.40 | 0.87 | 0.23 | 6.00 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 38 | 2013 | 2.00 | 2.00 | 2962.00 | 0.00 | 73454.00 | 830726.00 | 6.38 | 0.07 | 2.45 | 7.09 | 0.20 | 9.00 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 38 | 2014 | 3.00 | 3.00 | 6944.99 | 0.00 | 60057.40 | 1811.31 | 6.45 | 0.29 | 2.13 | 0.95 | 0.20 | 0.08 | 1.00 | 1.00 | 0.00 |
| 39 | 2012 | 0.00 | 1.00 | 0.00 | 78.00 | 1570.00 | 16753.00 | 4.49 | 0.00 | 0.92 | 1.11 | 0.01 | 14.52 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 39 | 2013 | 1.00 | 1.00 | | 82.00 | 1760.00 | 14099.00 | 4.51 | 0.06 | 1.87 | 0.99 | 0.15 | 16.84 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 39 | 2014 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 71.00 | 2024.91 | 16786.71 | 4.53 | 0.09 | 1.59 | 0.90 | 0.24 | 0.16 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 40 | 2012 | 0.00 | 0.00 | 80140.00 | 395795.00 | 260922.00 | 21704178.00 | 7.70 | 0.00 | 1.25 | 0.85 | 0.00 | 20.21 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 40 | 2013 | 0.00 | 0.00 | | | 371576.22 | 18146187.48 | 4.75 | 0.00 | 5.35 | 0.63 | -0.02 | 26.73 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 40 | 2014 | 0.00 | 0.00 | | | 497.43 | 20858.72 | 4.74 | 0.10 | 6.26 | 0.85 | 0.71 | 0.25 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 41 | 2012 | 1.00 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 671.00 | 17683.00 | 5.75 | 0.39 | 0.73 | 1.83 | 0.12 | 2.00 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 41 | 2013 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 400.00 | 1041.00 | 21693.00 | 5.81 | 0.48 | 0.98 | 2.45 | 0.12 | 3.66 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 41 | 2014 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 333.00 | 1344.00 | 7937.00 | 5.80 | 0.55 | 0.85 | 2.48 | 0.15 | 0.03 | 0.00 | 1.00 | 1.00 |
| 42 | 2012 | 1.00 | 2.00 | 0.00 | 30049.00 | 2325.00 | 0.00 | 5.80 | 0.38 | 1.08 | 1.39 | 0.12 | 6.35 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 42 | 2013 | 1.00 | 2.00 | | 30049.00 | 2438.00 | 261.00 | 5.81 | 0.42 | 1.44 | 1.31 | 0.12 | 6.71 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 42 | 2014 | 2.00 | 2.00 | 0.00 | 30049.00 | 1778.00 | 232.00 | 5.73 | 0.40 | 4.65 | 1.24 | 0.37 | 0.04 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| 43 | 2012 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 363.00 | 6827.00 | 4.17 | 0.09 | 0.46 | 2.72 | 0.13 | 8.62 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 43 | 2013 | 0.00 | 0.00 | | | 405.00 | 5881.00 | 4.18 | 0.11 | 0.24 | 3.11 | 0.15 | 11.65 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 43 | 2014 | 0.00 | 0.00 | | | 477.00 | 7660.00 | 4.22 | 0.08 | 0.25 | 3.19 | 0.17 | 0.11 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 44 | 2012 | 2.00 | 2.00 | 2833.00 | 14817.00 | 48970.00 | 1197224.00 | 6.54 | 0.12 | 0.84 | 1.03 | 0.23 | 5.00 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |
| 44 | 2013 | 2.00 | 0.00 | 2639.00 | 12400.00 | 50901.00 | 712997.00 | 6.55 | 0.05 | 1.73 | 1.28 | 0.09 | 7.70 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |
| 44 | 2014 | 2.00 | 1.00 | 1685.00 | 11853.00 | 54427.00 | 804858.00 | 6.58 | 0.07 | 1.78 | 1.17 | 0.13 | 0.08 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |
| 45 | 2012 | 1.00 | 2.00 | 0.00 | 0.00 | 1246.00 | 156.00 | 4.25 | 0.08 | 0.58 | 1.85 | 0.17 | 22.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |

(Conclusão)

| ID | ANO | NEA | NES | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|----|------|------|------|-----------|-----------|-----------|-----------|------|------|------|------|------|---------|------|------|------|
| 45 | 2013 | 0.00 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 1356.00 | 165.00 | 4.26 | 0.02 | 0.64 | 1.59 | 0.04 | 31.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| 45 | 2014 | 0.00 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 1392.00 | 110.00 | 4.34 | 0.10 | 0.57 | 1.99 | 0.19 | 0.23 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |

Em que ID é o número de identificação das empresas, conforme APÊNDICE 2; ANO é o ano aos quais os dados da linha se referem; NEA é o nível de evidencição ambiental; NEA% é pontuação da empresa no índice de evidencição ambiental (APÊNDICE 3); NES é o nível de evidencição social; NES% é a pontuação da empresa no índice de evidencição social (APÊNDICE 4); INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCINT são os investimentos sociais internos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colabores, extraído da DVA; BOV é uma *dummy* que recebe 1 se a empresa estiver listada na BM&FBovespa; GE é uma *dummy* para empresas que estão em grupo econômico, recebendo o valor 1 caso a empresa esteja; e CE é uma *dummy* para controle estatal, recebendo valor 1 caso a empresa seja controlada pelo Estado brasileiro.

APÊNDICE 8 – DADOS DE 2013

(Continua)

| Razão Social | NEA | NEA% | NES | NES% | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|--|------|------|------|------|-----------|-----------|-----------|------------|------|-------|--------|------|-------|---------|-----|----|----|
| Amazonas Distribuidora de Energia S/A | 2.00 | 0.74 | 2.00 | 0.51 | 2,625 | 0 | 168,609 | 514,115 | 7.24 | -0.54 | -7.82 | 0.77 | 0.57 | 39.10 | 0 | 1 | 1 |
| Ampla Energia e Serviços S/A | 3.00 | 0.82 | 3.00 | 0.86 | 24,226 | 13,561 | 74,411 | 1,797,166 | 6.76 | 0.13 | 1.30 | 1.25 | 0.21 | 5.73 | 1 | 1 | 0 |
| ATE III Transmissora de Energia S/A | 0.00 | 0.18 | 1.00 | 0.30 | 0 | 37 | 0 | 12,344 | 5.94 | 0.37 | 1.04 | 2.70 | 0.08 | 0.00 | 0 | 1 | 1 |
| Bandeirante Energia S/A. | 3.00 | 0.90 | 3.00 | 0.86 | 8,091 | 249 | 74,722 | 1,199,736 | 6.39 | 0.20 | 1.23 | 1.06 | 0.17 | 7.74 | 1 | 1 | 0 |
| Boa Vista Energia S/A | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 2,889 | 9 | 27,319 | 51,018 | 5.51 | 0.28 | -21.32 | 0.62 | -3.35 | 36.40 | 0 | 1 | 1 |
| Caiuá Distribuição de Energia S/A | 2.00 | 0.72 | 3.00 | 0.92 | 0 | 2,753 | 11,799 | 101,269 | 5.44 | -0.11 | -2.94 | 0.36 | 0.23 | 18.21 | 0 | 1 | 0 |
| Celesc Distribuição S.A. | 3.00 | 0.79 | 2.00 | 0.68 | 6,997 | 209,141 | 251,269 | 2,090,594 | 6.70 | 0.03 | 2.22 | 2.34 | 0.10 | 16.26 | 1 | 1 | 1 |
| Celg Distribuição S.A. | 1.00 | 0.44 | 2.00 | 0.59 | 1,397 | 29,101 | 125,462 | 1,685,244 | 6.61 | 0.00 | -4.95 | 0.58 | -0.00 | 10.27 | 0 | 1 | 1 |
| Centrais Elétricas de Carazinho S/A. | 0.00 | 0.18 | 0.00 | 0.24 | 0 | 0 | 3,964,643 | 20,561,854 | 4.97 | -0.02 | 1.82 | 0.67 | -0.05 | 24.62 | 0 | 0 | 1 |
| Centrais Elétricas de Rondônia S/A. | 0.00 | 0.23 | 2.00 | 0.54 | 0 | 0 | 51,521 | 317,069 | 6.40 | -0.29 | -14.32 | 0.56 | 1.66 | 59.52 | 0 | 1 | 1 |
| Companhia Campolarguense de Energia | 0.00 | 0.00 | 3.00 | 4.00 | 0 | 0 | 4,543 | 31,790 | 4.80 | 0.04 | 0.53 | 1.09 | 0.07 | 25.34 | 0 | 0 | 1 |
| Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia | 3.00 | 0.79 | 3.00 | 0.78 | 139,806 | 22,260 | 137,556 | 2,440,924 | 6.88 | 0.10 | 2.06 | 1.02 | 0.20 | 7.65 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins | 2.00 | 0.54 | 2.00 | 0.57 | 5,630 | 0 | 30,721 | 240,657 | 5.98 | -0.23 | 2.24 | 0.44 | -0.44 | 20.07 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Energética de Pernambuco | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 170,091 | 15,156 | 96,467 | 1,338,441 | 6.58 | 0.03 | 1.45 | 1.22 | 0.07 | 10.01 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Energética do Ceará | 2.00 | 0.67 | 1.00 | 0.41 | 25,616 | 8,449 | 70,147 | 1,286,137 | 6.53 | 0.34 | 1.15 | 1.06 | 0.10 | 10.51 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Energética do Maranhão | 3.00 | 0.90 | 2.00 | 0.73 | 23,086 | 8,221 | 61,367 | 655,661 | 6.56 | 0.12 | 1.62 | 2.19 | 0.17 | 9.25 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Energética do Piauí | 0.00 | 0.15 | 0.00 | 0.19 | 0 | 0 | 82,682 | 0 | 6.05 | -0.35 | -6.16 | 0.63 | 1.63 | 71.00 | 0 | 1 | 1 |
| Companhia Energética do Rio Grande do Norte | 2.00 | 0.74 | 3.00 | 0.81 | 4,252 | 6,676 | 46,503 | 514,379 | 6.27 | 0.15 | 1.12 | 1.58 | 0.23 | 7.94 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Força e Luz do Oeste | 2.00 | 0.72 | 2.00 | 0.73 | 642 | 0 | 3,133 | 38,970 | 4.81 | 0.03 | 3.11 | 0.56 | 0.14 | 9.97 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Hidroelétrica São Patrício | 1.00 | 0.33 | 2.00 | 0.54 | | | 1,367 | 17,392 | 4.68 | 0.09 | 0.67 | 1.00 | 0.11 | 24.85 | 0 | 0 | 0 |
| Companhia Jaguarí de Energia | 2.00 | 0.56 | 0.00 | 0.24 | 216 | 458 | 1,789 | 26,917 | 5.22 | -0.07 | 6.20 | 0.97 | -0.29 | 7.60 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Leste Paulista de Energia | 2.00 | 0.54 | 0.00 | 0.22 | 58 | 361 | 2,067 | 25,512 | 5.19 | 0.07 | 1.57 | 0.97 | 0.11 | 9.10 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Luz e Força de Mococa | 1.00 | 0.49 | 1.00 | 0.41 | 158 | 310 | 1,393 | 28,188 | 5.09 | 0.21 | 2.60 | 1.23 | 0.45 | 6.20 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Luz e Força Santa Cruz | 2.00 | 0.51 | 0.00 | 0.22 | 432 | 1,216 | 8,356 | 71,553 | 6.86 | 2.20 | 5.05 | 0.93 | 0.52 | 15.90 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Nacional de Energia Elétrica | 2.00 | 0.67 | 2.00 | 0.54 | 1,346 | | 6,155 | 63,452 | 5.37 | 0.13 | 2.36 | 0.35 | 0.29 | 9.72 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Paulista de Força e Luz | 2.00 | 0.56 | 1.00 | 0.27 | 9,135 | 30,561 | 152,822 | 2,151,811 | 6.86 | 0.10 | 5.05 | 0.93 | 0.52 | 8.90 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | 3.00 | 0.77 | 1.00 | 0.49 | | | 55,594 | 893,327 | 6.42 | 0.03 | 5.86 | 0.98 | 0.22 | 8.90 | 1 | 1 | 0 |

| Razão Social | NEA | NEA% | NES | NES% | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|--|------|------|------|------|-----------|-----------|-----------|------------|------|-------|------|------|-------|---------|-----|----|----|
| Companhia Sul Paulista de Energia | 2.00 | 0.74 | 1.00 | 0.49 | 328 | 514 | 2,924 | 33,300 | 5.28 | 0.00 | 2.74 | 1.17 | 0.00 | 10.60 | 0 | 1 | 0 |
| Cooperativa Aliança | 0.00 | 0.13 | 0.00 | 0.22 | 501 | | 2,776 | 13,817 | 4.73 | 0.01 | 1.08 | 2.22 | 0.02 | 19.96 | 0 | 0 | 0 |
| Copel Distribuição S/A | 1.00 | 0.26 | 2.00 | 0.62 | 202,975 | 0 | 988,243 | 2,537,660 | 6.89 | -0.01 | 1.31 | 1.39 | -0.02 | 22.50 | 0 | 1 | 1 |
| Copel Geração e Transmissão S.A. | 1.00 | 0.38 | 1.00 | 0.32 | 45,732 | 27 | 378,209 | 965,067 | 7.03 | 0.37 | 0.57 | 1.95 | 0.15 | 12.20 | 0 | 1 | 1 |
| DME Distribuição S.A | 2.00 | 0.54 | 0.00 | 0.24 | 1,362 | 28 | 10,168 | 34,562 | 5.52 | 0.17 | 0.66 | 4.86 | 0.09 | 19.08 | 0 | 1 | 1 |
| Elektro Eletricidade e Serviços S/A. | 2.00 | 0.72 | 3.00 | 0.81 | 36,418 | 15,741 | 123,482 | 1,123,831 | 6.66 | 0.09 | 1.24 | 1.51 | 0.16 | 10.70 | 0 | 1 | 0 |
| Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A | 1.00 | 0.46 | 2.00 | 0.57 | 2,147 | | 9,238 | 75,876 | 5.51 | 0.06 | 2.43 | 0.48 | 0.15 | 12.32 | 0 | 1 | 0 |
| Empresa Elétrica Bragantina S/A. | 1.00 | 0.46 | 2.00 | 0.57 | 1,968 | | 8,009 | 89,395 | 5.60 | 0.04 | 8.12 | 0.21 | 0.19 | 9.60 | 0 | 1 | 0 |
| Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A. | 2.00 | 0.62 | 2.00 | 0.51 | 12,517 | | 68,304 | 470,296 | 6.27 | -0.01 | 1.82 | 0.92 | -0.03 | 14.10 | 0 | 1 | 0 |
| Empresa Luz e Força Santa Maria S/A. | 1.00 | 0.26 | 1.00 | 0.32 | 0 | 0 | 6,065 | 17,714 | 5.24 | 0.10 | 0.43 | 1.17 | 0.12 | 16.29 | 0 | 0 | 0 |
| Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. | 2.00 | 0.69 | 2.00 | 0.73 | 2,962 | 0 | 73,454 | 830,726 | 6.38 | 0.07 | 2.45 | 7.09 | 0.20 | 9.00 | 1 | 1 | 0 |
| Hidroelétrica Panambi S/A. | 1.00 | 0.33 | 1.00 | 0.41 | | 82 | 1,760 | 14,099 | 4.51 | 0.06 | 1.87 | 0.99 | 0.15 | 16.84 | 0 | 0 | 0 |
| Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.22 | | | 371,576 | 18,146,187 | 4.75 | -0.00 | 5.35 | 0.63 | -0.02 | 26.73 | 0 | 0 | 0 |
| Integração Transmissora de Energia S/A | 0.00 | 0.18 | 0.00 | 0.03 | 0 | 400 | 1,041 | 21,693 | 5.81 | 0.48 | 0.98 | 2.45 | 0.12 | 3.66 | 0 | 1 | 1 |
| LT Triângulo S/A | 1.00 | 0.33 | 2.00 | 0.54 | | 30,049 | 2,438 | 261 | 5.81 | 0.42 | 1.44 | 1.31 | 0.12 | 6.71 | 0 | 1 | 0 |
| Muxfeldt Marin & Cia. Ltda | 0.00 | 0.03 | 0.00 | 0.05 | | | 405 | 5,881 | 4.18 | 0.11 | 0.24 | 3.11 | 0.15 | 11.65 | 0 | 0 | 0 |
| Rio Grande Energia S/A. | 2.00 | 0.72 | 0.00 | 0.24 | 2,639 | 12,400 | 50,901 | 712,997 | 6.55 | 0.05 | 1.73 | 1.28 | 0.09 | 7.70 | 1 | 1 | 1 |
| Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda. | 0.00 | 0.03 | 1.00 | 0.30 | 0 | 0 | 1,356 | 165 | 4.26 | 0.02 | 0.64 | 1.59 | 0.04 | 31.00 | 0 | 0 | 0 |

Em que NEA é o nível de evidenciação ambiental; NEA% é pontuação da empresa no índice de evidenciação ambiental (APÊNDICE 3); NES é o nível de evidenciação social; NES% é a pontuação da empresa no índice de evidenciação social (APÊNDICE 4); INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCINT são os investimentos sociais internos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, extraído da DVA; BOV é uma *dummy* que recebe 1 se a empresa estiver listada na BM&FBovespa; GE é uma *dummy* para empresas que estão em grupo econômico, recebendo o valor 1 caso a empresa esteja; e CE é uma *dummy* para controle estatal, recebendo valor 1 caso a empresa seja controlada pelo Estado brasileiro.

APÊNDICE 9 – DADOS DE 2014

(Continua)

| Razão Social | NEA | NEA% | NES | NES% | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|--|------|------|------|------|------------|------------|------------|--------------|------|--------|---------|------|--------|---------|-----|----|----|
| Amazonas Distribuidora de Energia S/A | 1.00 | 0.41 | 1.00 | 0.38 | 1,705.00 | 7,978.00 | 171,722.00 | 655,769.00 | 7.16 | (0.09) | (8.17) | 1.17 | 0.17 | 0.10 | 0 | 1 | 1 |
| Ampla Energia e Serviços S/A | 3.00 | 0.90 | 3.00 | 0.92 | 37,011.00 | 10,715.00 | 78,083.00 | 1,732,282.00 | 6.79 | 0.04 | 1.40 | 1.37 | 0.08 | 0.06 | 1 | 1 | 0 |
| ATE III Transmissora de Energia S/A | 1.00 | 0.49 | 1.00 | 0.35 | 66.00 | 23.00 | 0.00 | 35,357.00 | 6.94 | 0.60 | 0.03 | 2.38 | 0.21 | 0.04 | 0 | 1 | 1 |
| Bandeirante Energia S/A. | 3.00 | 0.87 | 3.00 | 0.89 | 4,563.26 | 675.70 | 72,660.11 | 1,342,867.00 | 6.44 | 0.08 | 0.59 | 1.07 | 0.22 | 0.07 | 1 | 1 | 0 |
| Boa Vista Energia S/A | 1.00 | 0.38 | 2.00 | 0.59 | 2.00 | 27.00 | 80,436.00 | (55,480.00) | 5.72 | (0.25) | (8.54) | 0.76 | 0.74 | 0.43 | 0 | 1 | 1 |
| Caiuá Distribuição de Energia S/A | 2.00 | 0.51 | 2.00 | 0.62 | 0.00 | 0.00 | 15,233.00 | 123,316.00 | 5.54 | 0.06 | 4.44 | 1.97 | 0.31 | 0.11 | 0 | 1 | 0 |
| Celesc Distribuição S.A. | 2.00 | 0.64 | 3.00 | 0.78 | 2,549.00 | 213,083.00 | 244,801.00 | 2,622,410.00 | 6.73 | 0.06 | 2.26 | 2.96 | 0.23 | 0.12 | 1 | 1 | 1 |
| Celg Distribuição S.A. | 1.00 | 0.31 | 2.00 | 0.62 | 1,606.00 | 40,474.00 | 128,659.00 | 1,879,453.00 | 6.62 | (0.16) | 57.35 | 0.69 | (7.92) | 0.12 | 0 | 1 | 1 |
| Centrais Elétricas de Carazinho S/A. | 0.00 | 0.05 | 0.00 | 0.24 | 0.00 | 125.00 | 3,802.00 | 549.00 | 5.04 | 0.03 | 2.13 | 0.80 | 0.07 | 0.20 | 0 | 0 | 1 |
| Centrais Elétricas de Rondônia S/A. | 2.00 | 0.59 | 3.00 | 0.81 | 0.00 | 0.00 | 176,396.00 | 372,277.00 | 6.62 | 0.22 | 39.49 | 0.43 | 2.81 | 0.12 | 0 | 1 | 1 |
| Companhia Campolarguense de Energia | 0.00 | 0.03 | 1.00 | 0.38 | | | 5.11 | 41.63 | 4.88 | 0.06 | 0.68 | 1.10 | 0.10 | 0.24 | 0 | 0 | 1 |
| Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia | 1.00 | 0.26 | 3.00 | 0.78 | 40,244.00 | 27,451.00 | 179,719.00 | 2,066,306.00 | 6.92 | 0.08 | 1.99 | 1.12 | 0.16 | 0.08 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins | 2.00 | 0.56 | 2.00 | 0.59 | 269.00 | 0.00 | 38,245.00 | 266,820.00 | 6.10 | 0.09 | 1.25 | 1.18 | 0.12 | 0.14 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Energética de Pernambuco | 2.00 | 0.64 | 2.00 | 0.62 | 217,655.00 | 17,671.00 | 100,107.00 | 1,510,634.00 | 6.63 | 0.03 | 1.69 | 0.93 | 0.08 | 0.10 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Energética do Ceará | 3.00 | 0.82 | 3.00 | 0.89 | 20,989.00 | 16,606.00 | 68,196.00 | 1,240,325.00 | 6.61 | 0.07 | 1.35 | 1.48 | 0.15 | 0.08 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Energética do Maranhão | 3.00 | 0.79 | 2.00 | 0.73 | 16,373.00 | 17.00 | 63,273.00 | 692,909.00 | 6.66 | 0.13 | 1.74 | 2.16 | 0.20 | 0.07 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Energética do Piauí | 2.00 | 0.56 | 1.00 | 0.32 | 14.00 | 3.00 | 246,604.00 | 12.00 | 6.20 | 0.03 | (12.24) | 0.84 | (0.27) | 0.22 | 0 | 1 | 1 |
| Companhia Energética do Rio Grande do Norte | 1.00 | 0.44 | 3.00 | 0.78 | 7,410.00 | 7,548.00 | 54,707.00 | 615,795.00 | 6.28 | 0.12 | 1.31 | 1.14 | 0.24 | 0.07 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Força e Luz do Oeste | 2.00 | 0.59 | 2.00 | 0.62 | | | 3,664.00 | 50,512.00 | 4.76 | 0.06 | 1.90 | 1.68 | 0.25 | 0.09 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Hidroelétrica São Patrício | 0.00 | 0.18 | 2.00 | 0.54 | | | 1,446.00 | 18,663.00 | 4.69 | 0.03 | 0.63 | 0.96 | 0.05 | 0.23 | 0 | 0 | 0 |
| Companhia Jaguaré de Energia | 1.00 | 0.46 | 1.00 | 0.30 | 30.00 | 520.00 | 1,852.00 | 33,445.00 | 5.17 | 0.02 | 4.75 | 2.64 | 0.08 | 0.07 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Leste Paulista de Energia | 1.00 | 0.36 | 1.00 | 0.27 | 146.00 | 453.00 | 2,312.00 | 24,608.00 | 5.21 | 0.08 | 3.22 | 2.16 | 0.19 | 0.11 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Luz e Força de Mococa | 1.00 | 0.44 | 1.00 | 0.30 | 165.00 | 340.00 | 1,678.00 | 22,975.00 | 5.04 | 0.15 | 3.20 | 3.15 | 0.39 | 0.08 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Luz e Força Santa Cruz | 1.00 | 0.38 | 1.00 | 0.27 | 1,160.00 | 1,592.00 | 8,980.00 | 116,968.00 | 5.61 | 0.13 | 2.06 | 3.67 | 0.37 | 0.09 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Nacional de Energia Elétrica | 1.00 | 0.44 | 2.00 | 0.62 | 0.00 | 0.00 | 7,837.00 | 77,247.00 | 5.31 | 7.42 | 1.41 | 2.33 | 2.19 | 0.08 | 0 | 1 | 0 |
| Companhia Paulista de Força e Luz | 2.00 | 0.64 | 2.00 | 0.62 | 10,954.00 | 29,736.00 | 172,391.00 | 2,423,472.00 | 6.91 | 0.07 | 10.19 | 0.93 | 0.69 | 0.09 | 1 | 1 | 0 |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | 2.00 | 0.64 | 2.00 | 0.65 | 1,929.00 | 12,485.00 | 63,209.00 | 1,012,379.00 | 6.48 | 0.06 | 5.35 | 0.92 | 0.39 | 0.08 | 1 | 1 | 0 |

| Razão Social | NEA | NEA% | NES | NES% | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE | CE |
|--|------|------|------|------|-----------|-----------|------------|--------------|------|------|------|------|------|---------|-----|----|----|
| Companhia Sul Paulista de Energia | 1.00 | 0.44 | 2.00 | 0.62 | 149.00 | 549.00 | 2,725.00 | 36,163.00 | 5.23 | 0.10 | 2.86 | 2.52 | 0.26 | 0.10 | 0 | 1 | 0 |
| Cooperativa Aliança | 0.00 | 0.10 | 0.00 | 0.24 | 652.00 | 0.00 | 3,130.00 | 17,902.00 | 4.80 | 0.02 | 1.33 | 0.67 | 0.06 | 0.18 | 0 | 0 | 0 |
| Copel Distribuição S/A | 1.00 | 0.28 | 0.00 | 0.22 | 25.87 | 0.00 | 907,933.00 | 3,416,758.00 | 6.96 | 0.05 | 1.08 | 1.38 | 2.08 | 0.16 | 0 | 1 | 1 |
| Copel Geração e Transmissão S.A. | 1.00 | 0.28 | 0.00 | 0.22 | 75,343.00 | 564.00 | 631,198.00 | 313,396.00 | 6.99 | 0.23 | 0.51 | 1.03 | 0.11 | 0.15 | 0 | 1 | 1 |
| DME Distribuição S.A | 2.00 | 0.56 | 1.00 | 0.30 | 823.00 | 64.00 | 11,941.00 | 34,633.00 | 5.55 | 0.63 | 0.23 | 3.73 | 0.32 | 0.26 | 0 | 1 | 1 |
| Elektro Eletricidade e Serviços S/A. | 3.00 | 0.92 | 3.00 | 0.97 | 51,630.00 | 18,396.00 | 130,116.00 | 1,534,542.00 | 6.76 | 0.09 | 1.61 | 1.94 | 0.20 | 0.09 | 0 | 1 | 0 |
| Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A | 1.00 | 0.38 | 0.00 | 0.24 | 0.00 | 0.00 | 11,164.00 | 103,039.00 | 5.44 | 0.06 | 1.45 | 1.93 | 0.15 | 0.12 | 0 | 1 | 0 |
| Empresa Elétrica Bragantina S/A. | 1.00 | 0.44 | 2.00 | 0.62 | 0.00 | 0.00 | 10,176.00 | 115,074.00 | 5.58 | 0.12 | 4.95 | 0.99 | 0.46 | 0.08 | 0 | 1 | 0 |
| Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A. | 1.00 | 0.46 | 2.00 | 0.62 | 13,911.00 | 0.00 | 75,947.00 | 558,744.00 | 6.37 | 0.02 | 0.93 | 1.49 | 0.02 | 0.13 | 0 | 1 | 0 |
| Empresa Luz e Força Santa Maria S/A. | 1.00 | 0.28 | 1.00 | 0.43 | 1.00 | 72.00 | 6,883.00 | 16,231.00 | 5.31 | 0.12 | 0.46 | 1.41 | 0.15 | 0.16 | 0 | 0 | 0 |
| Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. | 3.00 | 0.87 | 3.00 | 0.89 | 6,944.99 | 0.00 | 60,057.40 | 1,811.31 | 6.45 | 0.29 | 2.13 | 0.95 | 0.20 | 0.08 | 1 | 1 | 0 |
| Hidroelétrica Panambi S/A. | 0.00 | 0.10 | 0.00 | 0.24 | 0.00 | 71.00 | 2,024.91 | 16,786.71 | 4.53 | 0.09 | 1.59 | 0.90 | 0.24 | 0.16 | 0 | 0 | 0 |
| Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda | 0.00 | 0.03 | 0.00 | 0.08 | | | 497.43 | 20,858.72 | 4.74 | 0.10 | 6.26 | 0.85 | 0.71 | 0.25 | 0 | 0 | 0 |
| Integração Transmissora de Energia S/A | 0.00 | 0.13 | 0.00 | 0.05 | 0.00 | 333.00 | 1,344.00 | 7,937.00 | 5.80 | 0.55 | 0.85 | 2.48 | 0.15 | 0.03 | 0 | 1 | 1 |
| LT Triângulo S/A | 2.00 | 0.54 | 2.00 | 0.68 | 0.00 | 30,049.00 | 1,778.00 | 232.00 | 5.73 | 0.40 | 4.65 | 1.24 | 0.37 | 0.04 | 0 | 1 | 0 |
| Muxfeldt Marin & Cia. Ltda | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.19 | | | 477.00 | 7,660.00 | 4.22 | 0.08 | 0.25 | 3.19 | 0.17 | 0.11 | 0 | 0 | 0 |
| Rio Grande Energia S/A. | 2.00 | 0.67 | 1.00 | 0.38 | 1,685.00 | 11,853.00 | 54,427.00 | 804,858.00 | 6.58 | 0.07 | 1.78 | 1.17 | 0.13 | 0.08 | 1 | 1 | 1 |
| Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda. | 0.00 | 0.13 | 1.00 | 0.30 | 0.00 | 0.00 | 1,392.00 | 110.00 | 4.34 | 0.10 | 0.57 | 1.99 | 0.19 | 0.23 | 0 | 0 | 0 |

Em que NEA é o nível de evidenciação ambiental; NEA% é pontuação da empresa no índice de evidenciação ambiental (APÊNDICE 5); NES é o nível de evidenciação social; NES% é a pontuação da empresa no índice de evidenciação social (APÊNDICE 6); INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCINT são os investimentos sociais internos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, extraído da DVA; BOV é uma *dummy* que recebe 1 se a empresa estiver listada na BM&FBovespa; GE é uma *dummy* para empresas que estão em grupo econômico, recebendo o valor 1 caso a empresa esteja; e CE é uma *dummy* para controle estatal, recebendo valor 1 caso a empresa seja controlada pelo Estado brasileiro.

APÊNDICE 10 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO MODELO NEA

| | NEA | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE |
|-----------|-------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|-------|-------|-------|------|---------|-------|------|
| INVAMBINT | 0.11 | | | | | | | | | | | | |
| Sig. | 0.24 | | | | | | | | | | | | |
| INVAMBEXT | 0.00 | 0.12 | | | | | | | | | | | |
| Sig. | 0.99 | 0.18 | | | | | | | | | | | |
| INVSOCINT | -0.09 | 0.21 | 0.05 | | | | | | | | | | |
| Sig. | 0.30 | 0.02 | 0.60 | | | | | | | | | | |
| INVSOCEXT | -0.13 | 0.24 | 0.60 | 0.63 | | | | | | | | | |
| Sig. | 0.15 | 0.01 | 0.00 | 0.00 | | | | | | | | | |
| TAM | 0.48 | 0.41 | 0.33 | 0.14 | 0.19 | | | | | | | | |
| Sig. | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.10 | 0.03 | | | | | | | | |
| LUC | -0.04 | -0.05 | -0.04 | -0.06 | -0.06 | -0.05 | | | | | | | |
| Sig. | 0.61 | 0.62 | 0.64 | 0.52 | 0.50 | 0.59 | | | | | | | |
| END | 0.09 | -0.02 | 0.06 | 0.01 | 0.06 | 0.06 | 0.01 | | | | | | |
| Sig. | 0.28 | 0.83 | 0.51 | 0.92 | 0.50 | 0.51 | 0.87 | | | | | | |
| LIQ | -0.04 | -0.08 | 0.01 | -0.09 | -0.12 | -0.11 | 0.14 | -0.04 | | | | | |
| Sig. | 0.68 | 0.41 | 0.93 | 0.29 | 0.16 | 0.21 | 0.10 | 0.65 | | | | | |
| RENT | 0.07 | -0.04 | -0.08 | 0.00 | -0.05 | 0.01 | 0.17 | -0.34 | 0.02 | | | | |
| Sig. | 0.44 | 0.64 | 0.40 | 0.99 | 0.57 | 0.91 | 0.05 | 0.00 | 0.83 | | | | |
| QDVACOL | -0.22 | 0.00 | 0.05 | 0.15 | 0.16 | -0.06 | -0.15 | -0.29 | -0.18 | 0.03 | | | |
| Sig. | 0.01 | 0.99 | 0.61 | 0.08 | 0.06 | 0.50 | 0.07 | 0.00 | 0.03 | 0.71 | | | |
| BOV | 0.49 | 0.20 | 0.16 | -0.06 | 0.04 | 0.46 | -0.01 | 0.05 | 0.03 | 0.01 | -0.23 | | |
| Sig. | 0.00 | 0.03 | 0.08 | 0.51 | 0.63 | 0.00 | 0.95 | 0.60 | 0.70 | 0.90 | 0.01 | | |
| GE | 0.60 | 0.13 | -0.07 | -0.08 | -0.20 | 0.64 | 0.03 | 0.03 | 0.02 | 0.01 | -0.18 | 0.34 | |
| Sig. | 0.00 | 0.16 | 0.46 | 0.37 | 0.02 | 0.00 | 0.74 | 0.71 | 0.82 | 0.94 | 0.04 | 0.00 | |
| CE | -0.21 | -0.02 | 0.06 | 0.28 | 0.04 | 0.25 | -0.10 | -0.05 | 0.08 | 0.00 | 0.24 | -0.24 | 0.10 |
| Sig. | 0.02 | 0.83 | 0.54 | 0.00 | 0.69 | 0.00 | 0.26 | 0.53 | 0.37 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 0.27 |

Em que NEA é o nível de evidenciação ambiental; INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCINT são os investimentos sociais internos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, extraído da DVA. Sig. é a significância da correlação calculada.

APÊNDICE 11 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO MODELO NES

| | NEA | INVAMBINT | INVAMBEXT | INVSOCINT | INVSOCEXT | TAM | LUC | END | LIQ | RENT | QDVACOL | BOV | GE |
|-----------|-------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|-------|-------|-------|------|---------|-------|------|
| INVAMBINT | 0.13 | | | | | | | | | | | | |
| Sig. | 0.14 | | | | | | | | | | | | |
| INVAMBEXT | 0.02 | 0.12 | | | | | | | | | | | |
| Sig. | 0.83 | 0.18 | | | | | | | | | | | |
| INVSOCINT | -0.12 | 0.21 | 0.05 | | | | | | | | | | |
| Sig. | 0.18 | 0.02 | 0.60 | | | | | | | | | | |
| INVSOCEXT | -0.13 | 0.24 | 0.60 | 0.63 | | | | | | | | | |
| Sig. | 0.14 | 0.01 | 0.00 | 0.00 | | | | | | | | | |
| TAM | 0.37 | 0.41 | 0.33 | 0.14 | 0.19 | | | | | | | | |
| Sig. | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.10 | 0.03 | | | | | | | | |
| LUC | -0.02 | -0.05 | -0.04 | -0.06 | -0.06 | -0.05 | | | | | | | |
| Sig. | 0.82 | 0.62 | 0.64 | 0.52 | 0.50 | 0.59 | | | | | | | |
| END | 0.12 | -0.02 | 0.06 | 0.01 | 0.06 | 0.06 | 0.01 | | | | | | |
| Sig. | 0.18 | 0.83 | 0.51 | 0.92 | 0.50 | 0.51 | 0.87 | | | | | | |
| LIQ | -0.14 | -0.08 | 0.01 | -0.09 | -0.12 | -0.11 | 0.14 | -0.04 | | | | | |
| Sig. | 0.09 | 0.41 | 0.93 | 0.29 | 0.16 | 0.21 | 0.10 | 0.65 | | | | | |
| RENT | 0.00 | -0.04 | -0.08 | 0.00 | -0.05 | 0.01 | 0.17 | -0.34 | 0.02 | | | | |
| Sig. | 0.98 | 0.64 | 0.40 | 0.99 | 0.57 | 0.91 | 0.05 | 0.00 | 0.83 | | | | |
| QDVACOL | -0.16 | 0.00 | 0.05 | 0.15 | 0.16 | -0.06 | -0.15 | -0.29 | -0.18 | 0.03 | | | |
| Sig. | 0.07 | 0.99 | 0.61 | 0.08 | 0.06 | 0.50 | 0.07 | 0.00 | 0.03 | 0.71 | | | |
| BOV | 0.29 | 0.20 | 0.16 | -0.06 | 0.04 | 0.46 | -0.01 | 0.05 | 0.03 | 0.01 | -0.23 | | |
| Sig. | 0.00 | 0.03 | 0.08 | 0.51 | 0.63 | 0.00 | 0.95 | 0.60 | 0.70 | 0.90 | 0.01 | | |
| GE | 0.43 | 0.13 | -0.07 | -0.08 | -0.20 | 0.64 | 0.03 | 0.03 | 0.02 | 0.01 | -0.18 | 0.34 | |
| Sig. | 0.00 | 0.16 | 0.46 | 0.37 | 0.02 | 0.00 | 0.74 | 0.71 | 0.82 | 0.94 | 0.04 | 0.00 | |
| CE | -0.27 | -0.02 | 0.06 | 0.28 | 0.04 | 0.25 | -0.10 | -0.05 | 0.08 | 0.00 | 0.24 | -0.24 | 0.10 |
| Sig. | 0.00 | 0.83 | 0.54 | 0.00 | 0.69 | 0.00 | 0.26 | 0.53 | 0.37 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 0.27 |

Em que NES é o nível de evidenciação ambiental; INVAMBINT são os investimentos ambientais internos; INVAMBEXT são os investimentos ambientais externos; INVSOCINT são os investimentos sociais internos; INVSOCEXT são os investimentos sociais externos. TAM é o logaritmo do Ativo Total, *proxy* para tamanho; LUC é o índice de lucratividade da empresa; END é o índice de endividamento da empresa; LIQ é o índice de liquidez; RENT é o índice de rentabilidade e QDVACOL é o quociente de distribuição de riqueza aos colaboradores, extraído da DVA. Sig. é a significância da correlação calculada.

ANEXOS

| | |
|---|-----|
| ANEXO 1 – ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL..... | 150 |
| ANEXO 2 – ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO SOCIAL..... | 151 |

ANEXO 1 – ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

| Categorias | Cod. | Evidenciação ambiental |
|---|-------------|---|
| Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores | 1 | Educação ambiental |
| | 2 | Conscientização ambiental |
| | 3 | Treinamento ambiental |
| | 4 | Voluntariado ambiental |
| Política ambiental empresarial | 5 | Política ambiental |
| | 6 | Objetivos, diretrizes ou metas ambientais. |
| | 7 | Conformidade com normas e legislações ambientais |
| Gestão e auditoria ambiental | 8 | Sistema de gestão ambiental |
| | 9 | Investimentos ou gastos ambientais |
| | 10 | Auditoria ambiental |
| | 11 | Aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento de produtos/serviços |
| | 12 | Impacto ambiental |
| | 13 | Transporte ou logística ambientalmente sustentável |
| Emissões, efluentes, resíduos e mudanças climáticas. | 14 | Emissões atmosféricas |
| | 15 | Efluentes |
| | 16 | Reciclagem ou coleta seletiva |
| | 17 | Resíduos sólidos |
| | 18 | Resíduos perigosos |
| | 19 | Outras formas de poluição (sonora, odoríferas, visuais, etc.) |
| | 20 | Créditos de carbono |
| | 21 | Menção às mudanças climáticas |
| Uso sustentável de recursos | 22 | Consumo racional ou eficiente de energia |
| | 23 | Consumo racional ou eficiente de água |
| | 24 | Consumo racional de materiais ou de recursos |
| Visibilidade das ações ambientais | 25 | Marca ambiental |
| | 26 | Reputação ambiental |
| | 27 | Nome e/ou imagem ambiental |
| Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental | 28 | Conscientização ambiental para a comunidade |
| | 29 | Parcerias ambientais |
| | 30 | Educação ambiental para a comunidade |
| | 31 | Incentivo à reciclagem |
| | 32 | Restauração e proteção da biodiversidade ou de ecossistemas |
| Questões ambientais com clientes/fornecedores | 33 | Incentivo ao consumo ambientalmente responsável |
| | 34 | Relações ambientais com fornecedores |
| Interações ambientais negativas | 35 | Desperdícios e perdas na utilização de recursos |
| | 36 | Acidentes ambientais |
| | 37 | Multas e sanções ambientais |
| Energia | 38 | Discussão sobre a preocupação com possível falta de energia |
| | 39 | Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia |

A coluna Categorias representam as classes de informações ambientais procuradas na mensagem veiculada pela empresa no relatório anual de sustentabilidade. Cod. identifica o subitem e a coluna Evidenciação Ambiental contém os temas de interesse, organizados em subitens das classes.

Fonte: SILVA NETO (2014)

ANEXO 2 – ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO SOCIAL

| Categorias | Cod. | Evidenciação social |
|--|-------------|--|
| Aperfeiçoamento social dos colaboradores | 1 | Educação |
| | 2 | Conscientização social |
| | 3 | Treinamento |
| | 4 | Voluntariado social |
| Política e gestão social empresarial | 5 | Objetivos, diretrizes ou metas sociais. |
| | 6 | Menção à SER na cultura organizacional |
| | 7 | Código de ética ou conduta |
| | 8 | Investimentos ou gastos sociais |
| | 9 | Premiações socioambientais |
| Práticas trabalhistas | 10 | Saúde e segurança no trabalho |
| | 11 | Liberdade de associação e negociação coletiva |
| | 12 | Oportunidade de carreira e respeito à diversidade |
| Práticas leais de operação | 13 | Combate à corrupção |
| | 14 | Concorrência leal |
| Visibilidade das ações sociais | 15 | Marca social |
| | 16 | Reputação social |
| | 17 | Nome e/ou imagem social |
| Interações sociais com a comunidade | 18 | Conscientização social para a comunidade |
| | 19 | Parcerias sociais |
| | 20 | Educação para a comunidade |
| | 21 | Geração de emprego, capacitação e treinamento. |
| | 22 | Desenvolvimento e acesso tecnológico, científico e inclusão digital. |
| | 23 | Geração de renda |
| | 24 | Inclusão social ou redução das condições de risco social |
| Direitos humanos | 25 | Direitos humanos |
| | 26 | Garantir a igualdade de gênero |
| | 27 | Combate à exploração infantil e ao trabalho forçado ou análogo ao escravo |
| | 28 | Valorização da diversidade racial |
| | 29 | Reconhecer direitos dos povos indígenas |
| Questões sociais com clientes/fornecedores | 30 | Marketing justo, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas |
| | 31 | Proteção à saúde e à segurança do consumidor |
| | 32 | Incentivo ao consumo socialmente responsável |
| | 33 | Relações sociais com fornecedores |
| | 34 | Canais de comunicação com o público |
| | 35 | Identificação e qualificação dos <i>stakeholders</i> |
| Interações sociais negativas | 36 | Acidentes de trabalho |
| | 37 | Fatos negativos, corrupção, e violações de direitos. |

A coluna Categorias representam as classes de informações sociais procuradas na mensagem veiculada pela empresa no relatório anual de sustentabilidade. Cod. identifica o subitem e a coluna Evidenciação Social contém os temas de interesse, organizados em subitens das classes.

Fonte: SILVA NETO (2014)